

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUAN MORAES DE SOUZA

**O CONCEITO DE “BOM” EM G. E. MOORE: UMA ANÁLISE
CRÍTICA À LUZ DE J. L. MACKIE**

NITERÓI

2021

LUAN MORAES E SOUZA

O CONCEITO DE “BOM” EM G. E. MOORE: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ
DE J. L. MACKIE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Marcondes Filho

NITERÓI

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S719c Souza, Luan Moraes de
O CONCEITO DE "BOM" EM G. E. MOORE: : UMA ANÁLISE CRÍTICA À
LUZ DE J. L. MACKIE / Luan Moraes de Souza ; Danilo Marcondes
de Souza Filho, orientador. Niterói, 2021.
120 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PFI.2021.m.14836768705>

1. Metaética. 2. Ontologia Ética. 3. G. E. Moore. 4.
Principia Ethica. 5. Produção intelectual. I. Souza Filho,
Danilo Marcondes de, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III.
Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

LUAN MORAES DE SOUZA

O CONCEITO DE “BOM” EM G. E. MOORE: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ
DE J. L. MACKIE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em 28 de Outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Filho - orientador

Prof. Dr. Diogo de França Gurgel - membro interno

Prof. Dr. Lucas Mateus Dalsotto - membro externo

NITERÓI

2021

RESUMO:

O objetivo desta dissertação é apresentar uma leitura crítica da tese defendida por G. E. Moore no quinto parágrafo do seu *Principia Ethica*. Neste parágrafo, Moore defende que o conceito de "Bom" é o mais peculiar de todo âmbito da ética. O que Moore quer dizer com isso é que este conceito tem máxima relevância tanto ontologicamente, quanto epistemologicamente. Portanto, segundo Moore, o próprio âmbito da ética, num sentido fundamental, tem que ser definido em função deste conceito. Além disso, segundo Moore, este conceito é a condição de verdade de qualquer proposição ética que diga que algo é um bem. Para entendermos o sentido dessa tese seremos levados a abordar os seguintes tópicos no pensamento de Moore: *intuicionismo*, *Open Question Argument*, *Falácia Naturalista* e *Ontologia*. Além disso, apresentaremos um capítulo de introdução ao pensamento de Moore com o objetivo de explicar dois tópicos seminais na filosofia desse pensador, a saber: a defesa que Moore faz de Crenças do Senso e sua crítica ao *Idealismo* filosófico. Para obtermos um ponto de vista crítico da tese de Moore, levaremos em consideração as teses de J. L. Mackie. Os tópicos que nos interessam no pensamento de Mackie são os seguintes: *moral scepticism (ou error theory)*, *argument from relativity* e *argument from queerness*. A partir desses argumentos e teses Mackie pretende atacar o *intuicionismo*, solapar as bases de qualquer ética objetivista e defender sua posição que valores morais objetivos não existem na estrutura do mundo. Os resultados deste debate apontam para a necessidade de refletir sobre uma ética com as seguintes características: (1) uma ética em *dois níveis*, o primeiro nível reservado às *intuições* fáceis e o segundo reservado às *intuições* mais rigorosas. (2) Uma ética sem pretensões objetivistas, pelo menos inicialmente. (3) Uma ética cujos princípios sejam formulados por um *intuicionismo* rigoroso. Além desses tópicos centrais, seremos levados a debater outros que serão apresentados no decorrer do texto.

PALAVRAS CHAVES: "Bom", *Intuicionismo*, *Falácia Naturalista*, *Open Question Argument*, *Ontologia*, *Argument from Relativity*, *Argument from Queerness*.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to present a critical reading of the thesis defended by G. E. Moore in the fifth paragraph of his book *Principia Ethica*. In this paragraph, Moore argues that the concept of "Good" is the most peculiar of the whole realm of ethics. What Moore means by that is that this concept has both ontological and epistemological relevance. So, according to Moore, the very realm of ethics, in a fundamental sense, has to be defined in function of this concept. Furthermore, according to Moore, this concept is the true condition of any ethical proposition that says something is good. To understand the meaning of this thesis we will be led to address the following topics in Moore's thought: intuitionism, Open Question Argument, Naturalistic Fallacy and Ontology. In addition, we will present an introductory chapter on Moore's thinking to explain two topics seminars in this thinker's philosophy, namely: Moore's defense of Sense Beliefs and his critique of philosophical idealism. To get a critical point of view of Moore's thesis, we will consider J. L. Mackie's theses. The topics that interest us in Mackie's thoughts are as follows: moral skepticism (or error theory), argument from relativity and argument from queerness. From these arguments and theses Mackie intends to attack intuitionism, undermine the foundations of any objectivist ethics and defend its position that objective moral values do not exist in the structure of the world. The result of this debate points to the need to reflect on ethics with the following characteristics: (1) an ethics on two levels, the first level reserved for easy intuitions and the second reserved for more rigorous intuitions. (2) An ethics without objectivist pretensions, at least initially. (3) An ethics whose principles are formulated by rigorous intuitionism. Besides these central topics, we will be led to debate others that will be presented during the text.

KEY WORDS: *"Good", Intuitionism, Naturalistic Fallacy, Open Question Argument, Ontology, Argument from Relativity, Argument from Queerness.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
O que é Metaética?.....	8
Os <i>Principia Ethica</i>	9
O “Bom” nos <i>Principia Ethica</i>	11
O Dever.....	15
O Ideal.....	18
J. L. Mackie.....	19
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE G. E. MOORE: DA DEFESA DO SENSO COMUM À CRÍTICA AO IDEALISMO.....	21
Crenças do Senso Comum.....	21
Uma Resposta ao Ceticismo.....	26
Uma Resposta ao Idealismo.....	31
ONTOLOGIA ÉTICA: O CONCEITO “BOM” NO PENSAMENTO DE G. E. MOORE.....	39
“Bom” enquanto uma Crença do Senso Comum	39
O que é Definição?	42
Definindo “Bom”	51
O não Reduccionismo de “Bom”	55
O não Reduccionismo de “Bom” à Propriedades Metafísicas	61
A ARGUMENTAÇÃO DE MOORE EM DEFESA DA SIMPLICIDADE DE “BOM”: FALÁCIA NATURALISTA E OPEN QUESTION ARGUMENT.....	69
Falácia Naturalista nos <i>Principia Ethica</i>	73
O Argumento da Questão Aberta	78
A CRÍTICA DE J. L. MACKIE AO INTUICIONISMO.....	90
A Filosofia de John L. Mackie	90
A Crítica da Relatividade	95
O Argumento da Estranheza	97
Mecanismos de Objetivação	102
A Definição de “Bom” Segundo J. L. Mackie	104
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho pode ser delimitado em duas linhas: A primeira consiste em abordar a obra de George Edward Moore, *Principia Ethica* de 1903, e observar as principais consequências da tese defendida no parágrafo 5 desta obra. Neste parágrafo Moore defende que um certo uso do termo “bom”¹ indica um conceito *simples, único* e que é *o mais peculiar* a todo âmbito da ética. Ou seja, Moore defende que tudo mais no âmbito da ética tem que ser definido² em referência a este conceito simples de “Bom”. Essa tese de Moore tem consequências epistemológicas e ontológicas importantes que precisaremos analisar. Algumas dessas consequências estão contidas no significado das expressões *Open Question Argument* e *Naturalistic Fallacy*. Por este último, entende-se a denúncia feita por Moore de que qualquer teoria ética naturalista ou metafísica, ao tentar definir o conceito de “Bom”, defendeu uma definição contraditória. Agora, por *Open Question Argument* compreende-se a análise que busca esclarecer os conceitos éticos numa dada proposição e, a partir de tal análise, tenta provar que tanto teorias naturalistas quanto metafísicas de fato cometeram a *Falácia Naturalista*. No entanto, Moore vai além com o *Open Question Argument* e tenta demonstrar também que “Bom”, aquele conceito simples, de fato é algo e é passível de conhecimento. O segundo objetivo deste trabalho consiste em analisar as consequências da tese mooriana frente a uma crítica como a de J. L. Mackie defendida na obra *Ethics: inventing right and wrong*. Nesta obra, Mackie defende que não existe nenhuma condição de verdade a partir da qual podemos julgar a verdade ou falsidade dos nossos juízos morais. A posição de Mackie é que os valores morais são antes relatos subjetivistas dos sentimentos coletivos (ou individuais) diante do mundo concreto. Além disso, Mackie sustenta que as teses que defendem que os juízos morais são objetivos não têm qualquer base racional, mas sim um erro sistemático em seus princípios. Para esclarecer ainda mais as questões que trabalharemos aqui será necessário fazer alguns comentários acerca dos seguintes pontos: num primeiro momento, tentarei

¹ Ao explicar a tese de Moore farei diferentes usos do termo “bom”, nesse sentido, estou usando diferentes grafias para cada significado. Sempre que eu fizer referência somente ao termo usarei “bom”. No entanto, quando eu fizer referência ao conceito usarei “Bom”. Porém, posso ainda falar sobre as coisas que são boas e, portanto, não é nem o conceito, nem o termo. Neste último caso usarei a expressão “aquilo que é um bem”. O sentido exato de cada um desses usos será melhor esclarecido no decorrer do texto.

² O modo como Moore usa o termo “definir” é apresentado nos *Principia Ethica* a partir da definição de cavalo. Moore afirma que definir um cavalo é o mesmo que descrever suas partes simples e o modo como estão relacionadas. No limite desta descrição Moore afirma que se alcança um conceito único e simples que já não é mais passível de ser descrito, no entanto, este último conceito era tudo o que se tentava expressar com a descrição precedente (MOORE, 1993, §7, pp.59-60). Mais à frente daremos mais detalhes desse significado.

mostrar por que a obra de Moore tem que ser tomada como uma obra de *Metaética*. Num segundo momento, apontarei uma distinção entre as três questões éticas que são objeto dos *Principia Ethica* e, a partir daí, apontarei qual problema este trabalho está empenhado em debater. Por fim, pretendo formular a questão que representa o debate Metaético entre G. E. Moore e J. L. Mackie.

O QUE É METAÉTICA?

O primeiro ponto a ressaltar é que esse é um trabalho de Metaética e como tal, se enquadra no ramo de investigação filosófica que usa a análise da linguagem para compreender os princípios que orientam o raciocínio moral. A Metaética não se preocupa com questões éticas práticas tais como que coisas no mundo são boas, ou se agir desse e daquele modo específico é certo ou errado. O objetivo da Metaética é exclusivamente teórico, ou seja, tenta estabelecer a base a partir da qual se pode extrair orientações morais práticas. Essa é, por exemplo, a perspectiva a partir da qual R. M. Hare define a tarefa da filosofia da linguagem no âmbito da ética, ele diz:

A filosofia da linguagem se preocupa, acima de tudo, com o estudo do conceito de *significado* nos vários sentidos dessa palavra. Mas os significados das palavras e sentenças morais, em pelo menos alguns sentidos, determinam a lógica das inferências nas quais elas aparecem (...). De modo que a filosofia da linguagem, aplicada à linguagem moral, deve ser capaz de prover uma estrutura lógica para nosso pensar moral. (HARE, 2003, pp.19-20)³.

No entanto, o problema de quais princípios regem nosso raciocínio moral posto neste modo simplificado falseia a enorme complexidade que a circunscreve. A definição de Metaética proposta por Darlei Dall’Agnol no seu *Valor Intrínseco: metaética, ética normativa e ética prática em G. E. Moore* destaca satisfatoriamente essa complexidade, ele afirma:

Assim, a metaética está principalmente preocupada com o significado dos termos morais, com o critério para se distinguir bom de mau, certo de errado, com a natureza dos julgamentos morais e sua objetividade ou não, com os fundamentos para a justificação de juízos morais, com o estatuto

³ Itálico de R. M. Hare.

ontológico das qualidades morais (se elas expressam fatos ou não) e assim por diante.(DALL'AGNOL, 2005, pp.25-26).

Essa exposição de Dall'Agnol não esgota as questões que são necessárias responder para compreendermos os princípios que regem nosso raciocínio moral, porém, tal exposição é suficiente para entendermos o quão complexas tais respostas devem ser. Um sintoma de tal complexidade se dá no fato de que encontramos registros deste problema desde os primórdios da história da filosofia⁴. No cenário contemporâneo é a questão que tem dividido *intuicionistas*, naturalistas, emotivistas, defensores do *error theory* e etc⁵. Cada uma dessas teorias, para atingir seu fim, devem responder aquelas questões apontadas por Dall'Agnol e muitas outras. No entanto, depois disso, precisariam oferecer uma refutação a cada uma das demais teorias. Diante deste volume enorme de questões, é fundamental observarmos como elas estão organizadas no interior dos *Principia Ethica* e, assim, determinarmos não apenas quais são as pretensões Metaéticas dessa obra, mas também destacar qual é a questão mais relevante para o presente trabalho.

OS PRINCIPIA ETHICA

O primeiro ponto a destacar é que nos *Principia Ethica* Moore divide os problemas que analisa em três grandes questões gerais, são elas: “que coisas são boas em si mesmas (ou possuem valor intrínseco)?”, “que tipo de ações devemos praticar?” e “o que constitui O Ideal?”. Essas questões estão, no entanto, subordinadas às pretensões Metaéticas daquela

⁴ Um exemplo de registro desse problema encontra-se na *República* de Platão (505a - 511e).

⁵No decorrer deste trabalho oferecerei uma definição de *Intuicionismo* (teses de Moore), naturalismo e *error theory* (tese de Mackie). Para uma definição de emotivismo é assaz esclarecedora a obra de R. M. Hare *Ética: problemas e respostas* (Hare, 2003, pp. 145-172). A definição apresentada por R. M. Hare é a seguinte: “Os emotivistas pensavam que quando faço um enunciado moral estou expressando uma atitude minha para com um ato, pessoa etc.” dessa sucinta apresentação Hare destaca que a distinção entre “expressar” e “enunciar” é totalmente relevante. Para explicar o sentido dessa distinção Hare dá o seguinte exemplo: “Comparemos duas pessoas, uma das quais diz, num calmo tom de voz: ‘estou muito zangado com você pelo que fez’, e a outra diz: ‘Seu idiota!’. A primeira está enunciando que tem um sentimento (raiva); a segunda o está expressando.” (Hare, 2003, pp. 147-148).

obra, e isto fica claro numa passagem do primeiro prefácio⁶ em que Moore destaca o seguinte:

Tentamos, por outras palavras, descobrir quais são os princípios do raciocínio ético; e o estabelecimento destes princípios, mais do que quaisquer conclusões a que eles possam levar, pode ser considerado como o principal objetivo deste trabalho. No entanto, tentamos também no capítulo VI, apresentar algumas conclusões relativas à resposta adequada à pergunta ‘o que é O Ideal?’(...). Tentamos definir as classes onde se enquadram todos os grandes bens e males; (MOORE, 1999, pp. 75-76)⁷.

Portanto, fica claro a partir dessa citação que o objetivo dos *Principia Ethica* é antes de tudo a determinação dos princípios que regem o raciocínio moral. Contudo, podemos perceber também que a questão sobre “o que é o ideal?” funciona quase como um apêndice ao texto, enquanto as outras duas questões (“que coisas são boas em si mesmas ou possuem valor intrínseco?” e “que ações devemos praticar?”) são as partes mais importantes. Ou seja, as duas outras questões constituem aquilo que é mais importante para compreendermos nosso raciocínio moral. O próprio Moore deixa isso claro ao afirmar o seguinte:

Não obstante, é possível definir com exatidão os *tipos* de provas que são ao mesmo tempo necessárias e as únicas pertinentes para a demonstração ou refutação de tais questões. Estas provas devem conter proposições de duas e apenas duas categorias: devem, em primeiro lugar, consistir em verdades relativas aos resultados da ação em causa - ou seja, verdades *causais* - mas devem incluir *também* as verdades éticas da nossa primeira categoria, aquelas que são auto-evidentes. São necessárias muitas verdades de ambos os tipos para provar que uma determinada ação deve ser executada; e qualquer outro tipo de prova é totalmente irrelevante. (MOORE, 1999, pp. 74-75)⁸.

⁶ A edição de 1993 dos *Principia Ethica*, editada por Thomas Baldwin, foi adicionado um texto intitulado *Prefácio à Segunda Edição*. Esse texto trata-se de um trabalho de Moore inacabado e que seria publicado como prefácio na reedição dos *Principia* do ano 1922. No entanto, Moore, por achar o trabalho deveras extenso, optou por não publicá-lo e deixou o texto inacabado. De qualquer forma, é bom ressaltar que por meio do novo prefácio Moore não tinha a intenção de modificar as teses defendidas na obra. No entanto, Moore pretendia tornar tais teses ainda mais claras.

⁷ Todas as citações dos *Principia Ethica* correspondem à seguinte edição: MOORE, G. E. *Principia Ethica*. 2 ed. Org.: Thomas Baldwin. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

⁸ Todos os itálicos da citação são de G. E Moore.

Portanto, entre essas duas importantes questões, precisamos distinguir aquela que mais nos interessa neste trabalho. No entanto, será útil apontarmos também qual a diferença entre a questão “o que é o ideal?” e aquelas outras para entendermos a razão de o problema sobre o Ideal ser tomado quase como um apêndice. Sendo assim, começarei apontando qual a questão deste trabalho e, posteriormente, apontarei o significado das demais questões. Espero deste modo demarcar as principais diferenças e evitar confusões.

O “BOM” NOS PRINCIPIA ETHICA

Gostaria, no entanto, de começar fazendo alguns esclarecimentos acerca do modo como Moore apresenta o objeto deste trabalho, pois, ora Moore o apresenta como a questão que tenta provar o que “é bom em si ou tem valor intrínseco” e ora o apresenta como o tipo de raciocínios que são “auto-evidentes”. O que Moore entende por *valor intrínseco* tem uma grande importância no presente trabalho, contudo, adiarei um pouco uma explicação mais profunda do que essa expressão significa. No entanto, gostaria agora de explicar o sentido geral dessa expressão, pois, tal explicação nos ajudará a entender qual é a questão central deste trabalho. Ora, dizer que algo tem *Valor Intrínseco* (ou é bom em si mesmo) significa dizer que seu valor depende somente da natureza da coisa em questão e que, portanto, seu valor não é mutável de acordo com as circunstâncias. Sendo assim, quando dizemos que “a ciência tem valor intrínseco”, que “a vida é boa em si mesma” e etc., estamos fazendo afirmações sobre o valor invariável contido em algumas coisas. Contudo, quando Moore fala em proposições “auto-evidentes” ele está falando do valor intrínseco contido nas coisas relacionado com o conceito de “Bom”. Este último, Moore o concebe como um conceito em si, diferente daquelas coisas que são um bem. No entanto, na proposição de que algo tem valor intrínseco, Moore acredita que o conceito simples “Bom” está necessariamente relacionado de forma a constituir a condição de verdade de tal proposição. Sendo assim, há aqui uma distinção importante entre aquilo que é um bem e a bondade em si⁹.

Em vista desta distinção entre aquilo que é um bem e “Bom”, e a respectiva relação entre eles, Robert Peter Sylvester, no seu *The Moral Philosophy of G. E. Moore*, faz o seguinte comentário: “A palavra ‘bom’ nomeia este objeto simples e único que Moore defendeu, e este é o ser deste objeto que, em certas ocasiões, qualifica coisas e eventos no

⁹ Essas explicações resumem a ideia de que o conceito “Bom” é *superveniente* aos objetos do mundo.

mundo existente, atribuindo a eles valor intrínseco”(Sylvester, 1990, p.3)¹⁰. No entanto, o próprio Moore não nos deixa enganar no que diz respeito a esse ponto, pois, no nono parágrafo dos *Principia Ethica*, ele deixa claro como devemos pensar o vínculo entre a bondade em si e as coisas boas, ele diz:

Admitindo que ‘bom’ é um adjetivo, então ‘o bem’, ‘aquilo que é bom’, terá de ser o substantivo, ao qual deverá ser aplicado o adjetivo ‘bom’; terá de ser a totalidade daquilo a que se vai aplicar o adjetivo, e este terá *sempre* de se lhe aplicar verdadeiramente. Mas, se é ao substantivo que o adjetivo irá aplicar-se, então terá de ser algo de diferente do adjetivo em si. E a totalidade desse algo de diferente, seja o que for, será nossa definição de *o bem*.(MOORE, 1999, §9, p. 90)¹¹.

Nesse sentido, precisamos esclarecer que nossa questão não gira ao redor do problema de que coisas são boas, mas estamos sim preocupados com o conceito de “Bom” que é a condição de verdade para dizer que coisas são boas. E a partir de agora passarei a dar mais detalhes das questões que discutirei neste trabalho.

A tese de Moore que pretendo analisar, como já afirmei, está resumida no quinto parágrafo dos *Principia Ethica*. A tese se resume na afirmação de que certo uso do termo “bom” refere-se a um conceito moral único e simples, mas que é o mais fundamental e importante do âmbito de debate ético. Por outras palavras, Moore acredita que tal conceito é a razão última que explica e define tudo mais no campo da ética. Além disso, Moore deixa claro que esse conceito tem também relevância epistemológica central, pois, sem esse conhecimento corre-se o risco de cometer um número muito maior de erros éticos. Vejamos como o próprio Moore coloca esse ponto:

O que se entende por ‘bom’ é excetuando o seu oposto ‘mau’, o *único* objeto simples do pensamento que é peculiar à Ética. A sua definição é, portanto, o ponto mais essencial para a definição da Ética. Além disso, qualquer erro neste domínio implica um número muito vasto de juízos éticos errados do que qualquer outro.(MOORE, 1999, §5, p.86)¹².

¹⁰ The word ‘good’ names this unique and simple object, Moore held, and it is the being of this object that, on certain occasions, qualifies things and events in the world of existences, rendering them of intrinsic value.

¹¹ Todos os itálicos da citação são de G. E. Moore.

¹² Todos os itálicos da citação são de G. E. Moore.

Assim, depois de estabelecer a prioridade desse conceito diante de qualquer outro no âmbito da ética, Moore aponta que a questão mais fundamental da sua obra é a busca pela definição adequada do conceito “Bom”. A resposta de Moore a tal questão é que tal conceito é um elemento *sui generis* simples do pensamento e, por isso, não analisável e não definível (Moore, 1999, §6 e §10, p.87 e pp.91-92). Essa definição não implica que tal conceito de “Bom” não seja passível de conhecimento, mas implica, por outro lado, que não é possível descrever “Bom” nas suas partes. Diante dessa impossibilidade de definição e descrição Moore afirma o seguinte sobre o significado de “Bom”:

Se nos perguntarem ‘o que é bom?’, a nossa resposta será que bom é bom e ponto final na questão. Ou ainda, se nos perguntarem ‘como devemos definir bom?’, responderemos que não pode ser definido e que é tudo o que temos a dizer sobre o assunto. (MOORE, 1999, §6, p.87).

Com esta singular definição de “bom” e com a possibilidade de ainda assim conhecê-la, surge a questão central do trabalho, a saber: como podemos conhecer aquele conceito que é o mais importante do âmbito da ética? A resposta Moore nos dará a partir da explicação do que ele entende por *Open Question Argument*. Como mencionei, este argumento consiste numa análise proposicional cujo o resultado esclarece os conceitos presentes na proposição, bem como a respectiva relação entre tais conceitos. No âmbito dos *Principia Ethica*, Moore apresenta algumas soluções para análise de proposições éticas do tipo “x é bom”. Um desses resultados consiste em afirmar que quando a proposição “x é bom” tem como objetivo definir “Bom” verifica-se sempre uma contradição entre os conceitos. Esse resultado faz permanecer uma dúvida quanto à validade da definição e, desse modo, a definição permanece aberta. Segundo essa posição, a relação que “Bom” mantém com “x” naquela proposição, não pode ser, segundo Moore, uma relação de identidade de natureza, mas sim uma relação em que “Bom” certifica o valor moral de “x”. A outra conclusão do *Open Question Argument* fundamenta-se em várias análises de proposições que tentam definir o conceito de “Bom”, bem como de uma reflexão sobre a natureza dos conceitos. O resultado em questão consiste no reconhecimento de que o conceito de “Bom” é o elemento único da ética e de que tal conceito está sempre presente quando se diz que algo é um bem. Nesse segundo resultado Moore não apenas percebe que “Bom” é diferente das demais coisas, mas o reconhece como algo. Esse último resultado é suficiente para Moore

recusar a tese de que um elemento único tal como “Bom” não exista para ética (Moore, 1993, §13, pp.67-68).

O argumento apontado no último parágrafo constitui o cerne do que Moore chamou de *Open Question Argument*, no entanto, uma explicação completa do argumento requer que se explique também em que sentido Moore é um *intuicionista*, isto é, seremos levados a tentar entender a seguinte afirmação de Moore:

os princípios fundamentais da Ética devem ser evidentes por si mesmos(...). Tal expressão significa que a proposição em si é evidente ou verdadeira *por si só*, sozinha; que não é uma inferência de outra proposição que não dela própria. (Moore, 1999, §86, p.244).

Contudo, o *intuicionismo* não é o único ponto relevante aqui. Precisaremos explicar também no que consiste a ontologia de Moore, cuja a característica principal é o fato de privilegiar a análise de conceitos e de suas relações ao invés da análise de fatos. Temos que observar aqui que a ideia de “conceito” está na base do *Open Question Argument*. Na verdade, os conceitos têm importância máxima na ontologia mooriana, pois, para Moore, os conceitos são os elementos mais simples que expressam o mundo. Contudo, ainda temos muito a dizer sobre como Moore entende o sentido de “conceito”. Para darmos uma orientação básica do que Moore entende por “conceito”, as palavras de Geraldo José Ormieres podem ser esclarecedoras, ele diz o seguinte: “em Moore, os elementos primários são os simples conceitos ‘platonizados’”. Posteriormente, numa nota, ele esclarece que “isso apenas quer dizer que a concepção de Moore é muito próxima do platonismo; que um conceito em Moore tem a mesma característica das idéias em Platão, isto é, a concepção mooriana é tão realista quanto a platônica.”(ORMIERES, 2007, p.109). Tentarei mostrar mais a frente o que Ormieres quer dizer.

A Falácia Naturalista, por sua vez, consiste numa afirmação de Moore sobre um erro cometido pelos demais filósofos. Como já deve estar mais ou menos claro, tal erro está associado a confundir a natureza específica de “Bom” com a natureza de qualquer outra coisa. É importante destacarmos mais uma vez que “Bom” é indefinível para Moore, sendo assim, qualquer tentativa de definição do tipo exigido por Moore cairia na Falácia Naturalista. Neste sentido, a Falácia tem importância fundamental aqui, pois, se conseguir provar que há uma contradição nas definições propostas pelos demais pensadores, Moore dará um passo importante para provar que a sua tese da indefinibilidade de “Bom” é

verdadeira. Portanto, ao trabalharmos a Falácia Naturalista estaremos trabalhando com esse foco.

Sendo assim, podemos apontar que o que mais nos interessa no interior dos *Principia Ethica* é a tese do quinto parágrafo. Tal tese afirma que certo uso do termo “bom” indica um conceito que é *o único peculiar* a todo âmbito da ética, o conceito “Bom”. Além disso, essa tese afirma que tal conceito de “Bom” é a condição de verdade de qualquer juízo ético. Visto que a posição de Moore é que tal conceito de bondade é não analisável e não definível, mas não necessariamente irreconhecível, as questões centrais do trabalho serão as seguintes: como podemos conhecer esse conceito de bondade? Qual sua natureza específica? Qual o erro das demais teorias? Com isso seremos levados a analisar *Open Question Argument*, o *intuicionismo* de Moore, a *ontologia* de Moore e a *Falácia Naturalista*.

O DEVER

No entanto, será importante distinguirmos as questões metaéticas que giram ao redor do conceito "Bom", das questões metaéticas que giram ao redor da ética normativa e que também têm grande importância no interior dos *Principia Ethica*. Ora, como está posto na segunda citação da página 10 deste trabalho, quando Moore fala em ética normativa ele está falando do ramo da ética que se preocupa com as ações relativamente a seus fins. Nesse sentido, esse ramo da ética está principalmente preocupado com raciocínios éticos causais e com o conceito de “dever”. As ações que constituem dever para Moore são aquelas que devem resultar no maior número de coisas absolutamente boas no Universo. Nesse conceito, as ações são causas que têm como efeitos coisas absolutamente boas. A respeito desse ponto Moore afirma o seguinte: “a afirmação ‘eu estou moralmente comprometido a executar tal ação’ é idêntica à afirmação ‘esta ação produzirá a maior quantidade de bem no universo’” (MOORE, 1999, §89 p.248). Com isso, fica claro que o conceito de “dever” de Moore tem que ser entendido como o conjunto de ações que resultará no maior número de coisas absolutamente boas no universo. No entanto, a ideia de raciocínios éticos causais não pode ser negligenciada aqui, pois, tal ideia, quando considerada no âmbito da decisão da ação moral, é acompanhada de restrições epistemológicas importantes.

Moore aponta duas pretensões epistemológicas como fundamentais ao conceito de dever: a primeira fica clara a partir de uma comparação que Moore faz entre encadeamentos causais científicos e encadeamentos causais éticos. Nesta comparação Moore explicita que a pretensão de encadeamentos causais éticos seria alcançar resultados tão objetivos quanto os

das leis científicas, isto é, Moore pretendia atingir o conhecimento de que dada ação ou um conjunto de ações em qualquer circunstância resultariam sempre no maior número de bem para o universo. A segunda pretensão é obter um conhecimento geral de todas as consequências de todas as ações que são potenciais produtoras do maior número de bens para o Universo. Com isso se obteria uma visão comparativa do valor de tais ações. Ora, por “conhecimento geral das consequências” entende-se duas coisas: a primeira é que deve-se obter de cada ação alternativa não apenas o conhecimento de que ela realmente produz o maior número de bem para o universo, mas também que todas as consequências secundárias são as melhores possíveis. A segunda coisa que quero dizer com aquela expressão é que todo esse encadeamento ético causal precisa ser analisada dentro de uma visão de futuro infinita (Moore, 1999, §16 - §17, pp. 104-110). Moore explicita que essas pretensões estão fortemente presentes nas vulgares regras de conduta, mas também admite que não é possível atingi-las.

O que impossibilita a execução da primeira pretensão de atingir leis causais éticas universais está ligado ao fato de ser impossível dizer que uma mesma ação produzirá sempre o mesmo resultado. Portanto, acerca da possibilidade de criar leis éticas causais, Moore afirma o seguinte:

Sendo assim, nunca poderemos conseguir mais do que uma *generalização* - uma proposição do tipo ‘este resultado segue-se *geralmente* a este tipo de ação’, e mesmo esta generalização apenas será verdadeira se as circunstâncias em que decorre a ação forem de um modo geral idênticas. Isto é, de fato, o que se verifica, em grande medida numa dada época e sociedade. Mas quando tomamos em consideração outras épocas, verificamos serem as circunstâncias normais em que ocorre uma determinada ação tão diferentes, em tantos casos importantes, que a generalização que é verdadeira para um já não o será para outro. Portanto, nenhum dos juízos éticos que afirmam que um certo tipo de ação é bom enquanto meio para obter um certo tipo efeito poderá ser *universalmente* verdadeiro, e muitos, que poderão ser verdadeiros num determinado período serão geralmente falsos noutros.(MOORE, 1999, §16, p.105).

No que diz respeito à impossibilidade de obter um conhecimento das consequências gerais de todas as ações alternativas, Moore vê impossibilidades ainda mais sérias. Por um lado, Moore destaca que nossa capacidade de realizar inferências causais não é capaz de se estender em

períodos muito longos, mas que podemos apenas inferir resultados causais dentro de um futuro relativamente próximo. Por outro lado, Moore destaca que nem sempre será possível conhecer todas as ações alternativas, sendo assim, nossa decisão se dará sempre em meio a algumas poucas ações alternativas. Vejamos como ele destaca esse ponto:

Neste aspecto, os juízos éticos acerca dos efeitos de uma ação implicam dificuldades e complicações muito maiores do que as sentidas na formulação das leis científicas. Quanto a estas [as leis éticas], precisamos apenas de considerar não só o efeito, mas também os efeitos dos efeitos, e assim sucessivamente, até onde a nossa visão de futuro conseguir penetrar. Torna-se, na verdade, óbvio que a nossa visão do futuro não consegue nunca ir suficientemente longe para nos garantir que qualquer ação irá produzir os melhores efeitos possíveis. Teremos de nos dar por contentes se nos parecer que o maior saldo possível de bem está a ser produzido dentro de um período limitado. (MOORE, 1999, §16, p. 106).

Portanto, essas limitações e dificuldades às quais o debate normativo está submetido nos Principia Ethica tem que ser considerado como contido no interior do conceito de “dever” de Moore, já que este último é o conceito normativo mais importante. Sendo assim, quando se define dever como a ação que resulta no maior número de coisas absolutamente boas no Universo, sabe-se que tal realização está repleta de limitações. Por isso Moore diz o seguinte sobre as proposições de dever:

Há, portanto, juízos que asseveram que certas categorias de coisas produzem bons efeitos. Estes juízos, pelas razões atrás apontadas, apresentam as seguintes características: (1) se afirmam que espécie de coisas em causa produz sempre bons efeitos, é pouco provável que sejam verdadeiros, e (2) mesmo quando se limitam a dizer que os efeitos são geralmente bons, muitos deles apenas serão verdadeiros em relação a um determinado período histórico. (MOORE, 1999, §17, pp. 106-107).

Portanto, não nos preocuparemos neste trabalho com questões relativas ao âmbito da ética normativa ou ao conceito de dever. Ou seja, não faz parte do nosso trabalho debater se alguma regra de ação está de acordo com o dever ou não. Nem mesmo será objeto deste

trabalho analisar as consequências do conceito de dever formulado por Moore. Tal conceito tem grandes pretensões, mas é limitado na sua própria formulação¹³.

O IDEAL

O que Moore entende por “O Ideal” pode ser explicado em referência aos dois conceitos anteriores (“bom” e “dever”). Por um lado, o ideal pode ser pensado em relação ao conceito de Valor Intrínseco, pois trata-se da afirmação de que algo é a coisa mais boa e bela que o ser humano pode conhecer. Desse modo entende-se que o conceito simples de “Bom” tem uma relação especial com o conceito de O Ideal. Por outro lado, quando o conceito de dever afirma que a ação que constitui um dever é aquela que produzirá o maior número de coisas boas no universo, o que se entende por “o maior número de coisas boas” pode muito bem ser O Ideal. Contudo, o que faz da questão “o que é o Ideal?” uma outra questão é justamente sua pretensão de ser a melhor e mais bela coisa que o ser humano pode conhecer e obter. Neste sentido, a tese do sexto capítulo (intitulado *O Ideal*) poderia ser entendida como o resultado da aplicação daqueles dois princípios de raciocínio ético destacados por Moore e, enquanto tal, poderia ser uma orientação prática. No entanto, mais uma vez aqui Moore evita dar o passo que o colocaria fora dos domínios de um debate metaético. Portanto, o que Moore faz no sexto capítulo não é apontar que tipo de coisa ou estado de coisas é o melhor possível, mas sim apresentar aspectos ontológicos gerais que devem estar contidos na

¹³ Gostaria de observar aqui que por conta das restrições que o conceito de dever está exposto Moore precisou fazer muitas considerações adicionais a sua teoria normativa. Uma exposição completa desse debate pode ser observado no capítulo V dos *Principia Ethica* intitulado *A Ética em Relação à Conduta*. Porém, podemos observar que uma das teses mais importantes deste capítulo de Moore já se apresenta no item 2 da última citação. Tal tese afirma que as regras estabelecidas socialmente são aquelas que devem ser obedecidas em qualquer situação, pois tais regras muito provavelmente realizam uma quantidade muito maior de bens no universo do que as transgressões das mesmas. As transgressões, por outro lado, Moore afirma que são muito provavelmente males positivos. Tal tese fica clara na seguinte passagem: “é verdade que, uma grande maioria de casos, o cumprimento de uma regra estabelecida é útil, não é menos verdade que há uma grande probabilidade de que o desrespeitar da regra em qualquer caso específico seja errado; e a incerteza do nosso conhecimento dos efeitos e dos valores da violação da regra em casos específicos é tão grande que parece improvável que o juízo de um indivíduo que pense que os efeitos lhe serão possivelmente favoráveis possa ser contrariado pela probabilidade universal de este tipo de ação ser errado.” (Moore, 1999, p.266). No entanto, essa tese apresenta uma variação importante. Nessa variação o conceito de Dever quando considerado conjuntamente as considerações do capítulo III e VI (respectivamente O Hedonismo e O Ideal) é posto no que muitos comentadores chamaram de uma renovação do Utilitarismo Clássico para um Utilitarismo ideal. José Ormieres Maciel explicitou o sentido dessa renovação na seguinte passagem no seu texto *O Utilitarismo do Ideal*: “Assim, se interpretam o bem como sendo a felicidade, teremos o utilitarismo eudemonista de J. S. Mill, e, se adotarmos a definição de Bentham, teremos o utilitarismo hedonista, já que aqui o bem é definido como sendo o prazer. Caso interpretemos o bem como sendo representado por ideais desinteressados tais como a amizade ou o amor por um lado e os prazeres estéticos por outro, então diremos que é um utilitarismo do ideal. Nessa terceira categoria se insere o pensamento de G. E. Moore”. Desse modo, essa definição apresentada está longe de estar completa, porém, o apresentado é suficiente para nossos objetivos aqui.

natureza daquilo que é um bem Ideal. Por isso que no fim do capítulo seis Moore afirma o seguinte: “O objetivo principal deste capítulo foi o de definir em termos gerais o tipo de coisas entre as quais se espera encontrar ou grandes bens ou grandes males intrínsecos (...)” (MOORE, 1999, §135, p.334).

Assim, para evitar entrarmos em assuntos bastante complexos, me limitarei a enunciar quais são as características ontológicas essenciais do Ideal. A tese central do capítulo está anunciada no parágrafo 113 onde Moore afirma o seguinte: “As coisas mais valiosas que conhecemos ou podemos imaginar são, sem dúvida, certos estados de consciência que se podem descrever genericamente como os prazeres das relações humanas e o gozo dos objetos belos” (MOORE, 1999, §113, p.295)¹⁴. No entanto, segundo Moore, o gozo estético e os prazeres da relação humana fazem parte de estados de coisas altamente complexas que, quando analisados, revelam como elemento importante que constitui seu valor os conceitos simples de “Bom” e de beleza. Este último ponto Moore deixa claro ao afirmar o seguinte:

(...) dizer que uma coisa é bela é dizer, não que é em si mesma boa, mas que é um elemento necessário a algo que o é: provar que uma coisa é verdadeiramente bela é provar que um todo com o qual tem uma relação específica enquanto parte é verdadeiramente bom. (MOORE, 1999, §121, p. 309)

Assim fica claro que para Moore a natureza ontológica do que ele chama de o Ideal pode ser descrita da seguinte forma: é algo altamente complexo, deve conter entre seus elementos belezas estéticas e amores como a amizade e etc. Além disso, o conceito de beleza e o conceito simples de “Bom” estão relacionados com este todo complexo de modo a certificar o valor ali presente. Por fim, trata-se de uma aspiração humana, é aquilo que o ser humano pode tomar como seu fim.

J. L. MACKIE

¹⁴ Essa citação requer uma observação importante: esta tese mooreana trata da relação entre a consciência e coisas boas e mencioná-la sem destacar a posição epistemológica de Moore seria injusto com o autor dos *Principia Ethica*. Moore fez todos os esforços para que seu conhecimento de coisas boas fossem independentes da Mente. Essa tese é enunciada em um momento em que as principais teses dos *Principia Ethica* já alcançaram um grande grau de desenvolvimento e, por isso, ela obscurece alguns dos pressupostos que a rege.

Com J. L. Mackie, pretendemos obter um ponto de vista crítico para avaliar os méritos e deméritos das teorias de G. E. Moore. Mackie, na sua obra *Ethics: inventing right and wrong*, formulou a tese que ele chama de ceticismo moral. Tal tese afirma taxativamente que valores morais não existem na estrutura do mundo. Para entendermos melhor essa posição, seremos levados a debater dois argumentos que atacam o *intuicionismo*, são eles: *Argument from Queerness* e *Argument from Relativity*. Além disso, há dois modos pelos quais Mackie busca suplementar sua tese: a partir da teoria nomeada *Patterns of Objectification*, que consiste em tentar explicar no que os moralistas realistas erram ao afirmarem que valores morais são objetivos. Também analisaremos o modo como Mackie define “Bom”, uma definição que ele acredita ser vazia em conteúdo. Feito todo esse debate, estaremos hábeis para avaliar se o *Open Question Argument* de G. E. Moore é suficiente para refutar a definição que Mackie propõe para o conceito “Bom”.

Como conclusão desta introdução podemos dizer então que não nos preocupamos com o âmbito da ética normativa e, portanto, não é nosso objetivo debater as questões que estão relacionadas com o conceito de dever. Não pretendemos também debater a ontologia daquilo que Moore chama de O Ideal. A intenção do trabalho é analisar as consequências da tese de que o conceito “Bom” é o conceito mais peculiar de toda ética, que este é um conceito *sui generis*, não analisável e não definível, mas ainda assim um conceito passível de conhecimento.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE G. E. MOORE: DA DEFESA DO SENSO COMUM À CRÍTICA AO IDEALISMO FILOSÓFICO

Principia Ethica, apesar de ser considerado o principal trabalho de G. E. Moore, não aborda diretamente teses que são seminais na filosofia deste pensador. Tais teses tratam da defesa que Moore faz a algumas Crenças do Senso Comum e a sua oposição ao Idealismo filosófico. Apesar de não terem tido um tratamento particularizado nos *Principia Ethica*, tais posições parecem terem sido levadas em consideração nas principais conclusões dos *Principia*. Portanto, precisamos reservar um espaço para explicar tais posições neste trabalho.

CRENÇAS DO SENSO COMUM

A importância de tais teses mooreana, pode ser explicada a partir de uma referência a José Ormieres e Alan R. White. Este último, na sua obra *G. E. Moore: a critical exposition*, ao explicar a importância da defesa de Moore a algumas Crenças do Senso Comum, deixa claro que, para o autor dos *Principia*, tais crenças representam um critério por meio do qual pode-se avaliar a verdade ou falsidade das demais explicações sobre o universo. White afirma o seguinte:

Por que Moore não tinha dúvidas do significado ou verdade do que ele queria analisar, a saber, o que é dito pelo senso comum, ele podia apelar para estas declarações em defesa das suas próprias análises e para refutação da análise de outros filósofos.(WHITE, 1958, p.5)¹⁵

Neste sentido, White nos fornece uma interpretação em que o trabalho de Moore é pensado partindo do fato de que existem Crenças do Senso Comum que são verdadeiras. Este ponto de partida não é tomado como resultado de uma análise filosófica, mas sim como anterior ao processo analítico. Assim, por um lado, a análise executada por Moore pode ser pensada como uma explicação filosófica às Crenças verdadeiras do Senso Comum. Por outro lado, sempre que uma análise divergir de tais Crenças, esta análise estará infringindo um critério importante para sua própria verdade.

¹⁵ Because Moore had no doubt of the meaning or truth of what he wished to analyse, namely, what is said by common sense, he was able to appeal to these deliverances in support of his own analyses and in refutation of the analyses of other philosophers.

José Ormieres, por sua vez, destaca que a ontologia mooreana é moldada a partir da tentativa de Moore de refutar o Idealismo filosófico. Ormieres afirma o seguinte: “No que se refere à ontologia, Moore defendeu um pensamento que se costuma denominar por *realismo absoluto* em sua famosa reação ao Idealismo britânico representado por Bradley”¹⁶ (ORMIERES, 2010, p. 1). O que Ormieres compreende por *realismo absoluto* pode ser melhor entendido se observarmos o artigo *O Utilitarismo do Ideal*, também de Ormieres, ali ele diz:

As proposições merecem atenção especial aqui [no âmbito da ontologia de Moore], já que , segundo a concepção mooreana, elas são objetivas e não mentais. Essa tese se opõe ao idealismo e depende da concepção de que as proposições sejam atemporais, ou seja, de que estejam fora do tempo. (...) Segundo esse pensamento, os conceitos são os elementos mais fundamentais da realidade a respeito da qual *juulgamos*, e, por serem as *proposições* compostas de *conceitos*, podemos *reconhecer* a verdade de uma proposição muito mais do que podemos defini-la. (ORMIERES, 2007, p. 108)¹⁷

Desse modo, a orientação que obtemos de Ormieres é que a concepção ontológica do mundo de Moore tem como elemento mais básico os conceitos. Estes, no que lhes concernem, constituem as proposições. Ambos, conceitos e proposições, são objetivos e não mentais, isto é, sua natureza objetiva não depende de mentes. Como consequência, os conceitos precisam ser concebidos fora do tempo, ou seja, são uma realidade absoluta (ou objetiva) fora da influência temporal. Essa tese mooreana é concebida como resultante de uma tentativa de refutar o Idealismo. A tese Idealista, por sua vez, circunscreve-se a proposição *esse est percepi*. Segundo essa proposição, um idealista é o pensador que defende que o mundo concreto só pode ser explicado em função da mente, isto é, a mente é concebida como a mais básica realidade¹⁸.

As orientações de White e Ormieres, à primeira vista, parecem não convergir entre si. Isso se dá, em parte, por que cada uma das orientações tratam de estágios epistemológicos diferentes no pensamento de Moore. White refere-se àquilo que é tomado como verdadeiro

¹⁶ Itálico de José Ormieres.

¹⁷ Todos os itálicos são José Ormieres.

¹⁸ Ver *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, London, 1998. Verbete: *Idealism*. Neste texto, toda vez em que mencionar o Idealismo, estarei levando em consideração a definição apresentada no *Encyclopedia of Philosophy*, a saber: “As the term [Idealism] will be used here, a philosopher is an idealist if and only if they believe that physical world exist either (1) only as an object for mind, or (2) only as a content of mind, or (3) only as something itself somehow mental in it’s true character (...)”.

antes do processo analítico, Ormieres, por sua vez, faz referência àquilo que é elementar no processo analítico mesmo. O modo como tais estágios relacionam-se pode ser observado numa passagem de *A Defense of Common Sense*, em que Moore explica o que é Crença do Senso Comum. Moore afirma o seguinte:

Uma expressão tal como “a terra existiu há muitos anos passados” é o verdadeiro tipo de uma expressão não ambígua, cujo significado todos nós entendemos. Suponho que qualquer um que assuma uma perspectiva contrária deve estar confundindo a questão de se entendemos seu significado (o que todos nós certamente fazemos) com a questão inteiramente diferente de se *sabemos o que ela significa*, no sentido de que somos capazes de *apresentar uma análise correta* de seu significado.(...) Porém, sustentar que não sabemos qual, em determinados aspectos, é a análise do que entendemos por tal expressão, é uma coisa inteiramente diferente de sustentar que não entendemos a expressão. É óbvio que nem mesmo podemos levantar a questão de como se deve analisar o que entendemos por ela, a menos que a entendamos. (MOORE, 1985, p.85)¹⁹

A tese de Moore indica que alguns saberes do senso comum estão na base da análises filosóficas. Segundo Moore, por mais que tentássemos, alguns desses saberes não são passíveis de análise. Estes saberes são, então, inexplicáveis e devem simplesmente serem aceitos. Outros saberes comuns, por sua vez, podem ser analisados²⁰. Portanto, a análise filosófica, para Moore, é uma tentativa de explicação de saberes do senso comum que são simplesmente aceitos. Ora, a explicação de um saber comum por meio da análise filosófica, implica observar esses saberes nos seus conceitos simples apontados por José Ormieres. Contudo, fica claro que tratam-se de estágios diferentes do pensamento epistemológico de Moore. O que nos leva a esta última conclusão, é o fato de que se não é possível analisar um dado saber não significa que não o conhecemos tal como o Senso Comum o conhece. O contrário, contudo, não é válido. Sendo assim, o saber analítico é dependente da existência de um saber do senso comum prévio. Nesse sentido, é fundamental mostrar como dessa defesa

¹⁹ Todos os itálicos são de G. E. Moore.

²⁰ Veremos mais à frente que o conceito simples de bondade é o resultado de uma análise do modo como o senso comum emprega o termo “bom”. Nesse sentido, a tese ética acerca do termo “bom” é um exemplo de saber do senso comum passível de análise. No entanto, teremos que lidar com dificuldades que impossibilitam tomar a posição de Moore como uma explicação de fato.

de saberes do senso comum, Moore desemboca numa crítica ao idealismo que resultará na sua ontologia.

A importância que Moore atribui a sua defesa de algumas Crenças do Senso Comum, pode ser observado na obra *Some Main Problems of Philosophy*. Nesta obra Moore pretende apresentar uma definição de filosofia, no entanto, acredita que só pode executar essa tarefa se fizer uma descrição das principais questões filosóficas. Contudo, o próprio Moore condena esta tarefa. Moore afirma que o máximo que pode ser feito é dar uma explicação geral da filosofia a partir da explicação de qual é a tarefa mais importante da mesma. Segundo Moore, a tarefa mais importante da filosofia é “dar uma descrição geral de todo Universo”. Nesse contexto, ao tentar dizer o que é a *atividade* filosófica, Moore atribui um papel fundamental a crenças do senso comum. Vejamos como Moore explica o que é a atividade filosófica:

Mas penso que ele [o Senso Comum] tem visões bastante definidas com o resultado de que certos tipos de coisas certamente estão no universo, e com relação a algumas maneiras em que este tipos de coisas estão relacionados entre si. E desejo começar descrevendo esta perspectiva, porque me parece que o que é mais espantoso e mais interessante acerca das perspectivas de muitos filósofos é a maneira pela qual eles ultrapassam ou contradizem a perspectiva do Senso Comum: professam saber que existem coisas mais importantes que o senso comum não professa saber, e professam saber que não existem no Universo (ou, pelo menos, que, se existem, não o sabemos) coisas cuja existência o senso comum está mais certo. Penso, portanto, que perceberemos melhor o que estas descrições filosóficas do Universo realmente significam, percebendo como elas são diferentes das perspectivas do Senso comum - em que medida, em alguns pontos, elas vão além do Senso Comum, e como, em outros pontos, elas contradizem-no de modo absoluto. (MOORE, 1985, p.137)

Nesse sentido, a atividade da filosofia é pensada por Moore numa relação dinâmica com as Crenças do Senso Comum. Certamente, não é nenhuma novidade a ideia de que a filosofia deve manter uma relação dinâmica com um saber tradicional ou de Senso Comum. Contudo, essa relação é normalmente pautada por uma insubordinação da filosofia a tais Crenças. No entanto, o que Moore faz é mostrar que algumas dessas Crenças podem prestar um serviço à filosofia, a saber: ser a base do saber filosófico. Portanto, o procedimento de

produção de conhecimento filosófico se dará ao tomar Crenças verdadeiras do Senso Comum para avaliar as demais teorias filosóficas. Um conhecimento mais profundo de tais teorias filosóficas é obtido na medida em que entendemos de que maneira ou duvidam, ou acrescentam, ou contradizem as Crenças do Senso Comum (MOORE, 1985, p.150). Nesse sentido, Alan R. White, afirmou que as Crenças do Senso Comum são *touchstone*²¹ no pensamento filosófico de Moore.

Contudo, a perspectiva de Moore não é que toda e qualquer crença do senso comum seja verdadeira. Como Moore nos faz ver em *Some Main Problems of Philosophy*, houve épocas em que se acreditava em ideias tais como o Geocentrismo, e que tais ideias são hoje reconhecidamente falsas. Moore nem sequer exclui a possibilidade de que algumas de nossas atuais crenças se revelem falsas no futuro. Apesar disso, Moore defende que há um sentido elementar da crença do senso comum que sempre se manteve a mesma e deve ser reconhecida como verdadeira. No que diz respeito a esse ponto Moore afirma o seguinte:

Porém, embora existam desta forma *algumas* coisas acerca das quais as perspectivas do Senso Comum mudaram: no que concerne ao ponto de que existe no Universo *um grande número* de objetos materiais, permaneceu, pelo que sabemos, o mesmo. Pelo que sabemos, os homens acreditaram nisto quase desde que acreditaram em algo: sempre acreditaram na existência de muitíssimos objetos materiais. (MOORE, 1985, p.139)²²[²³]

O que é relevante na citação acima não é o objeto da Crença do Senso Comum, mas sim a perspectiva de que existem Crenças do Senso Comum que mantiveram-se inalteradas. Esta inalteração é, para Moore, uma das provas que a Crença é verdadeira e pode ser tomada como ponto de partida da atividade filosófica. Contudo, Moore não vê problema no fato de que algumas dessas Crenças não podem ser explicadas por um procedimento de epistemológico válido, mas que são simplesmente aceitas. Nesse sentido, Luis Fernando dos Santos Souza, no seu artigo *A Resposta do Senso Comum ao Problema do Mundo Externo*, definiu o conhecimento do senso comum do seguinte modo: “o conhecimento do senso

²¹ A frase de White é a seguinte: “Not only are the statements of common sense taken for granted, they are as a touchstone of truth” (WHITE, 1958, p.10)

²² Todos os itálicos são de G. E. Moore.

²³ Essa citação requer uma explicação: Nesta passagem Moore não está fazendo uma defesa empirista, no sentido de que o mundo é em última instância objetos materiais. A visão de mundo de Moore é, pelo contrário, extremamente complexa. Isto não significa apenas que há no universo muitas coisas materiais diferentes, mas também que, de algum modo, existem no universo gêneros diferentes destas coisas materiais.

comum é do tipo básico, fácil ou *prima facie*. Ou seja, do tipo que não requer conhecimento da evidência.” (SOUZA, 2016, p. 7)²⁴.

UMA RESPOSTA AO CETICISMO

Temo que até aqui a defesa que Moore faz do Senso Comum não tenha sido devidamente apresentada e, dessa forma, tenha se perdido o que é mais relevante nessa tese. Sendo assim, antes de darmos um passo adiante na explicação da teoria de Moore, gostaria de comentar uma objeção levantada contra Moore por Luis Fernando dos Santos Souza, no artigo já citado *A Resposta do Senso Comum ao Problema do Mundo Externo*. Neste artigo, Souza irá considerar a tese mooreana de que o mundo externo existe e trata-se de uma Crença do Senso Comum, frente a tese cética²⁵ que afirma não ser possível conhecer o mundo externo. A proposta de Souza é que a resposta de Moore é dogmática e sofre de petição de princípio. Acredito que a resposta de Moore não pode ser tão facilmente acusada de dogmática ou de cometer petição de princípio. Sendo assim, se observarmos tal resposta mooreana, será possível observar mais claramente o que há de mais relevante na defesa de Crenças do Senso Comum.

No seu artigo, Souza nos traz como exemplo de hipóteses céticas as posições de Descartes e Hilary Putnam. No que diz respeito a Descartes, Souza destaca a famosa hipótese do sonho presente nas *Meditações*. Precisamos lembrar que uns dos objetivos de Descartes é aplicar o método conhecido como *dúvida hiperbólica* e descartar todo conhecimento que provém de uma fonte dubitável. Neste procedimento, Descartes analisa a fiabilidade dos sentidos enquanto fontes de conhecimento. Descartes reconhece que muitas vezes os sentidos nos enganam por que as condições de observação não são as melhores. Contudo, ao formular a hipótese do sonho, Descartes coloca-se numa situação ideal de observação dos dados dos sentidos. A observação de que Descartes está "sentado junto ao fogo" (Descartes, 1973, p.94), dá ao autor das *Meditações* a mesma evidência que eu e o leitor temos quando refletimos que estamos, neste momento, lendo esse texto. No entanto, Descartes tenta solapar este saber do seguinte modo:

²⁴ Todos os itálicos são de Souza.

²⁵ Estou usando o termo “cético” aqui tal como Souza usou no seu trabalho. Além disso, o modo como Souza aplicou esse termo no seu trabalho foi usado também por Moore no texto *A Defense of Common Sense*. Portanto, se algum dos usos parecer descaracterizado do que geralmente se entende por cético ou ceticismo é exclusivamente por esta razão.

Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro do meu leito? Parece-me agora que não é com olhos adormecidos que contemplo este papel; que esta cabeça que eu mexo não está dormente; que é com desígnio e propósito deliberante que estendo esta mão e que a sinto: o que ocorre no sono não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isso. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me neste pensamento, vejo tão manifestamente que não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado: e meu pasmo é tal que é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo. (Descartes, 1973, p.94)

No que diz respeito à hipótese de Hilary Putnam, trata-se na verdade de uma versão contemporânea da hipótese do Deus enganador de Descartes. Putnam afirma que nós podemos muito bem ser um cérebro controlado por um cientista que nos envia estímulos e cria o mundo a que estamos inseridos (PUTNAM, 2004, pp. 4-5). Ou, como afirmaria Descartes, se trataria de um Deus que faz com que nós nos enganemos acerca de toda e qualquer certeza tanto geométrica, matemática e tudo mais.

Preciso destacar que o propósito de ambos os argumentos é radicalizar a afirmação de que não podemos ter *conhecimento* do mundo exterior, porém, quando lemos o trabalho de Souza, fica claro seu intento de dar um passo além do que dessas hipóteses pode se afirmar. Souza afirma que dessas hipóteses resulta que *não é imediatamente evidente que esse mundo exista*. Nesse sentido há dois tipos de ceticismo apresentados por Souza, são eles: o ceticismo ontológico que nega a realidade do mundo e o ceticismo epistemológico que nega a possibilidade de conhecer o mundo (SOUZA, 2016, p. 45). Segundo Souza, a posição de Moore é fraca diante dos dois argumentos.

Souza acusará Moore de fazer uma defesa dogmática e cometer uma petição de princípio. A razão de tal acusação parece se dar por que Souza, ao considerar a defesa de Crenças do Senso Comum de Moore, a observa apenas a partir da proposição de que tais saberes são verdades imediatamente dadas. Nesse sentido, Souza acredita que a única resposta que Moore deu à hipótese cética foi que minha mão, meu corpo e todas as coisas externas existem, e que isso é tão evidente que nem Moore e nem os céticos podem negar

isso. Por isso, Souza afirma o seguinte: “A retórica de Moore em sua *Defesa*[²⁶] parece concentrar todo o seu foco em mostrar que o cético é um ser humano real, encarnado.” mais à frente complementa afirmando que “A maior fragilidade da *Defesa*, entretanto, é que ela parece ser uma afirmação dogmática em primeira pessoa.” (SOUZA, 2016, p.46). Portanto, o dogmatismo de Moore estaria no fato de ele atribuir uma confiança cega aos sentidos e recusar em ver seus limites. A petição de princípio se daria a partir do momento em que Moore acha que pode provar a existência do mundo externo apenas apontando para as coisas externas (SOUZA, 2016, p.47).

No entanto, do meu ponto de vista, Souza parece não ter dado a devida atenção a outra tese que complementa a defesa do Senso Comum de Moore, a saber: a de que negar que as proposições do Senso Comum são verdadeiras significa cair em uma série de contradições. Souza até levou essa tese em consideração, contudo, ao dar o passo de avaliar a verdade da tese de Moore, ele procurou uma proposição que sustentasse tanto a afirmação de que Crenças do Senso Comum é uma verdade imediata, quanto a tese que negar essas verdades significaria cair numa contradição. Me parece que esse não é o processo adequado pelo qual devemos avaliar a verdade da tese de Moore. Em primeiro lugar, a tese de que as Crenças do Senso Comum são imediatamente verdadeiras faz parte daqueles gênero de saber a partir do qual outros saberes podem ser derivados. Sendo assim, tal saber precisa ser simplesmente aceito ou não. Mas aqui fica claro que é inteiramente natural que Moore não defenda que uma proposição adicional seja necessária para provar a verdade daquelas Crenças, pois, se fosse esse o caso, Moore entraria num processo infinito. Em segundo, a tese de que negar a verdade das Crenças do Senso Comum significa cair numa série de contradições é uma proposição sobre o trabalho dos demais pensadores, portanto, para provar a verdade dessa tese seria necessário averiguar se as demais teorias, ao negarem que Crenças do Senso Comum são verdadeiras, realmente caíram em contradição. No entanto, o que Souza fez foi buscar um princípio no próprio trabalho de Moore que justificasse essa tese. Além disso, a tese que aponta uma contradição no trabalho dos demais pensadores faz com que Moore supere a acusação de que ele foi simplesmente dogmático. Com essa tese, Moore afirma que os demais pensadores estão de certo modo constrangidos a aceitar tal tese, sobre o risco de caírem numa contradição em seus próprios termos. Portanto, se pudermos observar nas teses céticas uma contradição em decorrência da sua recusa à Crenças do Senso Comum, as posições mooreana ganharão fôlego novo diante das hipóteses céticas.

²⁶ Souza está fazendo referência ao texto *A Defense of Common Sense*.

Em “*A Defense of Common Sense*”, temos o privilégio de observar Moore nesse debate com os céticos ontológicos e epistemológicos. Antes de mostrarmos no que consiste a possível contradição a que cada um deles podem estar sujeitos, gostaria de expor a Crença de Senso Comum que, segundo Moore, os céticos não podem se insurgir contra.

Moore explica essa Crença a partir de duas proposições²⁷ altamente complexas e que estão intrinsecamente interligadas (MOORE, 1985, pp.81-83), a saber: uma afirma basicamente que “eu” tenho um corpo que nasceu a algum tempo atrás e desde então ocupou certo espaço, mais ou menos distante e próximo de outros objetos, além disso afirma que a terra existiu muito antes do nascimento desse corpo e que durante esse período teve muitos outros corpos e coisas dispostas mais ou menos próximas umas das outras. Por fim, complementa que esse corpo teve muitas impressões mentais e executou muitos atos mentais desde que surgiu no espaço: sentiu medo, saudade, coragem e etc., obteve conhecimentos, se desfez de falsas crenças e etc. A outra proposição que complementa a primeira consiste em dizer que não apenas este corpo identificado como “eu” teve aquelas impressões mencionadas supra, mas que também vários outros corpos que auto-identificam-se também com um “eu” tiveram o mesmo gênero de impressões. Segundo Moore, negar uma dessas proposições significaria cair em auto-contradição.

Observaremos, então, em primeiro lugar, a hipótese cética ontológica, isto é, aquela hipótese que nega a existência do mundo exterior. Souza afirma que essa hipótese pode ser tomada como consequência da hipótese do sonho de Descartes ou do cérebro controlado por um cientista de Putnam (SOUZA, 2016, p. 44/ pp. 45-46/ p. 50). A resposta de Moore a esta hipótese cética é tal que, a meu ver, a refuta satisfatoriamente. Vejamos nas palavras do próprio Moore:

Se qualquer uma das classes de proposições em (2) é tal que nenhuma proposição daquela classe é verdadeira, então nenhum filósofo jamais existiu, e portanto nenhum deles pôde jamais ter sustentado, com relação a qualquer classe, que nenhuma proposição pertencente a ela é verdadeira.

Um dos modos pelos quais podemos expressar esta contradição destacada por Moore é alertando ao cético ontológico de que eu e ele próprio fazemos parte do mundo que ele afirma não existir. Neste sentido, o cético teria aniquilado a si mesmo e não poderia emitir

²⁷ No texto *A Defense of Common Sense*, Moore identifica essas proposições respectivamente por “(1)” e “(2)”.

qualquer juízo. O fato de ele emitir tal juízo mostra que pelo menos ele existe nesse mundo. Mas, podemos ir além nessa observação. Diante disso, o cético poderia reformular sua hipótese do seguinte modo: “quando digo que o mundo não existe quero dizer que somente eu existo no mundo e que nada mais existe”. Contudo, se é essa a tese cética, deveríamos alertá-lo que esta experiência complexa sobre a qual ele fala deve ter tido origem nele mesmo e, portanto, ele deveria ser capaz de explicá-la. Ora, se esse cético fosse capaz de explicar a origem desse mundo complexo ele poderia ao menos dizer que o mundo não existe e somente ele existe. Contudo, o que leva o cético à tese de que o mundo não existe é justamente sua incapacidade de explicá-lo. Portanto, obviamente, o que existe não é somente o cético, mas também uma experiência complexa que precisa ser explicada. Diante disso, o último porto seguro do cético para salvar sua hipótese seria afirmar que essa experiência não tem uma origem e é nada. No entanto, seria possível algo não ter uma origem? Ainda que o mundo fosse uma ilusão, deveríamos atribuir uma origem a tal ilusão, pois é impossível que o nada produza algo. Ao atribuímos uma origem a esta experiência estamos também aceitando a existência de um mundo exterior a nós, ainda que não possamos explicá-lo. Gostaria de pontuar ainda que não vejo como é possível derivar das propostas céticas de Descartes e Putnam a proposição cética que aniquila a existência do mundo exterior. A todo momento o que consigo ver naquelas propostas é uma mente tentando desvelar o mundo. Nessas tentativas o mundo ganha diferentes configurações, mas jamais é aniquilado. Na hipótese de Descartes, por exemplo, ora o mundo exterior são imagens de um sonho e ora são ilusões criadas por um Deus. Nesse sentido, a hipótese cética mais viável é a de que o mundo não pode ser explicado. A resposta de Moore a esta versão do ceticismo, no entanto, vai na mesma linha da resposta dada à versão cética anterior. Vejamos como Moore coloca essa objeção:

Quando ele [o cético] diz “nenhum ser humano jamais soube da existência de outros seres humanos” está dizendo: “existiram muitos outros seres humanos além de mim, e nenhum deles (incluindo eu próprio) jamais soube da existência de outros seres humanos”. Se diz: “estas crenças são Crenças do Senso Comum, mas não são questões de conhecimento”, está dizendo: “existiram muitos outros seres humanos, além de mim mesmo, que compartilharam essas crenças, mas nem eu, nem outro qualquer jamais soubemos que eram verdadeiras”. (MOORE, 1985, p. 89).

Portanto, aqui, Moore aponta mais uma contradição: a de afirmar que os homens não podem provar a existência dos outros homens, quando na verdade, nesta mesma afirmação está implicada a existência de outros homens. Contudo, vejo que o cético tem aqui o recurso de não aceitar a evidência de que os demais homens e o mundo existem. No entanto, o cético que recusa tal evidência, o faz porque exige um conhecimento do gênero matemático ou lógico àquilo que somente o bom senso apurado pode explicar. Por outras palavras, este cético me parece estar na situação de quem precisa analisar a coerência de um princípio que servirá de base para uma cadeia de conhecimentos precedentes. No entanto, o cético quer desde já uma convicção absolutamente exata (no sentido lógico e matemático do termo). Para o cético o bom senso não é capaz de produzir convicção e por isso ele sucumbe diante de propostas como a existência de um Deus enganador. Contudo, para mostrarmos a força do argumento de Moore contra essa posição, basta perguntarmos se não é mais verossímil aceitarmos a hipótese da existência do mundo externo ao invés da hipótese de um Deus enganador. Moore partirá de evidências tais como os avanços das ciências que partem justamente da crença da existência do mundo exterior. Ou ainda, dos relatos de ações humanas e animais que chegam a nós de fontes tão longínquas que nem sequer estávamos conscientes da existência. Acredito que se o ceticismo é um problema para a tese de Moore, a tese de Moore será um problema para as hipóteses céticas na mesma medida. No entanto, a proposta mooreana leva a vantagem de ser muito mais verossímil.

Acredito que as respostas de Moore aos dois tipos de ceticismos faz com que a acusação de dogmatismo e petição de princípio dê um passo atrás. Fica claro, a partir das respostas acima, que a defesa que Moore faz de Crenças do Senso Comum não se sustenta apenas na afirmação que tais crenças são verdades inquestionáveis. Parte importante da defesa mooreana é o fato de que é impossível se opor a Crenças do Senso Comum sem cair numa contradição. Portanto, os demais pensadores encontram-se constrangidos a aceitar tais Crenças.

UMA RESPOSTA AO IDEALISMO

Por outro lado, a reação de Moore ao Idealismo pode ser associada à Defesa do Senso Comum na medida em que, nesta defesa, Moore afirma que o Mundo externo existe independente se alguém o observa ou não. Sintoma desta relação intrínseca entre defesa do Senso Comum e crítica ao Idealismo mostra-se no fato de que uma das principais passagens em que Moore expressa sua reação ao Idealismo encontra-se no texto *A Defense of Common*

*Sense*²⁸. Tal tese afirma que fatos físicos não são necessariamente dependentes causalmente ou logicamente de qualquer fato mental. Moore explica que isso não quer dizer que absolutamente todos fatos físicos são independentes de fatos mentais. Segundo Moore, fatos físicos que requerem empreendimento humano ou animal são, obviamente, dependentes de fatos mentais. No entanto, ele assegura que muitos outros fatos existem e existiram ainda que nenhuma mente o tenha contemplado (MOORE, 1985, pp.91-92). Esta tese se opõe diametralmente à tese Idealista *esse est percipi*.

No texto *The Refutation of Idealism*, Moore considera a tese Idealista como uma tentativa de descrição do Universo, isto é, ele acredita que o Idealismo defende uma proposição que tenta definir o que é mais peculiar a todo Universo. O que a tese Idealista afirma sobre o Universo, segundo Moore, pode ser compreendido se entendermos o que significa “*esse est percipi*”. A explicação que Moore nos fornece dessa expressão parte da observação de que ela representa o que é mais elementar ao Idealismo em geral. Portanto, qualquer versão do Idealismo, segundo Moore, está ancorada na proposição de que “*esse est percipi*” (MOORE, 2004, p. 166).

No que diz respeito à ideia de “*percipi*”, Moore esforça-se para mostrar que ela é empregada no sentido de experiência. Contudo, Moore segue e afirma que é indiferente às experiências se elas se dão através dos sentidos ou através do pensamento, pois, onde quer que ocorram elas ainda são experiências (MOORE, 2004, p. 168)/ (MOORE, 1985, pp. 94-95). Em observação a esta passagem, Peter Hylton, na sua obra *Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy*, nos explica o seguinte: “(...) Moore sustenta que os objetos do pensamento podem ser tratados exatamente da mesma forma que os objetos da sensação (...).” (HYLTON, 1990, p.129)²⁹. Contudo, como Peter Hylton segue explicando, essa interpretação que Moore faz do termo “*percipi*” é importante na medida em que, a partir daí, qualquer tese que recaia sobre os objetos dos sentidos recairá também sobre os objetos do pensamento. Contudo, alguém poderia nos interpelar: Moore explicou o significado do termo “*percipi*” através do termo “experiência” e acrescentou que é indiferente se a experiência advém dos sentidos ou do pensamento, desta forma, não acrescentou nada de distintivo à ideia de experiência. A estes, temos que dizer que Moore usa o termo “experiência” como se já soubéssemos exatamente o que esse termo significa. Assim,

²⁸ Além da passagem que estou considerando, Moore expressou sua oposição ao Idealismo em muitos outros textos. Vejamos os principais: *The Nature of Judgement*, *Freedom* e o principal *The Refutation of Idealism*.

²⁹ (...) Moore holds that the objects of thought can be treated in the exactly same way as the object of sensation(...).

ele nos dá a entender que “experiência” é justamente a consciência de que aqui e agora algo específico se passa comigo, em minha mente (MOORE, 1984, p. 94)/ (MOORE, 2004, p. 181).

Ora, a interpretação que Moore faz de “*esse est...*” vai na linha de identificar como “ser” (ou “x” como Moore o chama em algumas passagens) pode conectar-se ao termo “*percipi*”. Talvez, se trouxermos o significado dessa investigação para termos mais claros, poderemos perceber qual a real importância desta passagem. Assim como no parágrafo anterior, aqui também debateremos a relação da mente com os dados do Universo. Contudo, agora estamos expondo como os Idealistas interpretam a relação entre dados do Universo e mente³⁰. No que diz respeito a este último ponto, Moore nos faz ver que o Idealista caracteriza-se por acreditar que onde há “*esse*” necessariamente há “*percipi*”. Porém, como “*esse*” representa aqui um dado qualquer do mundo, nem sempre onde há “*percipi*” haverá “*esse*” no mesmo sentido. Nesta interpretação do Idealismo, “*percipi*” e “*esse*” tem um relação *intrínseca* na composição da realidade, isto é, “*percipi*” e “*esse*” tem uma relação inseparável. Moore, então, conclui sua explicação afirmando que onde há “*esse*” poderá sempre derivar “*percipi*”. Portanto, há uma identificação de natureza aqui (MOORE, 2004, p.170).

Portanto, a tese Idealista apresentada no *The Refutation of Idealism* de Moore, afirma, por um lado, que aquilo que existe depende da sua aparição numa mente, onde a mente é encarada constituindo parte elementar deste objeto. Deste modo, a realidade é composta de dois elementos indissociáveis: mente e objeto. Contudo, a mente tem privilégio, pois, os demais objetos que compõem a realidade mudam, a mente, por sua vez, permanece a mesma.

A divergência entre Moore e os Idealistas se dá, em parte, pela mesma razão que Moore diverge dos céticos. Os Idealistas, ao defenderem que o mundo externo não existe e é apenas algum tipo de expressão da mente, também, segundo Moore, caíram numa série de contradições. Moore explicita esse pensamento logo no primeiro parágrafo de *The Refutation of Idealism*, ao acusar os Idealistas de defenderem que objetos inanimados têm as mesmas qualidades espirituais humanas. (MOORE, 2004, pp. 163 - 164). Contudo, para expressar essa refutação levantada por Moore mais claramente, vou lançar mão de uma analogia feita por

³⁰ Poderíamos até dizer que estamos expondo a interpretação que Moore faz do Idealismo no que diz respeito à relação entre dados do Universo e mente, porém, a interpretação mooreana não foge àquela estabelecida na Encyclopedia of Philosophy. (Ver nota 18).

Moore no seu *The Refutation of Idealism*. Tal analogia foi usada para esclarecer no que consiste a posição dos Idealistas, a saber: a analogia da flor azul.

Antes de expôr a analogia, Moore se faz uma questão: “o que queremos dizer quando dizemos que uma coisa é conteúdo da outra?”(MOORE, 2004, p. 178). Essa é uma pergunta estratégica e serve para levar Moore a refletir sobre aquilo que é mais importante no debate em questão, a saber: em que sentido deve ser entendido a relação mente e conteúdo no pensamento Idealista. Nesse sentido, Moore toma o exemplo de uma flor azul e explica que a ideia de conteúdo pode ser tomada no mesmo sentido do azul enquanto conteúdo da flor. Sendo assim, ao tomar a relação entre mente e seu conteúdo tal como a relação entre a flor e seu conteúdo azul, deve se aceitar também que todas as relações da primeira dupla serão exatamente iguais às da segunda dupla. Moore complementa essa analogia explicando que o modo de relação é evidente, porém, se dá de tal modo que a inexistência do azul (conteúdo) implica a inexistência da flor. Ou seja, a relação entre mente e conteúdo, se for encarada tal como azul e flor, implica uma unidade. Sendo assim, o todo que a mente e seu conteúdo formam são exatamente a mesma coisa e não podem ser concebidas separadamente. Na opinião de Moore, esse é o modo como os Idealistas concebem a relação entre a mente e seu conteúdo.

O erro dos Idealistas pode ser explicado a partir de uma referência aos *Principia Ethica*. Para Moore, é justamente a incapacidade de “analisar e estabelecer distinções” que levou os Idealistas ao erro (MOORE, 1999, p. 73). No *The Refutation of Idealism*, Moore explica esse erro da seguinte forma:

(...) apesar de os filósofos terem reconhecido que por consciência se quer dizer algo distinto, ainda assim nunca tiveram uma concepção clara do que seja aquele algo. (...) E isso devido à razão que dei antes: no momento em que tentamos fixar nossa atenção sobre a consciência e ver distintamente o que é , ela parece desvanecer - parece como se tivesse diante de nós um mero vazio. Quando tentamos examinar introspectivamente a sensação do azul, tudo o que podemos ver é o azul; o outro elemento é como se fosse translúcido. (MOORE, 2004, p. 182)

Portanto, o erro atribuído aos Idealistas está ligado ao fato de encontrarem certa dificuldade em distinguir o que é conteúdo e o que é mente e, desse modo, pensaram

tratarem-se de uma e a mesma coisa. Além disso, quando voltamos o olhar à analogia da flor azul, vemos que os Idealistas não conseguiram dissociar a existência da coisa material da sua aparição na mente e, assim, defenderam que existência é a aparição de dada coisa na mente. Moore observa esses erros como prova da incapacidade dos Idealistas de levarem a análise à exaustão. O exercício analítico, levado ao seu limite, segundo Moore, leva ao conhecimento das coisas nos seus elementos simples. No *The Refutation of Idealism*, Moore chamará esses elementos simples de *eidós*³¹ e sua característica principal é não estar sujeito ao tempo. Vejamos como Moore coloca esse ponto:

Mas há outro sentido, segundo o qual ‘azul’ pode propriamente ser chamado de o conteúdo da sensação [ou mente], nomeadamente o sentido no qual ‘conteúdo’, como *eidós*, opõe-se à ‘substância’ ou ‘matéria’. (...) Neste sentido, portanto, ‘azul’ pode ser dito o conteúdo da sensação; mas, neste caso, a análise em ‘conteúdo’ e existência é no mínimo enganosa, pois sob ‘existência’ deve ser incluído ‘aquilo que existe’ na sensação, além do azul. (MOORE, 2004, p. 180)

Essa passagem é fundamental para crítica de Moore, pois, além de expôr sua discordância ao modo que os Idealistas analisam a relação entre mente e dados do Universo, dá um passo importante na explicação da sua própria ontologia e epistemologia. Num certo sentido, a crítica mooreana aponta que nem todos os conteúdos da mente implicam existência, mas não é apenas isso³². O que Moore está nos mostrando também é que um dado todo (seja uma flor, homem, animal, planeta etc.), que é em si complexo, não tem seus conteúdos conectados de modo que o todo seja uma unidade. Isto implica que o conteúdo do todo pode ser tomado nas suas partes. Contudo, para isso, o conteúdo precisa significar *eidós*. O conteúdo, tomado como *eidós*, possibilitou Moore observar o azul fora de uma relação de existência. Isto é, o azul era parte de um todo existente, contudo, Moore foi capaz de

³¹ A meu ver, há aqui uma clara referência ao atomismo Platônico, para quem *eidós* (ou formas) são entidades não naturais, imutáveis e eternas. Além disso, tais entidades desempenham um papel fundamental no conhecimento e no esquema geracional do Universo, sobretudo quando relacionam-se com aquela ideia de Bem Supremo da *República* de Platão (PLATÃO 507b - 511e). Obviamente não é possível fazer uma transferência imediata do pensamento platônico para o pensamento de Moore, contudo, algumas semelhanças são inegáveis.

³²É preciso lembrar que Moore é um defensor de Crenças do Senso Comum e que uma dessas Crenças é justamente que o mundo eterno existe. Nesse sentido, alguns conteúdos da mente obviamente existem, porém, tais conteúdos existentes não dependem da mente para existir. Sendo assim, a crítica mooreana tem que destacar que apesar de alguns conteúdos da mente fazerem parte do mundo externo e existirem, nem todos o fazem ou existem.

observá-lo nele mesmo independente daquele todo. Portanto, o azul, por um lado, pôde ser observado nele mesmo e, por outro lado, pôde também ser observado em relação com outros objetos daquele todo. Isso tem que ser válido também para a mente e seu conteúdo.

Pelo exposto, fica claro que o que Moore chama de *eidos* são elementos fundamentais para analisar um dado todo. Além disso, podemos ver também que esses elementos, em algum sentido, nos fornecem uma imagem desvelada do Universo. No início deste capítulo, auxiliado por José Ormieres, fiz referência a esse elemento como aquilo que é fundamental à análise filosófica. Naquela ocasião, porém, chamei esse elemento de *conceito* e não *eidos*. O uso do termo grego, por parte de Moore, foi uma exceção. No geral, Moore usa o termo “conceito”³³. Sendo assim, se quisermos entender que elementos são esses que compõem a visão ontológica de mundo de Moore e que é fundamental no processo analítico filosófico, precisamos entender o que é conceito para Moore. A mais famosa passagem em que Moore nos explica o que ele entende por conceito está no *The Nature of Judgement*, Moore diz:

Conceitos são possíveis objetos do pensamento; mas esta não é uma definição para eles. Meramente dizemos com isto que eles podem vir a se relacionar com um pensante; e para que possam fazer alguma coisa, devem já ser alguma coisa. É indiferente para sua natureza se alguém os pensa ou não. São incapazes de mudança; e a relação na qual entram com o sujeito cognoscente não implica ação ou reação. É uma relação especialíssima que pode começar ou cessar com uma mudança no sujeito; mas o conceito não é causa, nem efeito de tal mudança. A ocorrência da relação tem, indubitavelmente, suas causas e efeitos, mas estas serão encontradas somente no sujeito. (MOORE, 2004, p.127).

Essa passagem revela alguns dos aspectos que já vínhamos destacando sobre a natureza dos conceitos. Isto é, o fato de que ela tem características muito próximas as ideias (ou *eidos*) Platônicas. Vejamos as semelhanças: (1) são acessíveis apenas através do pensamento, mas são independentes dele, (2) são entidades eternas, (3) imutáveis e (4) não

³³No texto *The Nature of the Judgment*, Moore explica porque ele prefere o uso do termo “conceito” ao termo “ideia”. De fato, os especialistas alegam que a tradução correta de “*eidos*” é “*forma*”. No entanto, é usual nos referirmos ao termo “*eidos*” como “*ideia*”, sendo assim, a explicação pode nos ser útil. Moore diz: “Doravante, usarei o termo ‘conceito’ para aquilo que Bradley chama de ‘significado universal’; já que o termo ‘ideia’ está plenamente cheio de ambiguidades, enquanto que ‘conceito’ e su equivalente germânico *Begriff* têm sido mais apropriado para o uso em questão.” (MOORE, 2004, p.124).

redutíveis ao mundo externo. Contudo, há aspectos da ontologia platônica que seria absurdo transferir para Moore, como por exemplo a ideia do Supremo Bem³⁴. Esse conceito platônico tem um papel fundamental na geração e sustentação do mundo. O Supremo Bem platônico funciona como uma entidade divina para o qual tudo se dirige e do qual tudo se origina. Nesse sentido, as ideias têm seu valor de verdade ontológica totalmente dependente de uma relação com o Bem supremo. Por isso, numa determinada passagem Platão irá afirmar que nada adianta conhecer a justiça e as demais virtudes sem conhecer o Supremo Bem (PLATÃO 505a-b). Por outro lado, para Moore, o valor de verdade ou falsidade ontológica tem que ser analisada nas relações dos conceitos numa dada proposição. Os conceitos neles mesmos, não constituem verdades, mas, quando entram em relação uns com os outros, a condição para que algo seja verdadeiro ou falso se dá. Por isso Moore nos alerta do seguinte: “(...) nós consideramos o verdadeiro e o falso como propriedades de certos conceitos, juntamente com suas relações - uma totalidade a qual damos o nome proposição.” (MOORE, 2004, p. 129). Nesse sentido, o conhecimento do conceito e das suas relações constitui a observação direta do mundo totalmente desvelado e sem intermediários. Além disso, temos que destacar que os conceitos em Moore são uma categoria linguística, e não algo divino tal como as ideias platônicas. Portanto, pensar em conceito em Moore é pensar num mecanismo da linguagem que tenta explicar o mundo.

Contudo, quero destacar outra passagem de *The Nature of Judgement* para explicar outra diferença entre a ontologia platônica e mooreana:

A diferença entre um conceito e uma proposição, em virtude da qual somente a última pode ser verdadeira ou falsa, parece repousar apenas na simplicidade da primeira. Uma proposição é uma síntese de conceitos; e, assim como os conceitos, eles são imutavelmente o que são, elas também se encontram em infinitas relações entre si, igualmente imutável. (MOORE, 2004, p. 128)

Aqui, revela-se uma nova classe de conceitos no pensamento de Moore: os conceitos complexos, chamados proposições. Conceitos complexos são, na verdade, vários conceitos simples numa dada relação que é também eterna, imutável e independente do pensamento. Visto que conceitos representam o universo nas suas partes simples, os conceitos complexos

³⁴Essa ideia de Bem Platônico não tem nenhuma relação com a o conceito simples de “Bom” de Moore.

são, então, a representação de dados do mundo enquanto formam um todo complexo. Nesse sentido, esses conceitos complexos representam desde todos compostos de propriedades do mundo externo a todos compostos de propriedades matemáticas como “ $2+2=4$ ”. Gostaria, no entanto, de dar um maior destaque às propriedades do mundo externo. O ponto é que não é imediatamente evidente como tais propriedades do mundo externo são representadas na ontologia platônica. A opinião de Platão sobre tais propriedade já é bem conhecida, mas podemos citá-la aqui, ele diz: “Portanto, relativamente a alma reflete assim: (...) quando se fixa num objeto ao qual se misturam as trevas, o que nasce e morre, só sabe ter opiniões, vê mal, alterando o seu parecer de alto a baixo, e parece já não ter inteligência.” (PLATÃO 508d). A perspectiva platônica, portanto, acredita que o mundo externo (o das propriedades naturais) é obscuro e não se pode obter conhecimento acerca do mesmo. Enquanto na opinião de Moore, o mundo externo, como vimos, tem um papel fundamental como uma Crença do Senso Comum. Mas não é só isso, a partir da ontologia mooreana muitas dessas categorias podem ser explicadas através de uma análise. Sendo assim, uma árvore, por exemplo, seria explicada através da observação dos seus conceitos simples, bem como da respectiva relação entre eles.

Portanto, quando José Ormieres afirma que “em Moore, os elementos primários são os simples conceitos ‘platonizados’”, e explica numa nota que “(...) a concepção de Moore é muito próxima do platonismo; um conceito em Moore tem a mesma característica das idéias em Platão, isto é, a concepção mooriana é tão realista quanto a platônica.”, Ormieres quer dizer que existe um sentido fundamental de conceitos em Moore e ideias em Platão que são muito próximos (ORMIERES, 2004, p.109). Esse sentido fundamental é que ambos são não naturais, acessíveis apenas pelo pensamento, eternos e imutáveis. Contudo, como vimos, tem toda uma contextualização ontológica e epistemológica que não podem ser associadas.

ONTOLOGIA ÉTICA: O CONCEITO “BOM” NO PENSAMENTO DE G. E. MOORE

Neste capítulo, iniciaremos a investigação direcionada a entender as principais consequências da tese defendida por Moore no quinto parágrafo dos *Principia Ethica*. A tese em questão, vale lembrar, afirma que o que há de mais peculiar ao âmbito da ética é o conceito simples de “Bom”. Neste sentido, o conceito de “Bom” tem relevância máxima, tanto do ponto de vista ético ontológico, quanto do ponto de vista epistemológico. Ou seja, para Moore, a natureza peculiar do âmbito da ética deve ser definida em função do próprio conceito simples de “Bom”. Da mesma forma, a verdade da proposição de que dado objeto ou todo é um bem em si mesmo tem que ser verificada a partir de sua relação com o conceito simples de “Bom”. Contudo, um ponto que acho relevante destacar é que a tese do quinto parágrafo é, em primeiro lugar, uma Crença do Senso Comum. Este ponto fica claro se observarmos que a tese do quinto parágrafo é anterior à tentativa de definir a natureza de “Bom”, ou seja, a proposta de definir este conceito já tem como pressuposto que ele é o conceito mais peculiar da ética. Neste sentido, a definição do âmbito da ética é, fundamentalmente, uma Crença do Senso Comum. Portanto, nosso primeiro passo será mostrar os caminhos que levaram Moore a defender uma concepção ética de Senso Comum. No desenvolvimento do capítulo, seremos levados a debater o que exatamente Moore está pedindo quando ele pede uma definição de “Bom”. Em seguida examinaremos as propostas de que o conceito de “Bom” é indefinível, inalisável e não redutível a qualquer propriedade natural ou metafísica. Por fim, veremos no que consiste os argumentos da *Falácia Naturalista e Open Question*.

“BOM” ENQUANTO UMA CRENÇA DO SENSO COMUM

Então, como Moore chegou a uma concepção ética ancorada em Crenças do Senso Comum? Devemos começar desde o início. Os dois primeiros parágrafos dos *Principia Ethica* são fundamentais para entendermos como Moore associa a questão “como podemos definir o âmbito da ética?” a questão “como podemos definir ‘Bom’?”. Ali, Moore inicia uma análise da linguagem moral que resulta em duas importantes observações: (1) que a questão “o que constitui uma boa ação?” é a mais importante para o pensamento ético, contudo, (2) esta questão tem que ser tomada como derivada. Ou seja, Moore está afirmando que a questão “o que constitui uma boa ação?” é dependente da resposta dada a outra questão mais fundamental. Moore demonstra essa afirmação apontando que se a questão sobre o

comportamento fosse tomada como a mais fundamental da ética, se cometeria o erro de considerar a noção complexa “bom comportamento” como significando “Bom”. Contudo, segundo Moore, a explicação adequada da noção complexa “bom comportamento” requer que se explique o que significa “Bom” e “comportamento”. Segundo Moore, se não explicarmos o que é “Bom” não poderemos dizer o que é “bom comportamento”, pois, nesse caso, teríamos ainda parte da proposição inexplicada. Dessa forma, se saltarmos direto a questão o que é “bom comportamento” a resposta dada será, na opinião de Moore, muito provavelmente errada. Além disso, Moore irá demonstrar que a questão mais fundamental para o âmbito da ética é “o que é bom?” antes da questão “o que é o comportamento?”. Para isso, Moore precisou aumentar consideravelmente as atribuições da ética. Moore afirma que a questão “o que é bom?” tem prioridade porque muitas outras coisas são boas, contudo, elas não são também “comportamento”. Assim sendo, “Bom” designa algo que é peculiar a todas as demais. Vejamos como o próprio Moore coloca esse ponto:

Pois a noção de “bom comportamento” é uma noção complexa: nem todo o comportamento é bom - certos comportamentos são sem dúvida maus e outros podem ser indiferentes. Por outro lado, outras coisas, que não o comportamento, podem ser boas, e, sendo assim, “bom” denota uma dada propriedade que lhes é comum a elas como ao comportamento; e se, entre as coisas boas, nos detivermos apenas no bom comportamento, corremos o risco de pensar que se trata desta mesma propriedade quando se trata de uma outra que não é partilhada pelas restantes; e teremos cometido um erro em relação à Ética, mesmo neste sentido restrito, pois não sabemos o que é realmente o bom comportamento. (MOORE, 1999, pp. 82-83).

Seguindo adiante, Moore dedica o terceiro e quarto parágrafo para distinguir o tipo de resposta que ele pretende obter da questão “o que é bom?”. Ele rechaça duas propostas: a primeira resposta seria conselhos práticos de vida. Segundo Moore, não compete ao filósofo dizer o que alguém deve fazer nesta ou naquela situação, pois, os filósofos têm um compromisso com os princípios teóricos e não com a prática cotidiana. Moore acrescenta que mesmo fatos científicos não devem ter seus valores julgados pela ética, mas sim pelas respectivas ciências. A segunda resposta rechaçada por Moore é a que tenta dizer que coisas são boas, ou seja, se este livro é bom, se a virtude é boa etc. Moore chama esse tipo de

resposta de Casuística e afirma que esta resposta é um importante objetivo da ética. Moore explica essa importância com uma analogia com a química e física. Vejamos o que ele diz:

Assim como a química pretende descobrir as propriedades do oxigênio *onde quer que ocorram*. Neste aspecto, tanto a Ética como a Casuística devem ser classificadas juntamente com ciências como a física, a química e a fisiologia (...). A Casuística faz, portanto, parte do ideal da ciência ética: sem ela, a Ética não poderia estar completa. (MOORE, 1999, §4 p. 85)³⁵.

Nesse sentido, a Casuística representa um ideal ético vislumbrado por Moore, a saber: o de montar uma espécie de tabela periódica das propriedades éticas e indicar onde tais propriedades ocorrem. Não quero dizer que as propriedades morais são naturais tal como as propriedades químicas, mas sim que o objetivo da Casuística é ordená-las e classificá-las tal como a química. Apesar desta importância, Moore não está, nos *Principia Ethica*, interessado nesta questão. Para Moore, o nosso atual estado de conhecimento não nos permite responder a questões tão complexas como as incitadas pela Casuística. O que nos falta saber, segundo Moore, é o critério que nos ajude a identificar e definir todas essas propriedades morais e suas ocorrências. Em vista disso, Moore afirma o seguinte: “A Casuística não tem sido capaz de distinguir, nos casos de que se ocupa, os elementos de que depende o valor deles” (MOORE, 1999, §4 p.85).

Moore, finalmente desemboca no quinto parágrafo. Ali, ele aponta que espécie de resposta relativamente a “Bom” ele está buscando, e diz: “Podemos, em terceiro lugar, pretender saber não que coisas são boas, mas sim como definir 'bom'” (MOORE, 1999, §5 p.86). Nesse sentido, o objetivo é obter uma definição de “Bom”, mas não é apenas isso que Moore nos apresenta. Moore dedica a maior parte do parágrafo para estruturar um esquema ético no qual “Bom” é, para usar uma expressão de Alan R. White, o *touchstone* do âmbito da ética. Isto é, Moore defende que “Bom” é um conceito simples e o mais peculiar da ética. Assim, Moore estabelece que este conceito, no âmbito da ética, tem prioridade tanto ontológica, quanto epistemológica. Contudo, o que devemos prestar atenção aqui, é que Moore, ao pedir a definição, imediatamente aponta um *status ontológico* que deve orientar essa mesma definição. Nesse sentido, Moore assume como um pressuposto ético que o conceito simples de “Bom” é o elemento mais peculiar da ética (ou, poderíamos dizer, a condição de verdade do âmbito da ética).

³⁵ Itálicos de G. E. Moore.

No último capítulo, ao falarmos da defesa que Moore faz de algumas Crenças do Senso Comum, expomos a teoria mooreana que afirma que tais Crenças são evidentemente verdadeiras. Como vimos, para Moore essas Crenças devem ser tomadas como os princípios do conhecimento filosófico. Segundo essa teoria, a atividade filosófica é pautada por tais Crenças e isto quer dizer pelo menos duas coisas: (1) que uma análise filosófica é uma explicação de Crenças do Senso Comum e (2) que qualquer teoria só é bem compreendida quando entendemos como relaciona-se com tais Crenças. Além disso, parte importante da defesa é a tese de que qualquer teoria que contradiga as Crenças do Senso Comum cai numa contradição. Portanto, para confirmar a leitura de que a tese do quinto parágrafo dos *Principia* é, em primeiro lugar, uma daquelas Crenças do Senso Comum, bastaria mostrarmos o movimento da própria obra que traz todos os elementos que compõem uma tal Crença. Grande parte dos *Principia Ethica* consiste no esforço de mostrar como outras teses éticas estão relacionadas com a tese de Moore. Ou seja, Moore as analisa e expõe quais erros elas cometeram ao não aceitarem que “Bom” é o conceito mais peculiar da ética. Contudo, expor todo o movimento que é feito nos *Principia* é desnecessário. Aqui, basta mostrarmos como o próprio Moore afirma isso no sexto parágrafo:

Seria certamente insensato da nossa parte se resolvêssemos usar a palavra para denotar qualquer coisa que ela não denota (...). Empregaremos, portanto, a palavra no sentido em que julgamos que ela é geralmente usada, embora não estejamos especialmente interessados em saber se estamos ou não certos em pensar assim. (MOORE, 1999, §6, p.87)

Além disso, podemos indicar um amigo de culpa: Alan R. White, ao explicar por que Moore rechaçou as questões analisadas nos parágrafos 3 e 4 dos *Principia*, aponta como razão principal que Moore estaria indo contra um procedimento comum na sua trajetória filosófica que consiste em não contrariar uma verdade que é veiculada por Crenças do Senso Comum (WHITE, 1958, p.117). No entanto, veremos mais à frente que essas Crenças do Senso Comum, quando aplicadas à ética, suscitam questões mais sérias do que quando aplicadas ao mundo exterior.

O QUE É DEFINIÇÃO?

Neste momento, para entendermos o que Moore está pedindo relativamente ao conceito de “Bom”, precisamos entender como Moore está usando o termo “definição”. O primeiro ponto a destacar é que o termo “definição” não é empregado no sentido de uma definição linguística, ou, como Moore diz, “uma definição verbal arbitrária” (MOORE, 1999, §6, p. 87). Este tipo de definição, segundo Moore, expressa uma decisão de como usar um termo e isso é exposto por meio de outras palavras. Por outro lado, não se trata também de definir uma convenção linguística, ou seja, o modo como a maioria das pessoas entendem o significado de uma palavra. Moore usa o termo “definição” para designar a descrição da “verdadeira natureza do objeto ou conceito³⁶ denotado por uma dada palavra” (MOORE, 1999, §6, p. 88). Nesse sentido, a ideia de definição está intrinsecamente associada à ideia de “análise”, por isso Moore afirma que: “não podemos definir seja o que for sem procedermos a uma análise” (Moore, 1999, §10, p.91). O significado que Moore atribui a análise e definição são os seguintes: a análise é o processo de decompor uma dada coisa nos seus conceitos simples a fim de conhecer tanto os conceitos quanto as relações entre eles. Para Moore, a análise cabal de uma dada coisa nos levará a conhecer um conceito ainda mais fundamental que é o responsável pelo caráter geral do objeto em questão. Da mesma forma, a definição é a ação de apresentar como uma dada coisa é composta, isto é, trata-se do ato de apresentar a composição de dada coisa nos seus conceitos simples. Também aqui, seria necessário apresentar tanto a relação dos conceitos quanto aquele conceito ainda mais fundamental (MOORE, 1999, pp. 89-91). Assim, o tipo de definição que Moore está pedindo é o que expresse a natureza de “Bom” a partir dos conceitos que o compõem.

Aqui, contudo, é possível fazer uma adição a esta concepção de definição e análise. Me parece que todo movimento de definição de Moore envolve não apenas a análise e a descrição, mas também a tentativa de mostrar por que outras teses são um equívoco. Esse é o movimento que Moore faz tanto no *Principia Ethica* quanto no *Some Main Problems of Philosophy*. Neste último, talvez isso esteja ainda mais claro, pois, quando Moore se propõe definir a atividade filosófica, ele não se detém em formular o que ele entende por filosofia.

³⁶ Aqui é importante termos em mente o que foi dito sobre os conceitos no último capítulo. Num primeiro momento, aproximando Moore de um realismo Platônico, afirmamos que os conceitos são (1) não naturais, (2) independentes do pensamento, (3) eternos e (4) imutáveis. Posteriormente, diferenciando Moore de Platão, afirmamos que conceitos representam (5) uma categoria linguística e, portanto, devem ser encarados como um mecanismo da linguagem que tenta explicar o mundo. Além disso, afirmamos que (6) a ontologia de Moore assume a existência de conceitos complexos que são nada mais que os conceitos simples em relações eternas e infinitas. Segundo esta concepção, os conceitos quando unidos ganham a propriedade de serem verdadeiros ou falsos, nesse sentido, os conceitos nos revelam o mundo desvelado. Por fim, (7) afirmamos que a ontologia mooreana, quando comparada a platônica, admite categorias que dão uma explicação melhor do mundo exterior.

Pelo contrário, Moore se vê obrigado a mostrar qual é a questão mais importante da filosofia, quais são as teses mais promissoras e como as teorias em debate contradizem umas às outras³⁷. Obviamente, esse movimento de definição está relacionado com o seu objetivo de descrever as coisas na natureza delas mesmas e evitar as definições consensuais ou arbitrárias. Sendo assim, podemos afirmar que a definição em Moore não envolve apenas uma análise seguida de uma descrição que busca um conceito elementar geral, mas envolve também mostrar por que outras propostas de definição são incorretas.

Darlei Dall’Agnol, reconheceu os princípios que regem a ideia de análise e definição mooreana. Dall’Agnol acertadamente destaca que a ideia de análise em Moore, reflete um *forte senso de realidade* e tem como meta a *máxima clareza conceitual, evitando todo tipo de contradição* (DALL’AGNOL, 2004, pp. 33-35). Contudo, Dall’agnol criticou as principais consequências a que Moore chegou ao levar esses princípios em consideração. A crítica mais ou menos geral consiste em afirmar que Moore confundiu a ideia de análise e definição (DALL’AGNOL, 2005, pp. 108), mas não foi apenas isso. Dall’Agnol levantou objeções contra a concepção de análise e definição nelas mesmas³⁸.

Destaco aqui a crítica que me parece mais relevante: trata-se da afirmação de que a perspectiva mooreana de analisar dada coisa nos conceitos simples que a compõem é uma ambição muito grande. Dall’Agnol complementa afirmando que a análise filosófica deve sempre se contentar com uma aproximação ou, para usar o mesmo termo que Dall’agnol, uma metáfora. Para Dall’Agnol a perspectiva de análise mooreana é muito literal e quase colide com uma perspectiva de análise anatômica³⁹ (Dall’Agnol, 2004, p.39). Nesse sentido, Dall’Agnol não acredita que as análises executadas por Moore possam cumprir o que vislumbram.

³⁷ Vimos esse ponto no capítulo anterior ao discutir qual a relevância de Crenças do Senso Comum para a filosofia.

³⁸ São muitas as considerações feitas por Dall’Agnol sobre as noções de análise e definição, contudo, não poderei reproduzir todo o debate aqui. Sendo assim, selecionei aqueles aspectos que me parecem mais relevantes e ajudam a esclarecer a teoria de Moore.

³⁹ Além dessa crítica, a leitura que Dall’Agnol faz do modo como Moore aplica a análise é interessante. Ele não aceita a ideia de que Moore usou a análise para apontar contradições nas teorias que contradizem as Crenças do Senso Comum. Segundo Dall’Agnol, essa aplicação desvirtua a ideia de que a análise tem como objetivo descobertas. Ora, na minha opinião considero que Moore usou tanto a análise quanto a definição para refutar aquelas teorias. Também não entendo em que sentido a refutação desvirtuaria o princípio de que análise tem como fim descobertas. Na minha opinião, toda refutação é, em alguma medida, uma descoberta. Para uma refutação será sempre necessário uma análise que *descubra* algo. Da mesma forma, aceitar uma teoria como correta requer uma análise que *descubra* qualquer coisa correta ali (Dall’Agnol, 2005, pp. 39-40).

Em primeiro lugar, precisamos esclarecer como Dall’Agnol entende “literal”. Se trata-se de uma análise que, se aplicada a um cavalo, dissecaria tudo que compõe suas entranhas a ponto de podermos diferencia-lo de um burro, então, concordamos com Dall’Agnol. Contudo, como Dall’Agnol sabia muito bem, os conceitos que compõem um cavalo não são propriedades simples como os átomos são. Isto é, os átomos fazem parte do mundo externo e compartilham a mesma natureza que o mundo externo, os conceitos, como já afirmei alhures, são acessíveis somente pelo pensamento. O exemplo das cores aqui é fundamental. Por mais que a cor azul esteja entre as coisas externas, ainda é possível observar o conceito de azul na mente, independente da sua relação com as demais coisas. Quando observamos o conceito do azul na mente, estamos observando o azul em si. Essa é uma perspectiva que Moore aplica a qualquer tipo de conceito, seja aqueles que referem-se a coisas do mundo externo, seja aqueles que referem-se a outros dados do Universo.

Tenho certeza que Dall’Agnol está consciente dessa diferença, contudo, quero chamar atenção para dois pontos: (1) o primeiro é que quando Moore explica sua teoria através de coisas como cavalo, burro, xícara etc., quando o faz, ele está procurando um exemplo que possa tornar sua teoria mais clara. Em segundo lugar (2) Moore é da opinião que sua ontologia analítica conceitual se encaixa bem numa ontologia científica, ou seja, o modo como Moore explica o mundo caberia muito bem ao modo como a ciência explica o mundo. No entanto, Moore usa sua ontologia para responder questões diferentes das questões científicas. Nesse sentido, quando o cientista aplica uma análise como a usada por Moore para saber o que é um cavalo, ele fará sim uma dissecação anatômica do animal. Faz todo sentido para o cientista analisar desde os órgãos até as toxinas que compõem um cavalo, pois, a questão que ele se propôs responder pede a análise dessas propriedades e conceitos. A meu ver, o cientista não teria problema algum se adotasse a perspectiva ontológica mooreana. O que temos que observar, no entanto, é que as questões filosóficas não requerem as mesmas respostas que as questões da ciência, logo, a análise recai sobre outras propriedades e conceitos. Nietzsche, observando no que os filósofos diferenciam-se dos cientistas, destacou que o filósofo caracteriza-se por tentar dizer algo como “Tudo é Um”, o cientista, pelo contrário, cria teorias sobre o mundo externo⁴⁰.

Para entendermos o que as questões filosóficas requerem como resposta, bastaria recapitularmos o que Moore entende por definição. Contudo, o texto *Some Main Problems of*

⁴⁰ NIETZSCHE, F. Fragmento in: Col. Os Pensadores, vol. 1, *Os Pré-Socráticos*. Nova Cultural, São Paulo. p.55. versão digital: http://files.filosofia-com0.webnode.com/200000001-90f1191ea9/_Colecao_Os_Pensadores__Vol_01.pdf

Philosophy, mais uma vez, nos será de mais utilidade aqui. Neste texto, Moore, ao explicar o que entende por descrição do universo, afirma que trata-se da perspectiva de dizer que todas as coisas do mundo pertencem a uma classe, ou seja, a descrição do universo requer que se diga que “Tudo é Um” (MOORE, 1985, p.148). Essa resposta que a filosofia está buscando não poderá ser adequadamente alcançada através da análise das entranhas de um cavalo. Por isso, naquele texto, Moore buscou descrever as perspectivas do Senso Comum que são imediatamente aceitas, bem como as principais questões que assolam o pensamento filosófico. Ou seja, Moore buscou descrever os conceitos que são filosoficamente relevantes. O que se pode concluir é que Moore não defendeu que seja papel do filósofo dissecar qualquer animal, montanha, pedra etc.

Outro ponto da Crítica de Dall’Agnol, consiste em afirmar que o procedimento de análise promovido por Moore tem pretensões inatingíveis, que tudo o que a filosofia pode almejar com suas análises são meras aproximações. O que podemos dizer aqui, é que Moore estava consciente disso e várias vezes assumiu essa perspectiva. Portanto, Dall’Agnol está certo. Moore, na verdade, toma uma análise ideal como um fim a ser atingido, apesar de ele estar consciente de que nunca o fará. Para explicar esse ponto, podemos retirar um exemplo do próprio *Principia Ethica*: trata-se da passagem em que Moore propõe mostrar qual é a análise ideal para decidir o que *devemos* fazer. Ali Moore aponta que para tomarmos esta decisão seria necessário obtermos um conhecimento semelhante ao conhecimento científico, ou seja, a perspectiva de que determinada ação, onde quer que ocorra, produzirá sempre o melhor resultado. Além disso, ele defendeu que seria necessário analisarmos as séries causais das ações dentro de um futuro infinito e que essa análise deveria recair sobre todas as ações que são postulantes a serem praticadas. Ora, uma tarefa gigantesca que ele reconhece como impossível (MOORE, 1999, §15 - §16 pp. 104-110).

Essas observações são importantes para destacarmos que Moore apenas toma a análise completa da natureza das coisas como um ideal, mas ele está consciente de que não pode executá-la. No entanto, mesmo com essas observações, a tarefa analítica de Moore ainda parece enorme. Tomemos mais uma vez o exemplo dos *Principia Ethica*. Nesta obra, analisar o que se entende por ética, não é apenas analisar o conceito que é mais peculiar a ética, é, além disso, analisar todas as principais questões que decorrem deste conceito peculiar. Deve-se também analisar qual a relação entre esse conceito peculiar e as demais questões. Por fim, seria necessário analisar as principais teses que se opõem às perspectivas

éticas descobertas, para então obtermos uma avaliação de ambas⁴¹. Tudo isso deve ser feito a partir da perspectiva de uma descrição geral da natureza da coisa em questão. Desse modo, cada um dos passos mencionados requer um esforço para observar todos os conceitos simples mais importantes para filosofia ética. De fato, essa é uma tarefa difícil e, talvez, impossível de execução. Contudo, Moore não estava inconsciente disso.

No que diz respeito à crítica à ideia de definição, Dall'Agnol aponta que Moore escolheu uma noção de definição onde só é possível definir coisas que são complexas nos seus conceitos simples. Para Moore, essa análise revela a natureza das coisas nelas mesmas e evita as definições arbitrárias ou meramente convencionais. Dall'Agnol critica essa perspectiva de Moore por duas razões: (1) a primeira consiste no fato de que a definição exigida por Moore impossibilita que muitas coisas possam ser definidas. Em segundo lugar, (2) Dall'Agnol afirma ser possível encontrar exemplos de definições não arbitrárias e que, apesar de admitirem algum convencionalismo, cumprem satisfatoriamente o papel de definir a natureza de uma dada coisa.

Desejo começar pelo ícone (1) da crítica, pois ela tem uma relação mais forte com o que foi debatido sobre a análise. Novamente aqui, Dall'Agnol está apontando que a perspectiva mooreana de observar as coisas nos seus conceitos simples colide com uma perspectiva de simplicidade anatômica. Desta vez, no entanto, Dall'Agnol está fazendo referência à definição. Nesse sentido, vejamos como o próprio Dall'Agnol coloca a crítica:

Na sua visão [na visão de Moore], seria somente possível definir uma coisa complexa, mas não uma simples, pela enumeração das suas partes. Todavia, se nós levarmos esta concepção a sério, então seria também impossível definir alguns complexos, por exemplo, aqueles envolvendo infinitos. Imagine que alguém tivesse que enumerar todos os pontos das linhas paralelas antes de definir o que é uma paralela. Ou, supondo que o mundo seja infinito, então teríamos que enumerar todas as suas partes antes de apresentar uma definição. Isto seria uma tarefa sem fim e seria *a priori* impossível definir *mundo*. (DALL'AGNOL, 2005, pp. 111-112)⁴².

⁴¹ Na introdução deste trabalho fiz um apanhado geral das questões que Moore debateu nos *Principia Ethica*. Acredito que ali fica fácil observar como Moore pensa a relação entre o conceito mais peculiar da ética e as demais questões éticas que ele julgou importante. Contudo, o que apresento na introdução é o resultado da análise.

⁴² Itálicos de Dall'Agnol.

Não é necessário nos prendermos muito no debate dessa crítica. Temos que observar que a *análise* é a decomposição de algo nos seus conceitos simples, enquanto a *definição* é a descrição. Trata-se do mesmo processo invertido. Sendo assim, as considerações que fiz no que diz respeito a análise, são válidas no que concerne a definição. Portanto, basta recapitularmos o que foi dito nos parágrafos acima: O primeiro ponto que destaquei é que os conceitos enquanto elementos simples têm uma natureza diferente dos dados do mundo externo, apesar de alguns conceitos designarem coisas do mundo externo. O segundo ponto é que a explicação de Moore do que significa definição, através da descrição de cavalo, é apenas um recurso para se fazer claro na exposição, mas isso não o compromete com nenhum processo de dissecação física. O terceiro ponto é que a ideia de definição descritiva de Moore é aplicada tanto para definições científicas, quanto filosóficas, contudo, essas definições exigem coisas diferentes. Para o cientista, uma definição descritiva do cavalo, de uma pedra, de uma montanha etc., faz todo sentido, mas para o filósofo não. Por último, consideramos correta a perspectiva de Dall’Agnol de que as definições e análises em Moore são sempre tarefas muito grandes que, em alguns casos, podem ser tomadas como impossíveis. Porém, Moore também estava consciente dessa impossibilidade.

O ícone (2) nos revela uma reação mais profunda de Dall’Agnol contra Moore. Trata-se do fato que Dall’Agnol está se opondo a aceitar aquilo que é elementar na concepção de definição de Moore. Ou seja, a crítica rechaça a concepção mooreana de que a definição deve descrever as coisas nos seus conceitos simples e a substitui por uma perspectiva de definição que permite algum grau de convenção. Aqui, mais uma vez, estamos diante de questões de princípios, portanto, não será nenhuma certeza lógica ou matemática que apontará se Dall’Agnol ou Moore estão certos nos seus pressupostos. A escolha aqui terá que ser tomada a partir do bom senso. Não vou aqui levantar uma defesa ou objeção contra Moore, pois esse tópico merece um trabalho específico. Além disso, travar esse debate nos desvirtuaria do objetivo de observar as questões éticas dentro dos pressupostos ontológicos de G. E. Moore. Contudo, acho importante fazermos uma apresentação da teoria da definição de Dall’Agnol para mostrar que a teoria da definição de Moore tem o desafio de mostrar-se válida diante de outras perspectivas⁴³.

⁴³O significado de “definição” é permeado de problemas na história da filosofia analítica. O modo como Moore entende “definição” é uma entre as várias propostas dadas pelos filósofos analíticos. Para obter uma visão panorâmica dessas propostas, bem como os conflitos entre elas ver: Greimann, D. *Definição*. In: *Compêndio Em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*, org: João Branquinho e Ricardo Santos. 2015.

Antes de expôr o que Dall’Agnol entende por definição, tenho apenas que alertar que a diferença entre as perspectivas de Moore e Dall’Agnol se dá porque este último parte de uma concepção de linguagem muito próxima do segundo Wittgenstein. Sendo assim, Dall’Agnol me parece estar de acordo com o ponto de vista dos *jogos de linguagem*. Wittgenstein, numa passagem de sua obra *Investigações Filosóficas*, nos explica o seguinte: “O termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.” (WITTGENSTEIN, 1989, §23, pp. 18-19). Dentro desta perspectiva, a linguagem é observada dentro dos possíveis *jogos de linguagem*, isto é, o que uma palavra ou frase significam está relacionado com a atitude da pessoa que fala. Portanto, emitir uma ordem, inventar uma história, dar uma palestra jurídica etc., são possíveis *jogos de linguagem*. Dentro desta perspectiva, como funcionaria a linguagem? Wittgenstein nos explica através da analogia da alavanca, ele diz:

‘Ligando a barra com a alavanca, faço funcionar o freio’- Sim, dado todo o mecanismo restante. Apenas com este, é alavanca de freio; e, separado do seu apoio, nunca é alavanca, mas pode ser qualquer coisa ou nada. (WITTGENSTEIN, 1989, §6, p.12).

Nessa analogia, a alavanca funciona como a palavra, o mecanismo como *um jogo de linguagem*. Nesse jogo específico, a alavanca significa alavanca de freio, mas em outros jogos poderia significar um sarrafo para baixar em alguém, ou até mesmo um apoio de porta etc⁴⁴. Essa perspectiva da linguagem se opõe à tentativa de explicar a linguagem como símbolos que nomeiam objetos. Para Wittgenstein, este último procedimento é um possível *jogo de linguagem*, mas de forma alguma é uma explicação da linguagem em geral (WITTGENSTEIN, 1989, §3, pp.10 - 11). Por outro lado, Moore está mais próximo da tradição do atomismo lógico, ou seja, como já disse, Moore entende que o mundo pode ser explicado a partir de conceitos simples imutáveis. Nesse sentido, a perspectiva linguística de Moore é que uma dada palavra designa certo conceito simples. Vejamos o exemplo de “mau”: não importa para Moore a palavra é “mau”, “bad”, “mauvais” ou “male”, o que importa é o conceito que de alguma forma expressa a essência de certo dado do mundo. Nesse sentido, o

⁴⁴ O que expus neste parágrafo não pode ser considerado uma definição de *jogos de linguagem*, mas sim um exemplo. Para deixar claro porque razão não apresento uma definição basta citarmos Armando Mora D’Oliveira, que, na introdução à edição das *Investigações Filosóficas* da coleção Os Pensadores, nos alerta do seguinte: “não se pode definir exatamente o que seja ‘um jogo de linguagem’, a não ser através da comparação entre os traços semelhantes e definitivos de uma série de jogos.” (D’OLIVEIRA, 1989, p.XV).

uso filosófico da linguagem deveria tentar exprimir o sentido desses conceitos simples, bem como entender a relação que eles estão envolvidos.

Desse modo, vejamos qual a proposta de Dall’Agnol ao conceito de definição. Tal proposta, como veremos, está muito próxima à ideia de *jogos de linguagem* e totalmente afastada de *atomismo lógico*, ele diz:

Acredito que a procura por definições-reais [definições no sentido de Moore] é filosoficamente equivocado. O principal problema com esta tentativa é não perceber que os significados das palavras são convencionalmente fixados, isto é, que eles dependem de convenções linguísticas, embora uma definição não seja completamente arbitrária. (...) Mas chamar uma tal visão de “verbal e arbitrária” é enganoso, pois ela de fato depende de convenções linguísticas, mas também deve dizer algo correto daquilo que está sendo definido. Não é necessário, todavia, assumir algum tipo de metafísica essencialista sobre a verdadeira natureza do *definiendum* como Moore fez. (...) Consequentemente, temos um terceiro tipo de definição que não é nem realista no sentido forte, nem meramente convencionalista como as definições nominais o são. Estas definições buscam dizer o verdadeiro, mas não estão comprometidos com a descrição de essência alguma. (DALL’AGNOL, 2005, pp. 113-114).

Desse modo, ao se afastar de uma perspectiva fixa do significado e voltar-se para uma posição onde o contexto é relevante para determinar o significado, Dall’Agnol aproximou sua ideia de definição a tese do segundo Wittgenstein.

Assim, não precisamos mais nos deter aqui. Basta destacarmos como esse debate com Dall’Agnol contribuiu para entendermos melhor o que Moore entende por análise e definição. Os principais pontos são os seguintes: (1) os elementos fundamentais da análise e definição são os conceitos simples que revelam as coisas nas suas partes elementares, (2) os conceitos são elementos distintos do mundo externo, (3) os conceitos são possíveis objetos do pensamento, (4) conceitos são entidades eternas que entram em relação com outros conceitos e essas relações também são eternas, (5) as análises e definições precisam nos revelar outro conceito ainda mais elementar que explique no geral aquilo que é analisado e definido. (6) Os processos de análises e definições são, respectivamente, a decomposição das coisas nos seus conceitos simples e a descrição das coisas a partir dos mesmos conceitos, (7) Moore não está comprometido com nenhuma dissecação física, mas sim com uma análise e definição

minuciosa de conceitos relevantes filosoficamente, (8) as análises e definições em Moore não abarcam apenas o objeto principal da análise, mas se estendem a todas as questões relevantes à matéria analisada, (9) as análises e definições em Moore são sempre aproximativas, pois a extensão impossibilita uma definição cabal e, por fim, (10) vimos que a teoria ontológica de Moore, bem como sua concepção de linguagem, precisam mostrar que são válidas diante de uma teoria oposta como a de Dall’Agnol e do segundo Wittgenstein.

DEFININDO “BOM”

Desse modo, quando Moore pergunta “como definir bom?”, Moore quer que faça uma descrição dos conceitos que compõem “Bom”. Contudo, como vimos mais acima, no parágrafo em que Moore formula essa questão, ele já nos dá algumas orientações do que “Bom” significa. Ele nos informa que “Bom” é o conceito mais peculiar a que toda análise ou definição se dirige no âmbito da ética, e que “Bom” é um conceito simples. Tratando-se de um conceito simples, não há partes sobre as quais possa fazer uma análise ou descrição. Desse modo, alcançamos a tese de Moore formulada claramente no décimo quinto parágrafo, onde ele diz: “A nossa primeira conclusão quanto ao objeto de estudo da Ética será que ela tem de ser definida em relação a um conceito do pensamento, simples e impossível de definir ou analisar.” (MOORE, 1999, §15, pp. 103-104). No entanto, acho importante expormos o modo como Moore chega a esse resultado. No sexto parágrafo, por exemplo, ele nos dará as seguintes orientações sobre o que ele entende por “Bom”, vejamos:

Se nos perguntarem ‘o que é bom?’, a nossa resposta será que bom é bom e ponto final na questão. Ou ainda, se nos perguntarem ‘Como havemos de definir bom?’, responderemos que não pode ser definido e que é tudo o que temos a dizer sobre o assunto. (MOORE, 1999, §6, p.87).

Contudo, no passo a frente, Moore explica melhor o que ele quer dizer com essa passagem, e afirma o seguinte:

(...) todas as proposições que dizem respeito ao bom são sempre sintéticas, nunca analíticas, afirmação que nada tem de trivial. E poderá dizer-se o mesmo de outra maneira, mais informal, ou seja, se a nossa tese está correta, ninguém poderá impingir-nos um tal como “o prazer é o único bem” ou “o

bom é o que é desejado”, sob o pretexto de que é esse “o verdadeiro significado da palavra”. (MOORE, 1999, §6, p.87).

No texto *Prefácio da Segunda Edição*, publicado e intitulado postumamente, Moore nos explica que no que diz respeito à afirmação de que “bom é bom” sua intenção era, por um lado, deixar claro que “Bom”, assim como qualquer elemento, é o que é e não pode ser outra coisa⁴⁵. Por outro lado, Moore tentou estabelecer que o conceito “Bom” é de tal modo que só pode ser designado pelo termo “bom”, que um sentido importante desse termo indica aquele conceito. No que concerne aos termos “analítico” e “sintético”, Moore afirmou que significam, respectivamente, tautológico e não tautológico. Portanto, o objetivo era dizer que nenhuma proposição sobre “Bom” é tautológica. Com essa exposição, Moore deixou claro que o objetivo era demonstrar que “Bom” é indefinível e não analisável, contudo, Moore viu problemas na execução.

Consideremos em primeiro lugar a afirmação de que “Bom é aquilo que ele é e não outra coisa”. Moore apontou que dessa afirmação não se pode derivar que “Bom” é não analisável e indefinível, como ele pretendia. Moore, observando o princípio de que “tudo é o que é e não outra coisa”, destaca o seguinte:

(...) a propriedade de ser diferente de todos os predicados que são diferentes dele é uma propriedade que deverá pertencer a todos os predicados, sem exceção, quer sejam analisáveis, quer não sejam; daí que, mesmo se B^[46] fosse analisável, seria verdade que era diferente de todos os predicados que fossem diferentes dele. (MOORE, 1999, p.48)

O fato de Moore admitir que a posição que “Bom é o que ele é e não outra coisa” não implica em “Bom é simples, indefinível e não analisável” leva-nos ver, nessa passagem, uma prestação de contas de Moore com Frankena. Este último, no seu artigo *The Naturalistic Fallacy*, mostrou que o princípio “tudo é o que é e não é outra coisa” tem como ponto principal apontar que confundir duas propriedades é um erro, mas tal princípio não determina

⁴⁵ Moore atribui esse princípio a Bishop Butler. Na abertura dos *Principia Ethica*, Moore usa a seguinte epígrafe: “everything is what it is and not another thing”. Esse princípio, na medida que faz uma proposição sobre cada coisa nas suas particularidades, desempenha um papel fundamental na ontologia conceitual de Moore. Contudo, como veremos, há problemas no que diz respeito à interpretação correta desta epígrafe. Infelizmente, no entanto, Moore não expôs a opinião que ele tinha acerca da filosofia de Butler.

⁴⁶ Moore usa “B” no mesmo sentido em que uso “Bom”, isto é, para indicar o conceito mais peculiar da ética.

previamente quais características estão presentes nas coisas (FRANKENA, 1939, p. 472). Nesse sentido, não está excluída a possibilidade de definir “Bom” como um objeto natural complexo. Frankena tira uma das bases em que Moore havia apoiado a indefinibilidade de “Bom”, mas não mata a tese. A razão disso é, podemos dizer parafraseando Frankena, que “Bom” é o que é tenha ele as características que tiver⁴⁷. Nesse sentido, falta perguntar qual a característica de “Bom”? Como podemos distingui-la de outra propriedade?

A resposta completa de Moore a essas duas questões tem que ser observada no contexto do debate do *Open Question Argument*, pois ali Moore vai considerar a ideia de que “bom é bom” conjuntamente com o procedimento analítico que deve identificar o que “Bom” é. Contudo, esse não é o momento de tratarmos desse argumento. Quero abordar outra via pela qual Moore tentou assegurar sua posição do sexto parágrafo que “bom é bom”. Trata-se de considerar esta expressão como significando que o conceito “Bom” só pode ser designado pelo termo “bom”. Acerca desse ponto Moore nos diz o seguinte:

No que se refere à proposição de que B é diferente de qualquer predicado que seja expresso através de qualquer palavra ou expressão que não seja o termo “bom”, ela não constitui, de modo algum uma tautologia. Se fosse verdadeira, seria então verdade também que B seria diferente de qualquer predicado como “é um estado prazer” ou “é desejado”, e, não é menos evidente, essas expressões são diferentes da expressão “é bom”. (MOORE, 1999, p. 49)

O que a passagem acima tenta destacar é a distinção entre aquele conceito que só pode ser designado pelo termo “bom” e os demais conceitos. O sentido interno dessa diferença é que a expressão “é bom” está para um simples, o conceito “Bom”. No entanto, as demais expressões estão para complexos que podem ser divididos e observados nas suas partes simples. Essa divisão supõe que cada parte da coisa corresponde a um conceito que, por sua vez, pode ser comunicado por um termo. Nesse sentido, a interpretação que Moore faz do princípio “tudo é o que é e não outra coisa” é que no seu limite ele implica que as coisas possam ser observadas nos seus conceitos simples que são sua natureza mais íntima. Nesse sentido, cada conceito teria um termo correspondente cuja relação seria a mesma que Moore atribui entre o termo “bom” e o conceito “Bom”. Contudo, Moore viu um problema

⁴⁷ A frase de Frankena é a seguinte: “(...) goodness is what it is, even if it is definable” (FRANKENA, 1939, p. 472).

também nesta proposta. Acerca desse novo problema Moore dirá o seguinte: "Pode ser verdade que B seja inanalizável e que, portanto, não possa ser significado por outras palavras que contenham uma análise do mesmo, mas não é certamente verdade que não possa ser significado por quaisquer outras palavras." (MOORE, 1999, pp.50 -51). Ou seja, Moore está apontando que o conceito "Bom" não é exclusivamente expresso pelo termo "bom", mas pode ser designado também por *sinônimos*. Apesar de estarmos lidando com um texto póstumo, em que Moore critica seu próprio trabalho, acho que neste ponto seria injusto levantar alguma crítica contra Moore. Em primeiro lugar, o trabalho de Moore sempre deu préstimos aos conceitos e delegou às palavras um segundo plano. Em segundo lugar, a mudança de uma palavra para um sinônimo não é nenhuma mudança estrutural que obrigue Moore modificar sua teoria. Portanto, Moore muda o termo "bom" para um sinônimo e tudo permanece o mesmo na sua teoria. Há ainda outro ponto de super relevância: Moore, no oitavo e nono parágrafos da sua obra, já havia resolvido esse problema. Ali Moore afirma que não importa se o conceito "Bom" é designado por "gut", "bon" ou qualquer outro vernáculo, o importante é o conceito nele mesmo (MOORE, 1999, §8 -§9, pp.89-90). Sendo assim, o leitor atento dos *Principia* não poderia se deixar enganar tão facilmente.

Vejamos agora as considerações de Moore sobre os termos "analítico" e "sintético" significando, respectivamente, tautológico e não tautológico. Como já afirmei acima, quando Moore afirma que "todas as proposições que diz respeito a bom são sempre sintéticas, nunca analíticas" (MOORE, 1999, §6, p.87), Moore quer dizer que todas proposições sobre "Bom" são sempre não tautológicas. Aqui, temos que observar que Moore está fazendo uma afirmação sobre a natureza da proposição. Ou seja, Moore está dizendo que uma proposição como "bom é prazer" nunca constitui uma proposição tautológica como "bom é bom". Daí decorre duas coisas: (1) que o conceito "Bom" será sempre diferente dos conceito que o acompanham numa dada proposição e (2), seja qual for a extensão da proposição, esses demais conceitos nunca constituíram uma análise de "Bom". Aqui, Moore vai apontar mais uma imprecisão, vejamos o que ele diz:

Uma objeção óbvia que pode ser feita a essa declaração é a de que, se considerarmos afirmações do tipo "O que é bom é bom" ou "O que é desejável é bom" (usando "desejável como um sinônimo de "bom"), parece que estamos perante proposições que são certamente tautologias e que, de certa forma, são, em determinado sentido, "proposições sobre o bem". Cremos que é inegável que, num certo sentido, o são; daí que, numa dada

acepção dos termos, de qualquer forma, a nossa afirmação, se entendida em sentido restrito, é completamente falsa. (MOORE, 1999, p. 51)

A confusão que Moore atribui a si mesmo nesse ponto, parece estar relacionada ao fato de que uma proposição como “bom é prazer” pode ser uma tautologia, desde que a consideremos como uma “proposição sobre o bem”. O que devemos entender por “o bem” é “aquilo que é bom”, não se trata neste caso do conceito simples “Bom”, mas sim uma das várias coisas complexas que nós afirmamos serem um bem. Sendo assim, se a proposição “bom é bom” significa “ x é o bem”, segue-se que é possível fazer uma análise dessa coisa que afirmamos ser “o bem” e a proposição é tautológica.

A ideia de objeto com *Valor Intrínseco* e o modo como ela se relaciona com o conceito “Bom” numa dada proposição é fundamental aqui. Esse tema ainda será objeto deste trabalho. Contudo, chamo a atenção para tais elementos aqui para destacar que esta confusão se soluciona com duas atitudes: (1) se esclarecer que tipo de uso do termo “bom” está sendo feito e (2) que tipo de relação está sendo exigida entre o respectivo uso do termo “bom” e as demais coisas. De fato, neste trabalho já tivemos esses esclarecimentos. Relativamente ao uso que Moore faz do termo “bom” sabemos que é aquele mais fundamental à ética e o que se quer saber dele é sua definição. A definição, por sua vez, deve expressar a natureza mesmo do conceito em questão. Temos nos referido a esse uso do termo “bom” como “Bom”. Assim, a relação pedida entre esse conceito simples “Bom” e as demais coisas é uma relação de identidade, onde os termos que entram na proposição compõem o significado de “Bom”. Para Moore, nesse último caso, será sempre possível perceber que “Bom” é diferente dos demais conceitos que compõem a proposição. Veremos mais detalhes quanto a isso quando tratarmos da *Falácia Naturalista e Open Question Argument* (MOORE, 1999, §10 - §13, pp. 91 - 99).

O NÃO REDUCCIONISMO DE “BOM”

Uma das teses mais importantes relativa ao conceito “Bom” é o não reduccionismo desse conceito a propriedades naturais e metafísicas. Aqui, mais uma vez, Moore afirma que considerou a tese que “Bom” é um conceito simples, indefinível e não analisável como suficiente para mostrar que ele não se reduz a propriedades naturais ou metafísicas. Contudo, sustentar essa tese seria bastante complicado, pois, se o não reduccionismo de “Bom” derivasse da sua simplicidade, implicaria que nenhum objeto natural ou metafísico é simples. Mas não é isso que Moore queria dizer, pois, entre o sétimo e o décimo parágrafos, o

principal recurso de Moore para mostrar que “Bom” é um conceito simples é uma comparação com o conceito natural simples amarelo. Ele diz o seguinte:

A nossa proposta é que ‘bom’ é um conceito simples, tal como ‘amarelo’.
(...) Mas amarelo e bom, dizemos nós, não são conceitos complexos: pertencem àquela classe de conceitos simples a partir dos quais se compõem definições e com os quais cessa a capacidade de continuar a definir.
(MOORE, 1999, §7, pp. 87 - 89).

Portanto, Moore constata que existem conceitos naturais simples, sendo assim, o mero fato de “Bom” ser simples não implica que ele não possa ser natural. Moore admitirá essa confusão no *Prefácio da Segunda Edição*, ele diz: “(...) ainda que B fosse inanalísável, poderia ser idêntico a uma propriedade natural, já que muitas delas podem ser inanalísáveis.” (MOORE, 1999, p. 56).

Um texto bastante esclarecedor sobre em que consiste o não reducionismo de “Bom” em Moore é *The Moral Philosophy of G. E. Moore* de Robert P. Sylvester. Neste texto Sylvester parte da ideia de *Valor Intrínseco*, pois esta ideia faz uma referência a relação do conceito “Bom” com os objetos do mundo externo. Nesse sentido, Sylvester irá destacar o seguinte: “Como nós temos visto, a visão geral é que bom está nas coisas; é uma propriedade delas, está dentro. Porém, Moore nos diz que bom não é uma propriedade natural das coisas”⁴⁸ (SYLVESTER, 1939, p. 131). Em observação a esta referência, a questão que surge é a seguinte: como explicar essa ideia de que “Bom” faz parte da coisa num sentido tão fundamental, mas, ainda assim, é uma propriedade diferente?

O texto de Moore que pode nos ajudar é *O Conceito de Valor Intrínseco*. Neste texto, Moore irá destacar a relação entre coisas que têm *Valor Intrínseco* e “Bom” do seguinte modo: “(...) há duas proposições diferentes relativas à bondade que são verdadeiras: (1) que ela depende apenas da natureza intrínseca daquilo que possui (...) e (2) que, embora isso seja verdade, não se trata em si mesmo de uma propriedade intrínseca.” (MOORE, 1999, p. 352). Precisamos nos deter aqui para explicar o sentido de algumas expressões, são elas: *intrínseco*, *Natureza Intrínseca* e *Propriedade Intrínseca*.

Por “intrínseco” entende-se alguma característica (ou um conjunto de características) que se encontra em uma tal coisa sempre, pois tais características dependem exclusivamente

⁴⁸ As we have seen, the general view is that good is in things; it is a property of them it is in. But Moore tell us that it is not a natural property of them.

do que constitui a coisa em questão. Por intrínseco, portanto, entende-se algo não condicional. Moore contrapõe a ideia de “intrínseco” a “objetivo”. Para Moore, “objetividade” corresponde a qualquer afirmação que descreva uma situação precisamente. Por exemplo: a afirmação de que alguns seres sobrevivem dentro de determinadas condições é uma afirmação objetiva. Observe que ela é condicionada ao tempo, mudando as condições a afirmação não é mais válida. Contudo, na medida que faz uma descrição precisa, é objetiva (MOORE, 1999, pp. 350 - 351). Por outro lado, dizer que uma coisa tem algo intrínseco a ela é dizer que esse algo é invariável na coisa em questão. Vejamos um exemplo de Moore nesse sentido:

Quando afirmamos que, se determinada coisa possui um certo grau de valor intrínseco, algo que fosse precisamente semelhante a ela *teria* necessariamente possuído esse valor exatamente no mesmo grau, queremos dizer que o possuiria mesmo que tivesse num Universo em que as leis causais fossem muito diferentes das deste Universo. (MOORE, 1999, p. 359)⁴⁹

Assim, fica fácil observar que quando Moore usa o termo “intrínseco” associado a outro termo (“valor”, “propriedade” ou “natureza”) indica que aquilo que possui algo intrinsecamente o possui num aspecto elementar da sua constituição ou da sua natureza. Nesse sentido, dizer que algo é intrínseco é dizer que não podemos excluir o que há de intrínseco sem descaracterizar a constituição ou natureza da coisa mesma. Por exemplo: se digo que estudar filosofia tem um *Valor Intrínseco*, quero dizer que em todos os mundos possíveis esse estudo é valioso, pois o valor depende somente da *Natureza Intrínseca* da filosofia. Portanto, negar que a filosofia tenha *Valor Intrínseco* seria descaracterizar a natureza da mesma.

Cabe-nos perguntar, contudo: o que *Natureza Intrínseca* e *Propriedade Intrínseca* significam? Não precisamos aqui explicar cada uma delas separadamente, mas, acompanhando o próprio Moore, basta-nos explicar a diferença de cada uma delas numa determinada coisa. Moore começa explicando que ele entende por *Natureza Intrínseca* o fato de que se duas coisas têm a mesma *Natureza Intrínseca* elas são exatamente iguais. Por outro lado, por *Propriedade Intrínseca*, Moore entende aquilo que marca uma diferença constitutiva de uma coisa frente às demais coisas no espaço e tempo, ou seja, refere-se àquilo

⁴⁹ Itálico de G. E. Moore.

que faz com que cada coisa seja única no mundo exterior. Contudo, para Moore, se duas coisas variam em *Propriedade Intrínseca* não implica que elas tenham *Natureza Intrínseca* diferentes. Moore explica esse ponto da seguinte forma:

Trata-se do seguinte: é natural supor-se que a expressão “ter uma natureza intrínseca diferente” é equivalente à expressão “ser intrinsecamente diferente” ou “ter propriedades intrínsecas diferentes”; no entanto, se se considera essas expressões como identificáveis entre si, corre-se o risco de uma confusão, uma vez que é evidente que existe um sentido em que, quando se tratar de coisas exatamente iguais, essas coisas serão “intrinsecamente diferentes” e terão propriedades intrínsecas diferentes pelo mero fato de se tratar de duas coisas. (MOORE, 1999, pp. 353-354)⁵⁰

⁵⁰ Gostaria de mencionar um estranhamento que tenho toda vez que comparo as explicações dadas por Moore do que ele entende por *Propriedade Intrínseca* nos textos *Prefácio da Segunda edição* e *O Conceito de Valor Intrínseco*. A citação a qual refere-se essa nota é retirada deste último texto. Na citação em questão, Moore faz duas coisas: (1) além de indicar que variar em *Propriedade Intrínseca* não significa variar em *Natureza Intrínseca*, (2) Moore tenta evitar uma confusão que é tomar *Propriedade Intrínseca* como sinônimo de *Natureza Intrínseca*. No entanto, temos que chamar atenção para o fato de que no *Prefácio da Segunda edição* Moore explica o que é o *Valor Intrínseco* através dessa confusão. Vimos em outra citação que as proposições que regem a ideia de *Valor Intrínseco* são as seguintes: que se uma coisa tem o *Valor Intrínseco* de ser boa, isso depende somente da *Natureza Intrínseca* da coisa em questão, mas que, apesar disso, “Bom” não deveria ser considerado uma *Propriedade Intrínseca* da coisa em questão. Ou seja, parte de uma diferença entre o que *Natureza Intrínseca* e *Propriedade Intrínseca* significam. No prefácio, contudo, Moore apresenta essas proposições de um modo diferente, mas ali ele usa *Propriedade Intrínseca* como sinônimo de *Natureza Intrínseca*. Vejamos como ele faz isso, ele diz: “(1) B é uma propriedade que depende apenas da natureza intrínseca da coisa em questão. (...) Pode também exprimir-se essa ideia dizendo que B é um tipo intrínseco de valor. (...) (2) Embora B dependa apenas das propriedades intrínsecas das coisas que a possuem e constitua, nesse sentido, um tipo de valor intrínseco, não é em si mesma uma propriedade intrínseca.” Devemos nos perguntar: “ora, não havia Moore dito que ‘Bom’ enquanto *Valor Intrínseco* depende somente da *Natureza Intrínseca* da coisa em questão? Por que no segundo passo ele afirma que ‘Bom’ depende apenas das *Propriedades Intrínsecas* das coisas que o possuem? E quanto a confusão mencionada no texto *O Conceito de Valor Intrínseco*?”. Talvez haja uma explicação para essa confusão. Trata-se do fato de que o *Prefácio da Segunda edição* é um texto póstumo e inacabado. Ou seja, é bem possível que Moore, ao desistir da publicação do *Prefácio* numa segunda edição dos *Principia*, tenha também abandonado o trabalho de dar aos conceitos a precisão necessária. Outro ponto importante é que os textos *Prefácio da Segunda edição* e *O Conceito de Valor Intrínseco* foram escritos mais ou menos no mesmo período. Thomas Baldwin, na introdução da segunda edição dos *Principia Ethica*, informou que os manuscritos indicam que o *Prefácio* foi escrito entre os anos de 1914 a 1917, contudo, o objetivo era que o *Prefácio* fosse publicado na segunda edição dos *Principia* do ano 1922. Talvez não seja tanta coincidência o fato de que *O Conceito de Valor Intrínseco* foi publicado também em 1922. Como veremos mais à frente, há outros problemas com a terminologia usada para explicar *Propriedade Intrínseca*, mas dessa vez serão atribuídas a Robert Peter Sylvester.

Ora, a diferença aqui está traçada a partir da ideia de que *Propriedades Intrínsecas* são as propriedades que constituem os objetos do mundo externo, enquanto *Natureza Intrínseca* indica algo que está relacionado com as propriedades, mas supera o nível da constituição. Talvez possamos esclarecer ainda mais essa distinção com um exemplo: imaginemos que temos diante de nós duas latas de tinta azul (lata 1 e lata 2) com a mesma tonalidade. A tinta da lata 1, encontra-se no planeta Terra e tem sua coloração formada pelos componentes químicos A, B, C. A tinta da lata 2, por sua vez, está em outro planeta, submetida a leis naturais muito diferentes das nossas, e sua coloração é dada pelos elementos L, M, N. O azul, aquilo que resiste como uma natureza elementar das tintas, representa a *Natureza Intrínseca*. Contudo, a diferença que se observa no nível da composição das tintas é uma diferença de *Propriedades Intrínsecas*. Temos que destacar, no entanto, que é errôneo supor que as *Propriedades Intrínsecas* podem ser qualquer coisa contingente. O fato de essas *Propriedades* serem *Intrínsecas* fazem com que os objetos que elas compõem tenham uma dependência mais fundamental dessas propriedades. Assim, se a composição *Intrínseca* muda, a *Natureza Intrínseca* será necessariamente abalada. Portanto, a *Propriedade Intrínseca* de um corpo, por exemplo, não são as roupas ou os elementos químicos que vêm e vão, mas sim um braço, uma perna ou o fígado etc. A *Natureza Intrínseca*, conjuntamente com seu *Valor Intrínseco*, pode ser observado quando refletirmos sobre a diferença de *Valor Intrínseco* entre um corpo são e outro com um braço amputado⁵¹.

O que essas explicações nos mostram quanto ao não reducionismo de “Bom”? Nós estamos diante da seguinte situação: *Propriedades Intrínsecas*, quando juntas, são responsáveis pelo surgimento de um objeto natural que tem uma *Natureza Intrínseca*. Se esse objeto é um bem nele mesmo, podemos dizer que tem *Valor Intrínseco* e que “Bom”, apesar de não ser uma *Propriedade Intrínseca* do objeto, tem alguma relação com o mesmo.

⁵¹ Neste exemplo, estou me inspirando numa passagem em que Moore usa a imagem do corpo humano para explicar o que ele entende por *Unidade Orgânica*. Esta expressão significa que um certo todo complexo tem um *Valor Intrínseco*, mas esse valor não é a soma do valor das partes que o compõem. Moore enfatiza que não é diretamente óbvio que um todo composto de muitos bens terá *Valor Intrínseco* maior do que outro todo que tenha alguns males na sua composição. Além disso, Moore destaca que as partes são independentes do todo, inclusive no que diz respeito ao valor. Assim, O *Valor Intrínseco* do todo é dado na relação das partes que o compõem, contudo, uma parte tem *Valor Intrínseco* diferente do todo a qual ela está incluso. Quando o todo se decompõe e não houver mais uma *Unidade Orgânica*, as partes ainda conservarão a si e seu valor. O *Valor Intrínseco* da *Unidade Orgânica*, após a decomposição, evidentemente, se dissipará. No entanto, segundo Moore, o *Valor Intrínseco* (ou o conceito “Bom”) não estará no mundo externo. O princípio da *Unidade Orgânica*, parece bastante útil para entendermos o que foi explicado nas passagens anteriores, mas me deterei nesta breve explicação para evitar dar muitas voltas sobre um mesmo tópico. (MOORE, 1999, §18 - §22, pp. 110-121).

Portanto, temos que observar que as *Propriedades Intrínsecas* são as principais responsáveis pela constituição de coisas que tem *Natureza Intrínseca* boa. O conceito “Bom”, por sua vez, não desempenha qualquer papel nessa constituição. Nesse sentido, o não reducionismo de “Bom” se dá porque este conceito não pode estar entre aqueles que compõem o objeto, mas simplesmente passa a se relacionar com o objeto quando a condição está dada.

Sylvester tem uma leitura ligeiramente diferente da minha, mas ainda assim esclarecedora. Sylvester nos apresenta uma leitura em que a impossibilidade de fusão entre *Valor Intrínseco* e *Propriedades Intrínsecas* fica bastante nítida. Todavia, Sylvester nos apresenta uma leitura em que o *Valor Intrínseco* de uma coisa depende somente das *Propriedades Intrínsecas*, a ideia de *Natureza Intrínseca* ele ignora. Sylvester deixa isso claro em duas passagens:

“A existência de bom depende da forma como uma coisa ou evento está realmente constituído. Uma coisa que é boa é composta de certas propriedades que a definem como sendo a coisa [boa] que é. São exatamente estas propriedades específicas que são requisitadas se bom tem que ser exemplificado nas coisas ou como propriedade das coisas.” (SYLVESTER, 1990, p. 132)⁵²

Numa outra passagem, Sylvester afirma o seguinte:

Valor intrínseco é uma propriedade da coisa, mas não uma propriedade intrínseca. As propriedades que são intrínsecas às coisas são aquelas que Moore chama de propriedades naturais. Propriedades que dependem das propriedades das coisas são chamadas propriedades não-naturais da coisa. Bom, ou valor, depende somente das propriedades intrínsecas das coisas que são boas. (SYLVESTER, 1990, p. 132)⁵³[⁵⁴]

⁵² Good’s existence depends upon the way a thing or event is actually constituted. A thing that is good is composed of certain properties that account for its being the [good] thing it is. It is those precise properties that are required if good is to be exemplified in the thing or to be the thing’s property.

⁵³ Intrinsic value is a property of the thing, but not an intrinsic property. Properties that depend upon the intrinsic properties of things are called non-natural properties of the thing. Good, or value, depends solely on the intrinsic property of things that are good.

⁵⁴ A linguagem de Robert Peter Sylver é diferente da que venho aplicando. Nesta passagem, venho me referindo a “Bom” como *Valor Intrínseco* para destacar sua relação com objetos externos. Contudo, Sylvester usa “propriedade não natural das coisas” para designar o mesmo que *Valor Intrínseco*. Sylvester, apesar de conhecer e citar o texto *O Conceito de Valor Intrínseco*, ignorou as referências terminológicas daquele texto. Sylvester preferiu adotar a terminologia que Moore usou no vigésimo

Na leitura de Sylvester, portanto, a condição para algo ter *Valor Intrínseco* depende total e exclusivamente das *Propriedades Intrínsecas*. A leitura de Sylvester tem o mérito de jogar luz na impossibilidade de associação entre “Bom” e *Propriedades Intrínsecas*. Contudo, não observou a importância da noção de *Natureza Intrínseca* para afirmação de que algo tem *Valor Intrínseco*. A união de propriedades possibilita o surgimento de algo mais que nenhuma delas sozinhas poderiam criar. Esse algo mais é justamente o que está sendo indicado por *Natureza Intrínseca*. Esse algo mais que a *Natureza Intrínseca* representa é condição fundamental para que “Bom” possa entrar numa relação com um objeto. Além disso, vide o fato que alguns objetos podem ter *Natureza Intrínseca* potencialmente más.

Portanto, a explicação do não reducionismo aponta para o fato de que “Bom” não pode estar entre as propriedades que compõem um dado objeto. Portanto, “Bom” não é nem uma *Propriedade Intrínseca*, nem a *Natureza Intrínseca* de um dado objeto. “Bom” é um conceito que relaciona-se com o objeto quando as condições estão dadas⁵⁵, é o *Valor Intrínseco* da coisa. Os mais teimosos poderiam perguntar: qual razão há por trás de você não aceitar que “Bom” não é uma *Propriedade Intrínseca*? A resposta de Moore seria a que segue:

Acaso podemos imaginar a existência de “bom” no tempo por si só, e não, simplesmente, enquanto propriedade de algum objeto natural? Pela parte que nos toca, não conseguimos imaginá-lo, ao passo que, no que diz respeito à maioria das propriedades dos objetos - aquelas que designamos por propriedades naturais - a sua existência nos parece ser independente desses objetos. (MOORE, 1999, §26, pp. 127 - 128)

Assim, a resposta de Moore é simplesmente que “Bom” não pode ser concebido como uma propriedade do mundo externo e, portanto, não pode figurar entre as *Propriedades Intrínsecas* de nenhum objeto. Mais detalhes que sustentam essa afirmação serão observados quando abordarmos o *Open Question Argument*.

O NÃO REDUCIONISMO DE “BOM” A PROPRIEDADES METAFÍSICAS

sexto parágrafo dos *Principia Ethica*. Ali, Moore explicitamente refere-se a “Bom” como propriedade não natural de objetos naturais.

⁵⁵ Podemos exprimir essa ideia afirmando que “Bom” é Superveniente.

Para concluir a explicação da tese não reducionista de “Bom” defendida por Moore, falta-nos explicar em que sentido “Bom” é não redutível a Propriedades Metafísicas. Moore começa destacando que uma das características centrais de propriedades metafísicas é o fato de elas não estarem no espaço e tempo. Para Moore, a investigação metafísica tem o mérito de trazer à reflexão filosófica questões como a fundamentação da matemática, da ética, dos universais e etc. Segundo Moore, todos esses problemas não encontram explicação no mundo externo e constituem um desafio ao intelecto, na medida que em muitos desses problemas têm verdades elementares dadas. Assim, propriedades metafísicas se diferenciam de propriedades naturais. Contudo, segundo Moore, há um aspecto das propriedades naturais que é preservado nas propriedades metafísicas. Propriedades naturais, caracterizam-se por ser objetos que existem no tempo e no espaço. Segundo Moore, filósofos metafísicos conservaram nos seus objetos a pretensão de que eles existam, assim como existem propriedades naturais (MOORE, 1999, §66, pp. 207 - 210). Ou seja, tais pensadores acreditam que em algum sítio do Universo deve existir algo como “unidade”, “Deus”, “eu em si”, “vontade pura” e etc. Diante disso, Moore define ética metafísica do seguinte modo:

Uma ‘Ética Metafísica’ é marcada pelo fato de fazer a afirmação seguinte: aquilo que seria perfeitamente bom é algo que existe mas não é natural; aquilo que possui alguma característica pertencente a uma realidade supersensível. (MOORE, 1999, §67, p.210).

A partir dessa formulação de Ética Metafísica, Moore irá apontar que “Bom” precisa se mostrar irredutível em dois aspectos. Por um lado, “Bom” tem que se mostrar irredutível a uma propriedade que é um existente fora do tempo e do espaço, ou seja, uma Propriedade Supersensível. Por outro lado, na medida em que a Ética Metafísica em alguns casos concorre a ser supersticiosa, “Bom” terá de se mostrar irredutível à vontade.

No que diz respeito ao não reducionismo de “Bom” a Propriedades Supersensíveis, Moore destaca que o metafísico não pode defender essa tese sem antes debater o que ele entende por realidade. Nesse sentido, a noção de realidade será um princípio que, de algum modo, sustenta qualquer outra afirmação nesse âmbito metafísico. Assim, Moore nos alerta de como funciona raciocínio da Ética Metafísica, ele diz:

O raciocínio por meio do qual se pensa que uma questão metafísica pode resultar numa conclusão ética é do seguinte teor: pode inferir-se da

consideração do que constitui o ser real, que o que é real deve possuir certas propriedades supersensíveis: mas possuir estas características é o mesmo que ser bom - é o significado da própria palavra; daqui resulta que o que possui estas propriedades é bom;(...). (MOORE, 1999, §72, p. 221)

Aqui, Moore está destacando que a Ética Metafísica tem que conceber “Bom” e a realidade numa relação intrínseca. A necessidade de explicar em que sentido de realidade está se operando, faz com que a Ética Metafísica conceba “Bom” como uma Propriedade Supersensível. “Bom”, portanto, tornou-se um componente da realidade que faz parte. Assim, a Ética Metafísica cometeu o mesmo erro que a Ética Naturalista cometeu, isto é, reduziu “Bom” a realidade de um existente composto. Ora, é óbvio que há uma diferença de gênero nas concepções de realidades, mas isso é irrelevante para Moore (MOORE, 1999, §72, p. 221). Assim, podemos explicar o não reducionismo de “Bom” a Propriedades Metafísicas, tal como explicamos o não reducionismo a Propriedades Naturais.

A explicação do não reducionismo de “Bom” a Propriedades Metafísicas vai na seguinte linha, portanto: alguns metafísicos, segundo Moore, estão na situação de estarem impressionados pela realidade do mundo externo. Eles aceitam que tudo ali é real. Contudo sentem-se desafiados com algumas questões que não encontram base no mundo externo. No caso da Ética, impressionam-se pelo fato de “Bom” não estar entre as Propriedades Naturais. Contudo, segundo Moore, pensam que se não são uma realidade natural devem ser uma realidade em outro sítio do Universo. Portanto, buscam responder o problema “O que é ‘Bom’?” sem envolver Propriedades Naturais, mas fazem as suas respostas dependerem da característica principal das Propriedades Naturais, a saber: ser um existente, ou, possuir uma realidade. Assim, se algumas dessas coisas supersensíveis existem, “Bom” não pode ser concebido como uma propriedade que a compõe. Moore acredita que isso fica provado na seguinte passagem:

Que é errônea uma tal redução de todas as proposições do tipo das que afirmam que algo existe, ou que algo que existe tem um certo atributo (o que significa que ambos existem numa certa relação um com outro), pode facilmente ver-se por referência a classe particular das proposições éticas. Pois o que quer que seja que tenhamos provado existir, e quaisquer que sejam os dois existentes que tenhamos provado estarem necessariamente ligados um ao outro, ainda permanece uma pergunta distinta e diferente, que é se o que assim existe é bom; (...) Compreendemos o que se quer dizer ao

perguntar: Isto, que existe, ou que necessariamente existe, é bom, afinal? E apercebemo-nos de que estamos a fazer uma pergunta que ainda não foi respondida. (MOORE, 1999, §73-§74, pp.224)

Assim, por meio da percepção de que a evidência de que se algo existe não implica que ela seja boa, Moore pretende provar que “Bom” é irreduzível a Propriedades Supersensíveis.

No que diz respeito à não redução de “Bom” à vontade, o que tem Moore a nos dizer? Moore, aqui toma em consideração dois termos: “vontade” e “cognição”. Ambos os termos serão tomados como desempenhando um papel epistemológico herdado do Idealismo. Os dois termos, portanto, partem do princípio que, o que quer que seja seus objetos, tem a mente como um elemento fundamental na constituição da sua verdade. Cada termo tem seus procedimentos associados a um objeto: vontade é associado àquilo que é um bem, cognição aos objetos metafísicos em geral. Contudo, o que é válido para um será mais ou menos válido para o outro. Moore explicita tudo isso na seguinte passagem:

Este erro, supõe-se [a perspectiva metafísica supõe] que dizer que uma coisa é real ou verdadeira é o mesmo que dizer que é conhecida de uma certa forma; e a diferença entre a afirmação de que é bom e a afirmação de que é verdadeiro - entre uma proposição ética e uma proposição metafísica - consiste no fato de, enquanto esta afirma sua relação com a cognição, aquela afirma a sua relação com a Vontade. (MOORE, 1999, §77, p.227)

Ao colocar a questão nestes termos, Moore está atribuindo aos metafísicos a tese de que as faculdades do espírito são as principais responsáveis pelos caracteres que imputamos ao mundo. As faculdades fazem com que experimentemos o mundo dentro de certa perspectiva, daí que o nosso conhecimento é viesado por essas mesmas faculdades. A visão que temos do “bom ou mau”, “verdadeiro ou falso”, “certo ou errado” etc., está, portanto, numa relação de dependência forte com as faculdades do espírito. A partir desta perspectiva, Moore identifica uma Ética Metafísica que defende que o *Valor Intrínseco* de um objeto depende totalmente de uma certa atitude mental. Essa perspectiva é exposta na seguinte passagem:

Não deveríamos saber o que significa pensar que uma coisa é melhor do que outra, a não ser que a atitude da nossa vontade ou sentimento em relação a

uma coisa fosse diferente da atitude em relação a outra coisa. Pode admitir-se tudo isto. Contudo, até agora, temos apenas o fato psicológico de que é apenas porque queremos ou sentimos as coisas de um certo modo, que alguma vez pensamos que são boas; (...) Existe, portanto, uma ligação especial entre o querer e a bondade; é, no entanto, uma ligação *causal* - o querer é condição necessária da bondade. (MOORE, 1999, §79, pp. 229-230)⁵⁶

Nesse sentido, o não reducionismo de Moore tem que ir na direção de mostrar que a afirmação “isto é um bem” não é redutível à afirmação “tenho a atitude mental x em relação a isto”. O objetivo, portanto, é assegurar que “Bom”, quando relacionado a dado objeto, não é redutível a processos mentais (seja aprovar, querer, desejar etc.)⁵⁷.

Para ilustrar este não reducionismo de “Bom”, Moore vai na direção de destacar a diferença entre “o pensamento que algo é um bem” e a questão se “o objeto pensado é mesmo um bem”. Para Moore, o pensamento de que algo é um bem significa nada além de que uma mente toma este objeto como um bem. A mente o aprova, o deseja etc., contudo, isso ocorre na mente e, enquanto tal, não imputa nada ao objeto. A mente em questão pode estar enganada e isso mostra que sua atitude em relação ao objeto não imputa nada ao mesmo. A questão se o objeto tem *Valor Intrínseco*, tem que ser respondida tomando em referência o próprio objeto. Pode ser que não se alcance a verdade da questão, contudo, segundo Moore, tem que se notar a diferença entre o que é a verdade e o que nós pensamos ser a verdade. Nesse sentido o não reducionismo de “Bom” (ou *Valor Intrínseco*), se dá porque há uma diferença nas questões “você acha isso bom?” e “isso é bom?”. A primeira é uma pergunta sobre o estado psicológico, a segunda sobre o objeto nele mesmo⁵⁸.

⁵⁶ Itálico de G. E. Moore.

⁵⁷ Há dois pontos que merecem destaque aqui: (1) se Moore conseguir demonstrar que o *Valor Intrínseco* de um objeto não se reduz a processos mentais, ele terá dado um passo importante para provar que o *Valor Intrínseco* depende somente da *Natureza Intrínseca* daquilo que o possui. A possibilidade de “Bom” ser redutível a *Propriedades Naturais*, como vimos acima, já foi descartada. (2) Além disso, Moore terá levantado uma objeção ao *Idealismo* também no âmbito da ética. Esses dois pontos nos levam a entrever a tese de Moore de que se algo é um bem, o será mesmo num isolamento absoluto, sem qualquer mente para contemplá-lo (MOORE, 1999, §50, pp. 176 - 177).

⁵⁸ Temos que observar que esse resultado será também válido para a cognição. Porém, os objetos que a cognição envolve são mais numerosos e mais gerais do que os que concernem à vontade. Um dos objetos será justamente a concepção de realidade que o metafísico precisa fundamentar para justificar sua posição. Nesse sentido, Moore considera que há no caso da cognição uma tendência a criar uma realidade eterna problemática e ficcional. Por isso, Moore às vezes associa o pensamento metafísico à religião. A manifestação mais enfática nesse sentido, encontra-se no *O Conceito de Valor Intrínseco* em que Moore afirma que as teses metafísicas são supersticiosas (MOORE, 1999, p.350). Por outro lado, Moore considera que a metafísica poderia prestar um serviço à ética, o de construir Utopias,

Antes de encerrar esta seção, gostaria de abordar um tópico que não pode passar em branco. Mostramos até aqui porque que na concepção de Moore “Bom” tem que ser não redutível às Propriedades Naturais e Propriedades Metafísicas. Contudo, existe uma terceira classe de Propriedades que Moore explica de forma bastante breve no segundo parágrafo do quarto capítulo, ou seja, no capítulo sobre a Ética Metafísica. Esta terceira Propriedade trata-se daquilo que “não é, mas de alguma forma existe”. É mais ou menos nesses termos que Moore classifica aquelas Propriedades que não encontram aporte no mundo externo. Para Moore, os metafísicos falharam na tentativa de identificação de tais propriedades. Exemplos desta terceira Propriedade são os conceitos de “Bom” e de “números”. É uma pena que Moore aborde essa semelhança somente neste parágrafo, pois do meu ponto de vista ela é a referência mais substancial dos *Principia* sobre o conceito “Bom”. Moore usa as verdades da matemática e as noções de unidade para mostrar como essa terceira categoria de Propriedades desafiam o intelecto. Moore nos mostra que temos conhecimentos matemáticos indubitáveis que, contudo, não podemos explicá-los. Além disso, noções universais como “unidade”, “dois” etc, apesar de importantes, seguem igualmente inexplicadas. Assim, a matemática influencia o mundo externo, mas o faz de modo estranho, pois as categorias matemáticas não são existentes. Nesse sentido, tais noções não existem em sentido estrito, mas de algum modo são. Certamente, as questões matemáticas suscitam questões diferentes do que as da ética, porém, acredito que podemos entrever o que intriga Moore no âmbito da ética. Numa palavra, trata-se de intrigar-se com essas crenças éticas do Senso Comum e esforçar-se para lhes dar um caráter sistemático científico.

Se tomarmos em consideração o artigo *The Nature of Judgment* e os movimentos do *Principia Ethica*, me parece que acabamos de observar todas as propriedades e conceitos que são mais importantes para Moore. Além disso, dentre essas propriedades e conceitos, apontamos aquelas com que o conceito de “Bom” mais se identifica. Nesse sentido, creio que foi apresentada uma perspectiva do que seria uma descrição do Universo para Moore e, neste contexto, ressaltamos onde e como está o conceito “Bom”. Não acredito que Moore admitiria que há aqui uma descrição do Universo, pois essa perspectiva lhe pareceria incompleta. Contudo, de certa forma, a questão “que propriedades e conceitos compõem o universo em geral?” está respondida. Pelo menos é isso que nos sugerem os *Principia Ethica* e o *The Nature of The Judgment*. De fato, ambos os textos nos indicam de forma muito indireta que a descrição de tais propriedades correspondem a uma descrição do Universo, mas ainda é

todavia, esse seria um exercício puramente ficcional. Neste caso, nem se quer caberia a metafísica analisar o *Valor Intrínseco* da Utopia que ela mesmo criou (MOORE, 1999, §68 - §71, pp. 212 - 220).

inegável que o façam. *The Nature of the Judgment* é o mais emblemático. Numa certa passagem do texto, onde Moore tenta mostrar que nem toda verdade proposicional é um existente, Moore dá exemplo de três classes de proposições: as compostas de conceitos que representam Propriedades Naturais, conceitos de Propriedades Metafísicas e conceitos de Propriedades que não são, mas que de algum modo existem (MOORE, 2004, pp. 127 - 128). Somente isso, com certeza, não é suficiente para provar que trata-se de uma descrição geral do Universo. Contudo, é sintomático que Moore tenha dedicado pelo menos um capítulo a cada uma daquelas categorias nos *Principia Ethica*. Ora, temos que recordar que um dos princípios da definição em Moore é analisar e descrever o máximo possível um objeto em todos os seus conceitos relevantes e, além disso, destacar todo problema ou objeção relevante ao problema em causa. Sendo assim, me parece que os *Principia Ethica*, sendo na sua completude a definição de “Bom”, procura esclarecer como este conceito se apresenta diante do Universo. Assim, penso que não é completamente sem sentido acreditar que aquelas propriedades compõem uma perspectiva de descrição do Universo de Moore.

Bem, mas temos que observar outro aspecto do período acima. Esse foi um período voltado para entendermos uma possível definição de “Bom”, bem como no que consiste o não reducionismo do mesmo. Portanto, foi um debate voltado para apresentar “Bom”. Nos falta, no entanto, abordar o segundo período deste capítulo que terá como objeto *A Falácia Naturalista* e o *Open Question Argument*. A primeira destas expressões é uma acusação levantada por Moore de que muitos pensadores não reconheceram que “Bom” é um conceito simples e *Sui Generis*⁵⁹ e, desse modo, cometeram uma série de contradições. *Open Question Argument*, por sua vez, é a prova que Moore levanta para sustentar que a *Falácia Naturalista* realmente ocorre. Essa prova consiste em mostrar que nenhuma proposição ética é uma definição de “Bom” e que este pode ser reconhecido.

Antes de prosseguir é necessário, todavia, recapitular as teses centrais que foram debatidas acima e que serão relevantes no debate que segue. A tese mais importante que venho afirmando é que (1) “Bom” é o conceito mais peculiar da ética. Este conceito tem prioridade tanto ontológica, quanto epistemológica. Essas afirmações colocam “Bom” no centro do esquema ético científico proposto por Moore no quinto parágrafo dos *Principia*. Nesse sentido, “Bom” é tomado como *touchstone* da ética. (2) A posição de que o conceito “Bom” é fundamental para a ética é uma Crença do Senso Comum. (3) Analisar e definir são, respectivamente, a atitude de decompor algo nos seus conceitos simples mais relevantes e o

⁵⁹ Não redutível a qualquer outra propriedade, ímpar.

ato de descrever esses mesmos conceitos. Essa análise e definição partem do princípio que os dados do mundo podem ser tomados nos seus conceitos simples e que esses conceitos nos mostram o mundo diretamente desvelados. Podemos dizer, acompanhando D'Allagnol, que análise e definição em Moore caracterizam-se por seu *forte senso de realidade, máxima clareza conceitual e evitar o máximo possível as contradições*. (4) Moore tentou derivar a tese de que “Bom” é um conceito simples de duas proposições: (a) “bom é bom” e (b) “qualquer proposição sobre bom é sempre sintética nunca analítica”. Com a primeira expressão Moore queria dizer que “bom é o que ele é e não outra coisa”. A segunda expressão faz uma afirmativa sobre proposições éticas e estabelece que nenhuma proposição sobre “Bom” é tautológica, mas sempre não tautológica. Moore, no *Prefácio da Segunda edição*, nos alerta que essas expressões têm várias ambiguidades. Somente o *Open Question Argument* pode dissolver tais ambiguidades apontadas por Moore. (5) A tese da irreducibilidade de “Bom” não pode ser derivada da posição que “Bom” é simples, é necessário que “Bom” seja também *Suigeneris*. (6) *Valor Intrínseco* significa que dado objeto do mundo externo tem valor em si mesmo, isto é, na sua *Natureza Intrínseca*. Nesse sentido o conceito simples “Bom” tem uma relação especial com esse objeto. Contudo, “Bom” não é uma *Propriedade Intrínseca* do objeto em questão. Visto que *Propriedades Intrínsecas* são propriedades do mundo externo, “Bom” é não redutível a propriedades do mundo externo. (7) O não reducionismo de “Bom” em Propriedades Metafísicas se dá em dois níveis, são eles: (a) “Bom” é não redutível a Propriedades Supersensíveis e (b) “Bom”, enquanto *Valor Intrínseco*, é não redutível à vontade. As categorias metafísicas caracterizam-se por afirmar que se propriedades éticas não existem no mundo externo elas devem existir em outro sítio do Universo. Portanto, os metafísicos diferenciam-se dos naturalistas ao afirmarem que “Bom” está fora do tempo e espaço, porém, conservam em “Bom” a característica de ser um existente, ou possuir uma realidade. Assim, o erro dos metafísicos neste ponto é exatamente igual aos dos naturalistas, ambos atribuem existência a “Bom”. No segundo nível, a não redução opera no nível dos objetos que têm *Valor Intrínseco*. Aqui Moore quer demonstrar que aquilo que é um bem não se reduz a qualquer processo mental. Moore chama atenção para o fato que há uma diferença importante entre “achar que algo é bom” e “algo ser bom”. O primeiro, para Moore, trata-se de um relato de um estado psicológico. O segundo é uma proposição sobre o objeto em si. Portanto, tal objeto será um bem mesmo em um completo isolamento. Moore acrescenta que se for impossível decidir entre o que é somente um estado mental e aquilo que de fato é um bem, a simples diferença entre as proposições “eu acho isso bom” e “isso é bom” é suficiente para mostrar a irreducibilidade.

A ARGUMENTAÇÃO DE MOORE EM DEFESA DA SIMPLICIDADE DE “BOM”: FALÁCIA NATURALISTA E OPEN QUESTION ARGUMENT

A expressão *Falácia Naturalista* é usualmente atribuída a dois pensadores: G. E. Moore e Hume⁶⁰. Muito normalmente referem-se a ambos dando a entender que aplicaram a expressão exatamente no mesmo sentido⁶¹. No entanto, o que se dá, na minha opinião, é que há semelhanças e diferenças. Nesse sentido, o primeiro passo dessa seção tem que ser distinguir os dois usos. De modo sucinto, podemos dizer que em Moore *Falácia Naturalista* significa um erro de definição, isto é, significa definir “Bom” por um todo complexo ou qualquer outra propriedade natural ou metafísica. O tipo de erro que Moore está apontando está no nível de fundamentação do raciocínio ético, nesse sentido, a preocupação de Moore é o esclarecimento dos conceitos para evitar formulações absurdas. Nesse sentido, Moore define Falácia Naturalista do seguinte modo:

E é um fato que a Ética tem por objetivo descobrir quais são essas outras propriedades que pertencem a todas as coisas que são boas. Mas a verdade é que um número excessivo de filósofos têm pensado que ao enumerar todas essas outras propriedades estava de fato a definir bom, que essas propriedades não eram “outras”, diferentes, mas de identificavam total e absolutamente com bondade. A esta posição propomos que se dê o nome de “falácia naturalista” (...).(MOORE, 1999, §10, p.92)

Por outro lado, a lei de Hume aponta que derivar conclusões éticas de premissas de fatos é um procedimento lógico inadequado. Segundo Hume, a passagem de premissas factuais a premissas éticas representa uma nova conexão onde, esta última, não estava de forma alguma presente nas primeiras. Nesse sentido, a lei de Hume chama atenção para um erro inferencial. A famosa passagem em que Hume deixa isso claro é a seguinte:

⁶⁰ R. M. Hare destaca que não viu esse princípio somente em Hume e Moore, mas também em muitos outros pensadores. Hare descreve uma lista que passa desde Aristóteles a Kant. Além disso, propõe uma fórmula para o não reducionismo de propriedades morais às propriedades naturais. Ele afirma: “Nenhuma conclusão imperativa pode ser extraída validamente de um conjunto de premissas que não contenha pelo menos um imperativo.”, em poucas linhas mais à frente Hare afirma taxativamente que “(...) nenhum juízo moral pode ser uma pura afirmação de fato.” (HARE, 1996, p. 30).

⁶¹ No que se refere a Hume algumas vezes foi usada a expressão “lei de Hume” ao invés de *Falácia Naturalista*. Quando me referir à falácia no sentido de Hume usarei a expressão “lei de Hume” para evitar ambiguidades.

“Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações acerca dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois, como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parecesse completamente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes. Mas já que os autores não costumam usar essa precaução, tomarei a liberdade de remenda-la aos leitores; estou persuadido de que essa pequena atenção é suficiente para subverter todos os sistemas correntes de moralidade, e nos faria ver que distinção entre vício e virtude não está fundada meramente nas relações dos objetos, nem é percebida pela razão.” (HUME, 2009, Livro 3, parte 1, seq.2, §27)

Acho que a própria exposição das posições é suficiente para explicitar a diferença entre eles, já que Hume estava preocupado com um problema inferencial e Moore com um problema de definição. O importante agora é a semelhança⁶². Acho que o primeiro ponto a destacar é que a formulação de Moore é muito mais geral e engloba a de Hume. Podemos dizer que o modo como Moore expõe o problema da indefinibilidade de “Bom” a propriedades naturais está fundamentalmente implicado no problema inferencial levantado por Hume. Um comentador que compartilha a mesma leitura que faço é Dall’Agnol. Ele resume essa relação entre Moore e Hume nas seguintes palavras: “Obviamente, querer fazer uma inferência envolvendo uma premissa absurda é em si absurdo(...)” (DALL’AGNOL, 2005, p.178). Ou seja, Dall’Agnol está apontando que, de algum modo, ao apontar para o problema da inferência, tem que já estar comprometido com o esclarecimento dos conceitos nas premissas. Talvez Friedo Ricken, no seu *Allgemeine Ethik*, tenha ido mais fundo na explicação dessa relação. Ricken destaca que a lei de Hume está de acordo com a concepção que “(...)todas as conclusões logicamente corretas são analíticas” (RICKEN, 1987, p.52)⁶³. Nesse sentido, as conclusões resultam de premissas que, por razões lógicas, determinam suas

⁶² É importante ressaltar que a semelhança entre Hume e Moore está circunscrita ao que diz respeito à Falácia Naturalista e a Lei de Hume. Para além disso, as principais consequências éticas são muito diferentes. Moore, como estamos vendo, caracteriza-se por defender a existência de um conceito fundamental para a ética, o conceito “Bom”. Hume, por outro lado, na medida em que defende que o sentido moral é ativo e diferente da razão, é um emotivista (HUME, 2000, livro 3, parte 1, seção 1, §6/§9).

⁶³ Trecho traduzido da versão em espanhol, *Ética General*: “(...)todas las conclusiones lógicamente correctas son analíticas.”

características elementares. Por exemplo: da proposição “todo brasileiro ama futebol” e, se “Ana é brasileira”, está analiticamente dado que “Ana ama futebol”, ou seja, as possibilidades da conclusão já estavam contidas na premissa maior. Bem, poderíamos tentar derivar conclusões éticas de premissas factuais associando ambos os tipos de conceito numa premissa maior. Por exemplo: “Amar futebol é ser caridoso”, porém, essa premissa não é analítica e não pode ser aceita, muito menos podemos aceitar qualquer conclusão ética derivada dela. Assim, de uma percepção do que acontece no nível da definição, pode ser evitado um erro de inferência. Segue-se que Hume, na sua perspectiva de não reducionismo inferencial, estava comprometido com uma perspectiva conceitual não redutiva também.

Chama muito atenção também o fato de que Fiedro Ricken, na passagem em que começa explicar a Falácia Naturalista, pontua que aquela passagem poderia ser tomada como um aprofundamento da Lei de Hume. Ele diz o seguinte: “Como vimos, a lei de Hume supõe que alguns predicados deônticos e valorativos não podem ser descritos por meios meramente descritivos.(...) Desde G. E. Moore tem se debatido isso sob o lema ‘falácia naturalista’” (RICKEN, 1987, p. 55)⁶⁴. Ricken, a meu ver, foi assaz claro nas suas colocações, contudo, temos que tentar observar como o próprio Moore faz considerações que o ligam à lei de Hume. A passagem onde isso fica mais claro está no texto *Necessity*. Nesse texto, Moore se propõe a alcançar uma definição para “necessidade”. Isso não quer dizer que Moore esteja querendo saber que coisas são necessárias, mas sim o que se entende por necessário quando se diz que coisas são necessárias. O resultado de Moore aponta para o fato de que para uma proposição ser válida é preciso que ela tenha uma precedência lógica também válida, tal precedência é o que se entende por “necessidade”. O significado dessa precedência lógica é a seguinte:

Temos, pois, uma resposta tanto para o significado das proposições necessárias como para o significado da conexão necessária entre proposições. As primeiras são necessárias quando estão implícitas em outras muitas proposições; e, enquanto a segunda, o que é necessário é a proposição de que a verdade do que está implícito se segue da verdade daquilo que o implica⁶⁵.

⁶⁴ Como hemos visto, la ley de Hume supone que unos predicado deônticos y valorativos no pueden describirse mediante los meramente descriptivos.(...)Desde G. E. Moore se viene discutiendo bajo el lema del falacia naturalista.

⁶⁵ Trecho retirado da versão em espanhol: Tenemos, pues, una respuesta tanto al significado de las proposiciones necesarias como al significado de la conexión necesaria entre proposiciones. Las primeras son necesarias cuando están implícitas en otras muchas proposiciones; y, en cuanto a lo

Aqui, Moore está expondo um princípio para lógica da análise e da inferência. Com a primeira afirmação ele chama atenção que uma proposição derivada de uma análise tem que ter seus termos dados na proposição que precede. Da mesma forma, uma conexão entre proposições, se necessária, só poderá ocorrer se a proposição derivada incluir em si a verdade da proposição de origem. A primeira formulação é sobre o processo analítico, o segundo sobre o inferencial. Nesse sentido Moore está de acordo com a visão lógica de que uma conclusão é verdadeira se seus termos encontram-se dados analiticamente nas premissas precedentes. Bem, mas nós já havíamos mencionado esse princípio numa forma diferente, pois, a afirmação de Moore de que qualquer proposição sobre “Bom” é “sempre sintética nunca analítica” parte dessa concepção lógica. Portanto, isso significa que “Bom” não pode ser derivado analiticamente de qualquer proposição que tente defini-lo.

Antes de seguirmos em frente temos que mencionar a tentativa de Searle de derivar conclusões morais de premissas factuais⁶⁶. Não pretendo debater esse argumento de forma cabal, pois ele nos desviaria do foco. Contudo, a proporção e importância que o argumento tomou requer que reservemos algumas palavras a ele. John Searle, no seu artigo *How to Derive 'ought' from 'is'*, acredita que do relato de uma promessa pode derivar o estabelecimento de um dever. Searle acredita que o relato da promessa é puramente factual, no sentido de envolver vários fatores que obrigam quem promete cumprir enunciado. O argumento é construído dentro de uma série de premissas como segue:

- (1) Jones proferiu as palavras “ eu prometo pagar a você Smith cinco dólares.
- (2) Jones prometeu pagar cinco dólares ao Smith.
- (3) Jones pôs a si mesmo sob a obrigação de pagar cinco dólares a Smith
- (4) João está sob a obrigação de pagar cinco dólares a Smith.

segundo, la que es necesaria es la proposición de que la verdad de lo que está implícito se sigue de la verdad de aquello que lo implica. (MOORE, 1993, p.93).

⁶⁶ Outro pensador relevante que se posicionou contra o não reducionismo de Moore e Hume foi Ernst Tugendhat. Na obra *Lições Sobre Ética*, Tugendhat aponta o seguinte: “A isso foi objetado, desde Hume (e atualmente novamente na tradição de G. E. Moore até R. Hare): *do ser não segue qualquer dever*. Mas o que significa isto? Pois o dever não pode ter um sentido absoluto compreensível (todo o dever e todo o ter de é referido a uma sanção). Retomar a recusa da falácia naturalista adquire um sentido compreensível se o reformulamos desta maneira: *do ser não segue um querer*. A partir das circunstâncias de que algo é assim como é (também eu mesmo), nunca segue-se necessariamente que eu quero isto e aquilo. Depende de mim, se eu o quero. O querer nunca poderá ser, para aquele mesmo que quer, um suporte fático prévio e empírico (um ser).” (Tugendhat, 2003, p. 96). Tugendhat recusa a posição de que o dever esteja associado à alguma realidade “absoluta” ou intrínseca e o faz depender do querer e de sanções internas.

(5) Jones deve pagar cinco dólares a Smith.

O ponto do argumento de Searle é que quem faz uma promessa está assumindo uma obrigação. Nesse sentido a passagem de (2) para (3) faz uma vinculação entre "promessa" e "obrigação" que me parece a mais importante. Pode-se observar que o passo seguinte, isto é, a passagem de (3) para (4) é tautológica. A meu ver a passagem de (3) para (4) é totalmente dependente da passagem de (2) para (3), pois esta última é a única que traz algo de substancial para que se possa derivar valores de fato. Mas, se Searle toma “promessa” como uma *decisão* de colocar-se sob uma obrigação, G. E. Moore terá uma resposta para dar a ele. Algumas passagens acima, aludimos ao não reducionismo de *Valor Intrínseco* à vontade, que significa que uma coisa que é um bem em si mesmo não é redutível a qualquer fato mental. Na minha opinião, essa seria uma objeção possível de Moore contra Searle. Ou seja, Moore chamaria atenção de Searle para o fato de que fazer uma promessa e decidir assumir uma obrigação é um relato do quadro psicológico de alguém e nada tem haver com a questão se a ação deve ser feita. Searle poderia nos dizer que isso acontece a um nível universal, ou seja, trata-se de uma situação que acontece com todos. Nesse passo Moore o lembraria da diferença daquilo você pensa ser o certo àquilo que de fato é.

FALÁCIA NATURALISTA NOS PRINCIPIA ETHICA

Feitas essas considerações podemos abordar a *Falácia Naturalista* tal como Moore a formulou nos *Principia Ethica*. O que Moore entende por Falácia Naturalista já dissemos, trata-se de confundir o valor e natureza de “Bom” pelo valor e natureza de outra coisa qualquer. No que diz respeito a esse aspecto, dois parágrafos dos Principia me parecem fundamentais: onze e doze.

No parágrafo onze, Moore nos coloca diante de uma situação que nos possibilita ver a relevância de “Bom” enquanto conceito que determina a lógica de todas as coisas que são boas. Moore dá um exemplo de debate entre duas teorias éticas naturalistas em que cada um deseja provar que seu objeto é o elemento mais peculiar da ética, isto é, cada um tenta provar que seu objeto determina a lógica dos demais. Vejamos o exemplo de Moore:

A posição é a seguinte: um afirma que o triângulo é um círculo, o outro responde que “um triângulo é uma linha reta e eu posso provar que tenho razão pois que” (e é o único argumento) “uma linha reta não é um círculo.”

“isso é uma grande verdade” dirá o outro “mas não altera o fato de que um triângulo é um círculo e nenhuma dos seus argumentos conseguiu provar o contrário.(...); mas é humanamente impossível provar qual de nós está errado já que você define o triângulo como sendo uma linha reta e eu defino como um círculo” (MOORE, 1999, §11, p.93)

O que Moore está tentando mostrar é que existe uma impossibilidade lógica na tentativa do naturalista de tornar seu objeto o mais peculiar da ética. O que ocorre é que cada um desses objetos são compostos do modo que são, porém as demais coisas funcionam no mesmo mecanismo. Nesse sentido, o debate se torna algo semelhante a tentativa de fazer o círculo virar triângulo e vice versa. A razão porque o debate não avança é que, por exemplo, a circularidade do círculo tem uma estrutura bem definida, e essa circularidade não pode ser explicada pelo triângulo. Não é possível sobrepor um ao outro sem cometer uma confusão. Mas, há um modo pelo qual tais formas poderiam verificar sua triangularidade e circularidade, seria em observação daquilo que determina suas lógicas, mas que não é nenhuma das duas. Trata-se do conceito de *Forma*. O restabelecimento desse conceito como o peculiar entre as formas restabelece a sistematicidade e dá um critério para determinar o que é ou não uma forma.

Na opinião de Moore, todas essas considerações se aplicam ao âmbito da ética e especialmente à Ética Naturalista. O procedimento que se observa nas formas geométricas aplica-se perfeitamente ao debate ético entre naturalistas. As teorias éticas Naturalistas caracterizam-se por atribuir ao conceito “Bom” características tão bem especificadas como as de um quadrado. Nesse sentido, algo ser “Bom” significa ter tais propriedades, contudo, a Ética Naturalista não pode fazer isso sem esbarrar nas propriedades descritivas das coisas. Portanto, num debate entre Éticas Naturalistas o que ocorre é mais ou menos o seguinte: “Bom”, o elemento mais peculiar da ética, é constituído pelas Propriedades naturais A, B, C, outros dirão, contudo, que “Bom” é formado pelas Propriedades naturais V, X, Z. Quais recursos teriam eles para mostrar que a outra teoria está errada e a sua certa? Ambos terão que analisar a sua teoria e a do seu adversário para tomarem suas decisões e, sendo assim, terão analisado somente aquilo que já sabiam. Porém, o aspecto mais curioso do debate é que ambos estão falando coisas semelhantes a “o triângulo é um círculo”. O ponto é que não se pode defender uma Ética Naturalista sem sobrepor uma propriedade X a outra Y, isto é, não é possível defender uma Ética Naturalista sem querer que a lógica de um objeto determine a lógica do outro. Isso mostra, portanto, que Propriedades Naturais mostram-se inadequadas

para determinar e explicar a lógica daquilo que é um bem. R. M. Hare, na sua obra *A Linguagem da Moral*, expressa essa mesma opinião ao afirmar o seguinte: “(...) o que está errado com as teorias naturalistas é que elas deixam de fora o elemento prescritivo ou aprobatório dos juízos de valor, buscando torná-los deriváveis de afirmações de fato.” (HARE, 1996, p.88). Assim, “Bom”, no sentido usado por Moore, tem que ser o conceito que determina a lógica daquilo que é um bem (ou *Valor Intrínseco*). Essa é a condição para o restabelecimento da sistematização do âmbito da ética em geral. A relação de “Bom” com os objetos que possuem *Valor Intrínseco*, nós já o dissemos, se revela em proposições sintéticas e não analíticas. Assim, para entendermos melhor essa determinação lógica de “Bom” podemos compará-lo ao conceito de verdade em proposições verdadeiras. Moore, no seu *The Nature of the Judgment*, afirma o seguinte sobre essa determinação:

A verdade, no entanto, certamente parece envolver ao menos dois termos e alguma relação entre eles. O mesmo vale para a falsidade. Assim, parece manter-se que nós consideramos o verdadeiro e o falso como propriedades de certos conceitos, juntamente com suas relações - uma totalidade à qual damos o nome de proposição. (MOORE, 2004, p.129)

“Bom” funciona como o conceito de verdade. Afirma-se: “x é um bem”, sendo verdadeira está dada a condição para “Bom” entrar numa relação com o objeto. “Bom” é a condição de verdade para que algo seja de fato um bem. Portanto, o restabelecimento de “Bom” como elemento mais peculiar da ética é fundamental para garantir uma das principais pretensões de Moore nos *Principia*, a saber: estabelecer um modelo ético científico sistemático. Nesse sentido, a Falácia Naturalista, enquanto uma proposição acusatória, afirma que os demais pensadores perderam de vista o elemento que determina a lógica do valor moral. Por isso, acusa-os também de tentar sobrepor outros objetos por meio de uma confusão.

O parágrafo doze trata de mostrar a contradição em que Éticas Naturalistas caem. O erro passa de uma questão lógica para uma questão ontológica, no entanto, a confusão em ambos os sentidos se dá por perder de vista o mesmo conceito simples “Bom”. Moore explica o que é Falácia Naturalista a partir de exemplos e, o que os exemplos nos mostram, é que a falácia consiste em confundir a natureza de um objeto pela natureza de outro objeto. Portanto, trata-se de confundir a natureza simples de “Bom” por qualquer outra. Moore, mais uma vez, usará coisas do cotidiano para expressar seu pensamento. Nesse sentido, Moore aponta que a contradição que a Ética naturalista cai é semelhante à confusão de pensar que quando

afirmamos “a maçã é vermelha” estamos dizendo que “maçã” e “vermelho” são a mesma coisa. A consequência, segundo Moore, é que tudo mais que for vermelho terá que ser também maçã. O erro está associado, então, a identificar uma relação de identidade entre coisas que não têm essa relação. Ora, se se concebe o conceito “vermelho” numa relação de identidade com o conceito “maçã”, significa que elas são a mesma coisa. Portanto, sempre que digo isso é vermelho, quero dizer isso é maçã. Segundo Moore, a Ética Naturalista cai em contradições desta espécie.

No entanto, o fato de Moore usar exemplos que não levam em consideração somente propriedades éticas, mas envolvem também propriedades naturais, tem que ser levado em consideração. Além disso, tem uma afirmação em especial que chama atenção. Moore nos diz o seguinte:

Quanto às razões por que não devemos considerar ‘bom’ um objeto natural, vamos deixá-las para outra ocasião. Por agora, bastará assinalar que , mesmo que fosse um objeto natural, isso não alteraria a natureza da falácia, nem atenuaria minimamente a sua importância. (MOORE, 1999, §12, pp. 95-96).

Essa afirmação aponta para algo relevante: a razão fundamental por que alguém comete a Falácia Naturalista não é por tomar “Bom” por uma propriedade natural, pois, a falácia ocorreria mesmo se “Bom” fosse uma propriedade natural simples ou complexa. Nesse sentido, a afirmação de que ela ocorre quando alguém toma “Bom” por propriedade natural requer uma explicação adicional. Contudo, a falácia não é também uma exclusividade do âmbito da ética. O fato de Moore ter usado exemplos que escapam ao âmbito da ética mostra que tal falácia ocorre mesmo quando envolve outras propriedades além das éticas. Assim, a falácia é algo muito mais geral.

Nesse sentido, a observação de Frankena de que seria necessário modificar o nome da falácia é correta. Frankena afirma que o que há de essencial na falácia é o erro de definir uma propriedade por outra e não tanto por tomar “Bom” por propriedades naturais. Nesse sentido, seja “Bom” simples seja complexo, defini-lo em função de alguma outra coisa é um erro. Em observação a este ponto, Frankena propôs que o nome da falácia fosse *Definist Fallacy*. Frankena define essa expressão do seguinte modo: “(...) a *definist fallacy* é o processo de confundir ou identificar duas propriedades, de definir uma propriedade por outra,

ou de substituir uma propriedade por uma outra.” (FRANKENA, 1939, p. 471)⁶⁷. Para Frankena, essa redefinição da falácia expressa mais fielmente a epígrafe retirada de Bishop Butler e que abre o trabalho de Moore. O lema da epígrafe é que “tudo é o que é, a não uma outra coisa”⁶⁸.

Frankena estava certo nas suas observações. No entanto, temos que observar as consequências dessa posição. Sylvester destacou de forma clara essa consequência, ele diz:

“A *definist fallacy* entendida em termos da máxima de Butler torna bom, como qualquer outra coisa, simplesmente o que isto é e não outra coisa. A *definist fallacy* retira de bom (e de qualquer outra coisa que pode ser tomada como simples) a importância da noção de simplicidade como um fator relevante no processo de análise.” (SYLVESTER, 1990, p. 163).⁶⁹

O ponto aqui é que do parágrafo cinco ao décimo Moore enfatiza a tese de que “Bom” é simples e espera tomar a simplicidade como *uma das* bases de que “Bom” é não redutível a propriedades naturais. Por outras palavras, ele esperava que a simplicidade poderia ser *uma das* bases que sustenta o que ele entende por *Falácia Naturalista*. Contudo, partindo da epígrafe de Butler e do conceito de *definist fallacy* não é imediatamente claro que uma propriedade simples é não natural. Partindo da epígrafe e da *definist fallacy* seria possível, inclusive, afirmar que “Bom” é um conceito complexo. Isso ocorre, porque os princípios revelados por Frankena não pressupõem qualquer propriedade na sua formulação. Para provar que “Bom” é simples e não natural, Moore precisa da análise conceitual. Assim, o que há de inconveniente com o nome *Falácia Naturalista* é que ele expressa a opinião de Moore acerca de como uma falácia de definição ocorre relativamente a “Bom”. Sendo assim, o nome pressupõe categorias que só podem ser obtidas depois da análise conceitual, a saber: que “Bom” é simples e *sui generis*⁷⁰.

⁶⁷ “(...) the definist fallacy is the process of confusing or identifying two properties, of defining one property by another, or of substituting one property for another.

⁶⁸ Everything is what it is, and not another thing.

⁶⁹ The definist fallacy understood in terms of the Butler maxim makes good, like anything else, to be simply what it is and not something else. The definist fallacy strips from good (and from anything else that may be held to be simple) the importance of the notion of simplicity as a relevant factor in the process of analysis.

⁷⁰ Frankena afirma que Moore, para evitar ainda mais ambiguidade, precisaria ter cunhado uma expressão para todas as ocorrências da falácia, pois assim, evitaria problemas na identificação de cada uma. Frankena afirma isso por que considera que Moore fez uma confusão ao atribuir a expressão “*Falácia Naturalista*” ao erro de tomar “Bom” como uma propriedade metafísica. Discordo que aqui tenha alguma confusão por parte de Moore. Como vimos mais acima, as propriedades metafísicas,

Isso mostra um problema na nomenclatura que Moore atribui à sua teoria, contudo, não a inviabiliza. Moore poderia manter sua tese que “Bom” é simples e *sui generis*, mas desde que a comprovasse com análise da linguagem. Essa é a função do *Open Question Argument*.

O ARGUMENTO DA QUESTÃO ABERTA

Open Question Argument é um processo de análise da linguagem moral. Por meio desta análise, Moore pretende provar que “Bom” é um conceito simples e indefinível, mas passível de conhecimento. O sucesso desta análise significa que Moore terá êxito em demonstrar que qualquer definição de “Bom” cai na *Falácia Naturalista*. Além disso, ao demonstrar como podemos conhecer “Bom”, terá provado que esse conceito é algo no Universo. Assim, tanto a Crença ética de Senso Comum, quanto a pretensão de uma ética sistemática terão uma base. Precisamos lembrar, no entanto, que muitas das noções que trabalhamos anteriormente serão relevantes neste momento. As noções de “conceito”, “proposição”, “análise”, “definição” e “Bom” estão no núcleo do *Open Question Argument*. Contudo há duas noções que ainda não foram abordadas e exigirão explicações, trata-se da noção de “*intuicionismo*” e “conhecimento”. Daremos as explicações necessárias a estes termos no contexto do desenvolvimento do *Open Question*.

Open Question, enquanto uma análise aplicável às proposições que tentam definir “Bom”, deve sempre levar em consideração os conceitos simples e suas respectivas relações. Como já mencionamos, os conceitos são elementos da linguagem que quando juntos formam proposições, e estas, por sua vez, representam o universo na sua natureza mesma. Uma proposição que apresente uma definição, segundo Moore, deve apresentar uma descrição dos conceitos simples de uma dada coisa. Esses conceitos, proposições, descrições etc. representam os objetos do mundo. Dentre esses objetos há aqueles que nós afirmamos serem bens. Segundo Moore, somente por meio dessas coisas podemos ter conhecimento do “Bom”. Este último nos é acessível através do pensamento, contudo, só podemos obter uma *intuição* de “Bom” nas coisas ou quando já estamos bastante familiarizados com o mesmo⁷¹. Esses

apesar de apontarem para algo fora do tempo e do espaço, conservam a perspectiva que tais propriedades possuem realidade, tal como as propriedades que estão no tempo e no espaço. Nesse sentido, a expressão “*Falácia Naturalista*” os cai bem.

⁷¹ Geraldo José Ormieres destaca o modo como as proposições éticas (e o conceito “Bom”) transitam entre duas esferas conceituais diferentes no pensamento de Moore. Ele afirma: “Quanto ao conceito de bem [“Bom”], fica claro que, no âmbito da ontologia que Moore defende no Principia, este está para as proposições éticas assim como o conceito de existência está para as proposições existenciais.

dados do mundo são os objetos da análise e do *Open Question Argument*. Assim, quando Moore aponta quais são as duas teses que seu argumento pretende refutar, ele afirma que o simples recurso aos fatos seria suficiente para refutação, vejamos como ele coloca esse ponto:

Há, na verdade, apenas duas alternativas sérias a considerar, para se chegar à conclusão de que “bom” denota de fato um conceito simples impossível de definir. Poderia talvez denotar um conceito complexo como “cavalo”, ou poderia não ter qualquer significado.(...); e ambas podem ser postas de lado pelo simples recurso aos fatos. (MOORE, 1999, §13, p.97)

Moore aqui, ao falar de fatos, está falando justamente das proposições, conceitos e a análise que lhes estão associada. Por outras palavras, Moore está fazendo referência à sua ontologia analítica conceitual. Para Moore, os fatos não têm uma distinção explícita das proposições que impossibilite a imediata substituição de uma pela outra. Ou seja, os dados do Universo podem ser tomados na cognição de uma proposição. Por isso Sylvester nos alerta que “Moore não hesita em chamar o ‘objeto da experiência’ de uma proposição.” (SYLVESTER, 1999, p.41)⁷²[⁷³].

O Argumento da Questão Aberta é dividido em duas partes, são elas: uma versão que tenta provar a indefinibilidade de “Bom”. A outra versão tenta demonstrar que "Bom" é algo. Entre elas há uma diferença sutil, mas importante. Com a primeira versão Moore pretende provar que definir “Bom” significa cair numa contradição, nesse sentido, essa análise mantém o foco na relação dos conceitos. Com a segunda versão Moore pretende provar que “Bom” é algo passível de conhecimento, assim, mantém o foco na identidade do conceito. No entanto, é claro que em algum sentido eles implicam um ao outro, já que observar relações entre

Mas as proposições éticas têm uma semelhança relativa com aquelas da existência. Na verdade, também se assemelham às proposições universais de cunho não existencial. A semelhança com o primeiro grupo se dá por se tratar de proposições que se resolvem por meio das ações. Com o segundo grupo, a semelhança fica por conta do caráter universal que têm na medida em que pretendem ser modelos de conduta.” (ORMIERES, 2010, p.80)

⁷² Moore has no hesitation in calling ‘the object of experience’ a proposition.

⁷³ Moore expressou essa opinião em vários textos, mas talvez vale a pena mencionar uma passagem emblemática de *Experience and Empiricism*, em que Moore afirma o seguinte: It may seem strange to some that the object of an experience should be called a proposition. But Such object may undoubtedly be " the existence of such and such a thing," and it seems impossible to distinguish the cognition of this from the cognition " that such and such a thing exists." The object of experience, moreover, is undoubtedly true, and allows valid inferences to be drawn from it, both of which properties seem to be characteristic of propositions.

conceitos requer que os conheçamos e vice-versa. Vejamos agora no que consistem esses argumentos.

(1) Como vimos, uma definição em Moore é a descrição de dado objeto nas suas partes simples. Daí decorre que uma definição correta tem que ser uma espécie de tautologia, ou seja, se proponho a definição que “X é Bom” essa definição, para ser correta, tem que significar o mesmo que “Bom é Bom” ou “X é X”. Moore defende que isso nunca é o caso quando se tenta definir o elemento mais peculiar da ética, o conceito de “Bom”. Qualquer tentativa de definir “Bom”, segundo Moore, resulta numa definição semelhante a “X é Y”. Isso se dá, porque a relação entre “Bom” e as outras propriedades numa dada proposição não é de identidade. Como Moore mostra no parágrafo nove, “Bom”, quando relacionado com outras propriedades numa proposição, apenas certifica o valor moral dessas outras propriedades. Sendo assim, qualquer proposição sobre “Bom” é sintética. Moore acredita que há um critério pelo qual ele pode avaliar se uma definição de “Bom” é correta ou não, ele diz:

A hipótese de que discordar quanto ao significado de bom é discordar em relação à análise correta de um dado todo aparece como sendo manifestamente incorreta, se considerarmos o fato de se poder sempre, seja qual for a definição proposta, perguntar e significamente se o conceito complexo assim definido é em si mesmo bom. (MOORE, 1999, §13, p.97)

O que Moore entende por questão significativa? Quando ele a aplica? No próprio parágrafo treze Moore irá nos dar um exemplo deste uso, vejamos:

(...) bastará um simples exame para que qualquer pessoa possa facilmente verificar que o predicado desta proposição - ‘bom’ - é positivamente diferente de ‘desejar desejar’ que faz parte do seu sujeito: ‘Que desejarmos desejar A é bom’ não é equivalente a ‘Que A seja bom é bom’. (...) o simples fato de compreendermos perfeitamente o que representa essa nossa dúvida mostra claramente que estamos perante duas noções diferentes. (MOORE, 1999, §13, p.98)

A questão significativa nesta passagem surge do reconhecimento que o “predicado bom” é diferente do “sujeito deseja desejar”. Nesse sentido, não poderíamos tomar o significado de um pelo outro e pensar que ao dizermos “A é bom” estamos dizendo “desejo desejar A”. Alguém poderia muito bem cair nesta confusão e dizer “ ‘A é bom’ significa o mesmo que

‘desejo desejar A’ ”. Nesse sentido poderíamos perguntar significativamente “Bem, quando você diz que ‘A é bom’ você está dizendo exatamente o mesmo que ‘deseja desejar A’?”. A questão joga luz na diferença de significado entre o que se entende por “Bom” e o que se entende por “desejo” e é nesse sentido que a questão é significativa. Por outro lado, uma questão não significativa seria uma pergunta absurda do tipo “Bom é mesmo Bom?”. Portanto, em que sentido podemos entender uma questão aberta? A questão aberta é a observação de que sempre que se analisa uma proposta de definição de “Bom” chega-se a uma pergunta significativa. Há sempre um abismo ontológico entre o que “Bom” e as demais propriedades designam. R. Hancock, no seu artigo *The Refutation of Naturalism in Moore and Hare*, deu um explicação do que Moore entende por uma questão significativa, vejamos o que Hancock diz:

Moore está argumentando que nenhuma expressão não-ética é sinônimo do predicado ético ‘bom’. O argumento dele é que se isto fosse assim, então (para alguma expressão não-ética “F”) a sentença ‘O que quer que seja F é bom’ seria equivalente a tautologia ‘O que quer que seja F é F’ ao qual Moore afirma não ser o caso. Tais sentenças nunca são equivalentes, pois, enquanto a primeira pode sempre ser duvidosa, a última não pode ser. Dizendo que sentenças da forma ‘ O que quer que seja F é F’ não podem ser duvidosas, Moore presumivelmente quis dizer simplesmente que a negação delas são auto-contraditórias. Isto sugere a possibilidade de que quando Moore diz que nós podemos sempre significativamente perguntar se ‘F é bom?’ ele quis dizer que a sentença ‘F não é bom’ nunca poderia ser auto-contraditória. (HANCOCK, 1960, p. 328).⁷⁴

Nesse sentido, fica demonstrado por Hancock que é possível negar que “F é Bom” sem parecer um absurdo como negar que “F é F” e, sendo assim, a questão “F é mesmo Bom?” é mesmo uma pergunta significativa. O procedimento de análise aqui, então, é pautado pela observação da relação dos conceitos com o fim de desfazer ambiguidades.

⁷⁴ “Moore is arguing that no non-ethical expression is synonymous with the ethical predicate 'good'. His argument is that if this were so, then (for some non-ethical expression 'F') the sentence 'whatever is F is good' would be equivalent to the tautology 'whatever is F is F' which, Moore holds, it is not. And such sentences are never equivalent because while the former can always be doubted, the latter cannot be doubted. By saying that sentences of the form 'Whatever is F is F' cannot be doubted, Moore presumably means simply that their denials are self-contradictory. This suggests the possibility that when Moore says we can always significantly ask 'Are F's good?' he means that F's are not good' is never self-contradictory.”

Desse procedimento Moore espera sustentar a tese de que muitos pensadores caíram na *Falácia Naturalista*. Este é um passo importante, pois a refutação das demais teorias é fundamental para defesa da sua própria teoria que “Bom” é um conceito simples, *sui generis* impossível de definir.

(2) Vejamos agora a segunda versão do argumento que será usada para refutar teses que afirmam que não existe nada como um conceito “Bom” na ética. Como já disse, ele é muito semelhante com o anterior. A única diferença relevante é que o argumento (1) observa os conceitos numa dada definição para avaliar sua pertinência. Nesta segunda versão observa-se a distinção entre as propriedades da definição para tomar conhecimento do que é “Bom”. Por isso Moore, quando começa a explicar a segunda versão do argumento nos alerta que “o mesmo raciocínio basta para pôr de lado a hipótese de que ‘bom’ não tem significado.” (MOORE, 1999, §13, p. 98). Outro ponto de relevância desse argumento é que não se trata de um conhecimento que se obtém numa primeira observação conceitual, mas trata-se de algo que se obtém dentro de um período mais ou menos longo. Segundo Moore nos indica, é preciso ter várias experiências nas análises de proposições éticas, pois, a partir daí terá a percepção de que certo conceito sempre se repete, o conceito de “Bom”. Vejamos como Moore coloca esse ponto:

E se quiser repetir a experiência sucessivamente com cada uma das definições propostas, pode vir a adquirir a mestria suficiente para reconhecer que em cada caso está perante um objeto único, cuja ligação com qualquer outro objeto dará uma interrogação diferente. Toda a gente, de fato, compreende a pergunta “isto é bom?”. E, quando reflete sobre ela, o seu estado de espírito é diferente do que seria se a pergunta fosse “isto é agradável, ou desejado, ou aprovado?”.(MOORE, 1999, §13, p.99)

Assim, Moore nos coloca diante de um longo processo em que muitos conceitos terão de ser analisados e “Bom” terá de ser reconhecido entre esses conceitos e proposições, numa relação onde a mente (querendo ou não) participa. No entanto, já estamos no domínio onde os termos “conhecimento” e “*intuicionismo*” precisam ser explicados. Essas explicações nos ajudarão não apenas a entender o *Open Question* em geral, mas também sobre que tipo de saber Moore está apoiando sua *Crença* ética de *Senso Comum* e sua perspectiva de uma ética sistemática científica. Portanto, cabe-nos perguntar: O que constitui um “conhecimento” em Moore? O que é ter um conhecimento “*intuitivo*”?

Em primeiro lugar, temos que enfatizar que a diferença entre conhecimento e *intuição* é o seguinte: o primeiro é mais geral e o segundo mais específico. Nesse sentido, o *intuicionismo* é um tipo de saber que ocorre sobre uma classe de proposições. Nesse sentido, Moore no seu *The Refutation of Idealism*, define conhecimento do seguinte modo:

Uma sensação é na realidade, um caso de “conhecer” ou “estar cômico de” ou “experienciar algo”. Quando sabemos que a sensação do azul existe, o fato que sabemos é que existe uma consciência. (...) Essa relação em todos os casos é justamente aquela que queremos expressar com "conhecer.". (MOORE, 2004, p.181)

Estar consciente de uma consciência para Moore é estar consciente de que existe uma relação entre mente cognoscente e um objeto de cognição. Portanto, pretende-se traçar uma distinção em que a mente não atribui nada ao objeto. O objetivo é evitar as consequências idealistas de conhecimento e o psicologismo na ética. Contudo, Moore está fazendo referência a qualquer tipo de cognição, isto é, o conhecimento dos diversos dados do Universo entram no mesmo gênero de relação mente e objeto. Por isso Moore nos diz que a relação mente e objeto é “a única coisa que é comum e peculiar a todas as experiências - a única coisa que nos dá razão para chamar qualquer fato de mental.” (MOORE, 2004, p. 185).

Há, todavia, outro modo de descrever o que Moore entende por conhecimento e que já mencionamos diversas vezes. Trata-se da mente tendo como objeto conceitos e proposições verdadeiros. De fato, não há nenhum desvio com o que foi apresentado no parágrafo anterior, pois para Moore conceitos e proposições representam os dados do Universo nos seus elementos simples. No entanto, trilhar esse caminho será útil para entendermos em que sentido uma proposição *intuitiva* diferencia-se de outras proposições. Mas, antes de expormos essa diferença é necessário dizer o que é peculiar a um conhecimento proposicional verdadeiro, pois esse é um segundo modo pelo qual podemos designar conhecimento no pensamento de Moore. Se perguntássemos, por exemplo, “o que é conhecimento em Moore?” e “O que há de peculiar em cada conhecimento na visão de Moore ?” se nossas respostas apontarem para o que é verdade numa proposição isso não estará incorreto.

Um ponto que já deve estar claro é que sendo os conceitos e proposições independentes da mente, a verdade ou falsidade que está contida neles depende apenas das próprias proposições. Contudo, como podemos identificar a verdade das proposições? a resposta de Moore vem através do *The Nature of Judgement*, e é a seguinte:

Uma proposição é constituída de qualquer número de conceitos, juntamente com uma relação específica entre eles; e, de acordo com a natureza dessa relação, a proposição pode ser verdadeira ou falsa. Que tipo de relação faz com uma proposição seja verdadeira, que tipo a faz falsa, não pode ser definido além disso, mas deve ser imediatamente reconhecido. (MOORE, 2004, p.128)

Assim, Moore está admitindo que as relações das proposições devem nos apresentar de forma imediata quais proposições são verdadeiras quais não. Contudo, para que uma proposição seja verdadeira, Moore afirma que há um certo conceito que é fundamental, o conceito de verdade. Sendo assim, o conhecimento de uma proposição verdadeira requer minimamente a cognição apontada por Moore, a saber: “A verdade, no entanto, certamente parece envolver ao menos dois termos e uma relação entre eles.” (MOORE, 2004, p.129). Ou seja, Moore está apontando que a verdade de uma proposição, seja de que espécie for, deve conter no mínimo dois conceitos mais o conceito de verdade. Por isso Moore afirma que a verdade não pode ser subordinada à existência, mas que o que ocorre é o contrário (MOORE, 2004, pp. 127-128). Talvez, no entanto, o correto seria ter dito que a verdade não se subordina a nenhuma classe de proposição ou conceito, pois, se fosse esse o caso, seríamos levados a ter que admitir que uma verdade ética, por exemplo, é uma verdade matemática ou existencial (o que a teoria de Moore enfaticamente nega). Segue-se que para cada gênero de proposição deve ter um conceito peculiar que, junto com o conceito de verdade, determina a verdade daquela classe de proposições. Por exemplo: para proposições relacionadas a propriedades do mundo externo, seria necessário uma proposição onde o conceito de verdade e existência estivessem presentes. As proposições éticas, por sua vez, teriam que constatar a relação entre “Bom”, verdade e os demais conceitos.

Aqui estamos no momento em que devemos destacar a diferença entre *intuicionismo* e as demais proposições. Há duas classes de proposições que, além das *intuitivas*, merecem atenção, tratam-se das matemáticas e realistas (ou científicas). O que cada uma delas designa é auto-explicativo, porém, o que designa uma proposição *intuitiva*, qual sua função? Moore resume essa resposta em uma frase nos *Principia Ethica*, ele diz: “É isso que nunca conseguimos saber, em que provas uma proposição ética se baseia, até que saibamos a natureza da noção que faz da proposição uma proposição ética” (MOORE, 1999, §86, p. 244). A *intuição* é o gênero de prova que se aplica à ética. O conhecimento do conceito mais

peculiar da ética, o conceito “Bom”, é obtido através da *intuição*. Após esse conhecimento, a resposta à questão se uma coisa é um bem ou não será também obtida por meio de uma *intuição*. No entanto, há um problema com a prova *intuitiva*. Podemos observar tal problema quando comparamos a prova *intuitiva* com as outras duas (a matemática e a científica). José Ormieres, em duas passagens de sua dissertação *A Noção de Bem em G. E. Moore: problemas sobre conhecimento e intuição*, destacou bem esse problema, vejamos:

Sob a influência da ontologia presente no *The Nature of Judgment*, a evidência da verdade de uma proposição existencial é a própria materialidade daquilo que ela afirma. Já a verdade da proposição não existencial se evidencia a partir de sua demonstração, tal como em um teorema cuja demonstração evidencia a impossibilidade de sua falsidade. Nos Principia, a verdade da proposição ética se evidencia a partir de uma relação especial entre o sujeito, o objeto valorado e o bem[“Bom”], de tal modo que é impossível não percebê-la como verdadeira. (ORMIERES, 2010, p. 89)

Aqui Ormieres está apontando que as proposições matemáticas e científicas têm recursos lógicos e racionais pelos quais podem ser feitas suas verificações, contudo, a *intuição* ética limita-se à percepção direta da relação dos conceitos que constituem certo objeto e o conceito “Bom”. Esse modo de proceder resume o que Moore entende por uma proposição ter que ser simplesmente aceita ou rejeitada quando reconhecida *intuitivamente* (MOORE, 1999, §86, p.244). Diante disso, em algumas passagens mais tarde, Ormieres nos diz o seguinte:

Não podemos esquecer que, no âmbito da ontologia em questão, proposição e conceito, são elementos primários. Nesse sentido, apreender o bem seria uma questão de experiência pessoal, tal como apreender uma cor é uma questão de experiência pessoal. Nesse sentido, a experiência será sempre subjetiva e esse é o ponto em que Moore está vulnerável(...).(ORMIERES, 2010, p. 164).

Há aqui, portanto, um problema que se instala no núcleo da prova de que uma dada coisa é um bem, a saber: essa prova depende de uma apreensão na mente e, enquanto tal, só pode ser percebida pela mente em questão. Ou seja, nenhuma prova matemática ou empírica pode ser reivindicada para sustentar a prova ética *intuitiva*. Apesar de Moore ter feito uma

série de considerações para evitar esse resultado, não é imediatamente evidente se ele teve sucesso. Contudo, não vejo como alguém pode abrir completamente mão de um *intuicionismo* moderado no que diz respeito à obtenção de princípios éticos. Mas, é claro que, no limite da exigência filosófica, o *intuicionismo* moderado pode ser acusado de expressar perspectivas éticas sem fundamento, ou meros relatos psicológicos. No entanto, esse é o único recurso que se apresenta para formulação de princípios éticos.

Assim, acho possível fazer uma defesa do *intuicionismo*, mas desde de que o consideremos numa versão moderada. Um primeiro passo, então, é distinguir o tipo de *intuicionismo* que Moore defende do *intuicionismo perceptivo*. Este último caracteriza-se por acreditar que todos os homens podem ter um acesso relativamente fácil aos princípios e regras morais mais fundamentais. Segundo esta perspectiva, os homens têm a inteligência, ou a faculdade, ou um órgão especial que nos dá acesso direto a tais conhecimentos. Sidgwick, no seu *Methods of Ethics*, nos forneceu uma definição do *intuicionismo perceptivo*. Ele começa apontando que existe uma certa concepção *intuicionista* cuja “a sua verdade é conhecida de forma imediata” e, então, conclui:

(...) a experiência leva-me pensar que os homens tendem com frequência a tomar por intuições morais outros estados ou atos mentais essencialmente diferentes delas: impulsos cegos para realizar certos gêneros de ações, sentimentos vagos de preferência, conclusões de processos de raciocínios rápidos e semi-consciente ou opiniões correntes às quais a familiaridade deu um ar ilusório de auto-evidência. (SIDGWICK, 2013, pp. 313-314)⁷⁵

Ora, o próprio argumento da questão aberta destacou que o conhecimento *intuitivo* de “Bom” não é algo que se obtenha imediatamente. No entanto, talvez devemos chamar atenção para outros aspectos do *intuicionismo* defendido por Moore. Em primeiro lugar, é preciso chamar atenção para o próprio espírito lógico científico do filósofo que estamos trabalhando. Trata-se de um pensador que tem objetivos lógicos e científicos para o âmbito da

⁷⁵ Além desse *intuicionismo*, Sidgwick vai distinguir outros dois: o *intuicionismo dogmático* e o filosófico. O primeiro consiste em tomar decisões morais por meio de orientadores, seja pastores, livros e etc. O último consiste numa atividade reflexiva cuidadosa que tenta eliminar todas as imprecisões das regras de condutas até alcançar princípios o mais corretos possíveis (SIDGWICK, 2013, pp. 167 - 178). Além disso, Sidgwick defendeu um *intuicionismo hedonista*, mas é preciso notar a diferença entre este último e os anteriores. O *intuicionismo hedonista* é uma categoria valorativa, os outros dois são processos epistêmicos. O *intuicionismo hedonista* é algo equivalente ao “Bom” na obra de G. E. Moore. Além disso, na obra de Sidgwick, o *intuicionismo hedonista* é o resultado do processo epistêmico denominado *intuicionismo filosófico*.

ética, isto é, Moore pretende estruturar a ética tal como uma ciência. Moore se mantém fiel a esse espírito mesmo no que diz respeito à *intuição*, pois, como ele nos faz ver, a *intuição* é apenas um substituto da razão. Onde não é possível aplicar a razão e a lógica, aplica-se a *intuição*. Mas, ao mesmo tempo, Moore entende a *intuição* como uma “prova” e, como tal, a coloca lado a lado com a lógica e a razão. Portanto, a *intuição* em Moore funciona de tal modo que, apesar de não ser uma prova científica ou matemática, ela busca o máximo possível fornecer uma prova tão verdadeira quanto a matemática e a ciência. Outro louvável esforço no uso que Moore faz da *intuição* é sua tentativa quase fanática de tentar fazer os resultados da *intuição* não dependerem de qualquer mente. Por isso Moore nos diz o seguinte:

Não poderíamos afirmar que uma proposição era evidente se disséssemos acerca de algo: Eu não posso pensar de outra forma, portanto é verdade, porque, sendo assim, a evidência ou prova não estaria na proposição em si mas noutra coisa qualquer, nomeadamente, na nossa convicção de tal. (MOORE, 1999, §86, p. 244).

De fato, é muito relativo até que ponto Moore conseguiu sucesso aqui. Essa dificuldade se dá porque não temos como averiguar se as conclusões de Moore são seus relatos psicológicos. Contudo, é um pressuposto que todo e qualquer pensador fez o esforço para não enganar-se com suas próprias convicções, sobretudo quando está trabalhando com um instrumento como a *intuição*. No entanto, não vejo utilidade na crítica de que este ou aquele pensador não conseguiu desvencilhar suas convicções de suas teorias. Sobretudo quando esta crítica é feita de forma irresponsável⁷⁶. Em primeiro lugar, não é possível assegurar-se nessa crítica para recusar um sistema ético, pelo simples fato de que a acusação não pode ser provada. Se Moore afirma que a melhor coisa a se obter são as relações de amizade e beleza estética, como podemos provar que essas afirmações são um relato do estado psicológico de Moore? Eu, nesse ponto, concordo com Dall’Agnol que viu na *intuição* de Moore o mérito de ser um esforço exegético para alcançar princípios éticos. Dall’Agnol diz o seguinte:

⁷⁶ Uma formulação bastante cuidadosa deste argumento contra o *intuicionismo* pode ser visto em (HARE, 2003, pp. 119 – 144). A argumentação de Hare vai na linha de apontar que os *intuicionistas* estão comprometidos com regras aceitas culturalmente. Contudo, quando surge um reformador moral que tem uma *intuição* diferente da estabelecida, os *intuicionistas* não têm recursos para solucionar o impasse moral. Diante disso, Hare conclui o seguinte: “De fato, podemos ver que, quando seus adornos objetivistas são arrancados, o *intuicionismo* é um tipo de subjetivismo” (HARE, 2003, p. 128).

Penso que Moore não negaria que princípios morais fundamentais podem ser apreendidos pela intuição. Todavia, neste caso, a intuição não seria uma faculdade moral específica: qualquer tipo de conhecimento baseado em princípios universais precisa dela. Portanto, ele não rejeitou a intuição neste sentido amplo. (DALL'AGNOL, 2005, p. 291)

Aqui, Dall'Agnol expressou duas coisas: o mérito da *intuição* de Moore enquanto processo exegético para alcançar princípios éticos, e o fato de que todo princípio ético precisa desse gênero de *intuição*. Eu concordo com os pontos levantados por Dall'Agnol, mas acrescento que qualquer sistema ético tem que ser considerado a partir desta exegese (ou esforço epistêmico). Não se pode tomar a crítica de que o pensamento ético é dogmático como razão para recusá-lo. Desse modo a contribuição exegética corre o risco de ser obscurecida. Temos que observar os sistemas éticos a partir do modo como contribuem no avanço do esclarecimento dos princípios éticos. Nesse sentido, nenhum sistema resolve toda a questão ou deve ser completamente negligenciado. Portanto, considero que a crítica do psicologismo erra o alvo.

O esforço de evitar que preconceitos influenciem nas conclusões da *intuição* está diretamente ligado com o esforço de observar as proposições nelas mesmas. O objetivo parece ser fazer com que as verdades das proposições dependam somente delas. Esse intento levou Moore a fazer afirmações como essas: “ os princípios fundamentais da Ética devem ser evidentes por si mesmos (...) a proposição em si é evidente ou verdadeira por si só, sozinha; não é um inferência de outra proposição que não dela.” (MOORE, 1999, §86, p.244). Diante dessas colocações Sylvester fez o seguinte comentário: “O Critério da auto-evidência é de longe a medida mais fraca do que Moore pensou ter sugerido.”(SYLVESTER, 1990, p.42)⁷⁷. Bem, para entender a reação de Sylvester é necessário entender o passo que está sendo dado. Estamos saindo de um processo de análise *intuicionista* para afirmação de que nós temos uma dada cognição que envolve uma proposição evidente, mas, ainda mais importante, envolve a cognição do conceito “Bom”. Ou seja, estamos partindo para afirmação de que conhecemos um conceito que determina o âmbito da ética tanto ontologicamente quanto epistemologicamente.

⁷⁷ The criteria of self-evidence is a far weaker measure than Moore has generally been thought to have suggested.

A questão que surge é a seguinte: foi em algum momento *necessário* conceber a ética como uma ciência, ou mesmo pretender que a ética alcance resultados como os científicos? Ou seja, é correta a pretensão de verdade que alguns pensadores atribuem à ética? O passo dado por Moore não faz do seu *intuicionismo* uma versão *perceptiva*? Um pensador que levantou essas críticas foi J. L. Mackie e a partir de agora passarei analisar esta crítica.

A CRÍTICA DE J. L. MACKIE AO INTUICIONISMO

Terminamos o último capítulo demonstrando que o último passo do *intuicionismo* de G. E. Moore afirma ser possível alcançar proposições éticas auto-evidentes. Segundo Moore, a auto-evidência das proposições éticas são percebidas numa relação entre conceitos e o conceito “Bom”. Este último, enquanto conceito peculiar a toda ética, tem importância primária na determinação da verdade das proposições. Portanto, Moore está afirmando que no fim do processo analítico *intuitivo* é possível obter a cognição do conceito “Bom”, um conceito que determina tudo mais no âmbito da ética. Pretendo neste capítulo avaliar a pertinência da proposta de G. E. Moore. Faremos esta avaliação a partir das teorias e críticas formuladas por J. L. Mackie na obra *Ethics: inventing right and wrong*. Nesse sentido teremos que analisar o que Mackie chamou de *ceticismo moral* (ou *teoria do erro*). O que essas expressões significam está contido nos argumentos: *Argument from Queerness*, *Argument from Relativity*, *Patterns of Objectification* e o conceito de “Bom” tal como foi definido por Mackie. A crítica de Mackie é pertinente aqui por ir numa linha completamente contrária à defendida por Moore. Mackie nega que haja na *estrutura do mundo*⁷⁸ qualquer propriedade moral do tipo defendido por Moore. Contudo, Mackie não se mostra um completo amoralista que se nega debater questões éticas, pelo contrário, Mackie reintroduz as propriedades no mundo, mas reduzidas às propriedades naturais e à psicologia. Nesse sentido, Mackie se contrapõe a tudo que o *open question* de Moore tentou provar. Sendo assim, daremos uma breve explicação da teoria de Mackie e, então, avaliaremos a pertinência da crítica levantada por ele.

A FILOSOFIA DE JOHN L. MACKIE

Os capítulos da obra de Mackie que nos interessam são o primeiro e o segundo. Nesses dois capítulos o objetivo de Mackie é um: negar que haja na estrutura do mundo qualquer propriedade moral objetiva ou intrínseca. Mackie inclui entre tais propriedades desde elementos morais a estéticos. Mackie afirma que “a mais importante tradição europeia

⁷⁸ *Fabric of the world*. Mackie parece usar essa expressão da mesma forma que Moore usa “mundo externo”. Hare, no seu *Relevance* e em outros textos, usou “*in rerum natura*” como sinônimo de “*fabric of the world*”. O que Mackie quer destacar com esse termo é que sua análise não é linguística, mas factual. Veremos mais à frente que os argumentos de Mackie leva muito em consideração procedimentos da ciência o que nos leva a pensar que “*fabric of the world*” significa mundo acessível à ciência.

da filosofia moral, desde Platão⁷⁹ caracteriza-se por defender teses morais objetivas (MACKIE, 1977, p.23). Ou seja, tais pensadores defendem que, de algum modo, existem elementos morais supervenientes ao mundo e que tais elementos determinam o certo e o errado, o bom e o mau etc. Trata-se da perspectiva moral que, em resumo, define propriedades morais como universais, objetivas e prescritivas⁸⁰. Nesse contexto, Mackie constrói um intenso debate com Moore, sobretudo para criticar as noções de *intuição* e *Open Question Argument*.

A resposta de Mackie a todas essas teorias está explicitamente posta na frase de abertura de sua obra, ele diz: “Não existem valores objetivos.”. A essa negativa Mackie chama ceticismo moral⁸¹. Essa negativa, contudo, não significa que Mackie despreze tais teorias ou que ele mesmo não tenha uma explicação para o que é a ética. Em primeiro lugar, Mackie chama atenção para uma crítica de R. M. Hare que tentava desqualificar o debate entre realismo e anti-realismo moral, afirmando que não tem ali nenhuma questão relevante. Segundo Hare, quando realistas e anti-realistas adotam algum valor moral eles têm exatamente o mesmo padrão de consciência⁸². Mackie tentou demonstrar a Hare a seriedade da questão ao dizer o seguinte:

⁷⁹“(…) the main tradition of European moral philosophy from Plato onwards.”

⁸⁰ Na seção sete do primeiro capítulo Mackie mostra o quão grande é sua pretensão. Ele deseja formular uma crítica contra toda e qualquer teoria objetivista. Nesse sentido, ele refere-se a Platão, Aristóteles, Kant, Moore e muitos outros de forma indistinta. Mackie acredita que o que todos têm em comum é o fato de afirmarem que podem apreender propriedades morais através de uma *intuição*. Contudo, Mackie dá a Moore um papel de destaque nesse debate. Outro fato relevante a considerar é que o próprio Moore, quando formulou a *Falácia Naturalista* pretendia atingir um número indistinto de pensadores (MOORE, 1999, §10, p.92).

⁸¹ Mackie cunha esse nome a sua teoria, mas depois atribui mais dois nomes à sua tese, são eles: teoria do erro e subjetivismo moral. Bernard Williams, no seu artigo *Fabric of the World*, chamou atenção para o uso que Mackie fez do termo ceticismo. Segundo Williams, Mackie fez um uso equivocado, pois o termo ceticismo está associado à dúvida e não necessariamente à falta de conhecimento. Então, Williams explica que muito provavelmente Mackie está fazendo referência ao fato que a teoria dele coloca convicções morais em dúvida. Com teoria do erro, Mackie está destacando o fato de que há um erro na concepção dos objetivistas morais (veremos mais à frente que erro é esse). Subjetivismo moral, por sua vez, significa que em alguma medida Mackie aceita que juízos de valor são relatos sobre o estado emocional do sujeito que fala, contudo, Mackie tentou distinguir sua teoria de um subjetivismo extremo.

⁸² Além da crítica para qual Mackie chamou atenção, Hare, na sua obra *Ética: problemas e propostas*, formulou a seguinte crítica: “(…) uma disputa ontológica como a suposta disputa entre realistas e anti-realistas, se é que essa é, afinal de contas, uma disputa genuína, se transforma bem rapidamente em uma disputa que não é ontológica mas conceitual, e não há maneira de formular, com clareza, essa suposta disputa sobre se realmente há fatos morais *in rerum natura* sem transformá-la em uma disputa sobre como as palavras morais adquirem seu significado.” (HARE, 2003, p. 73).

Eu acredito que é tanto um problema real quanto importante. Isso obviamente importa para a filosofia em geral. Faria uma diferença radical para nossa metafísica se nós tivéssemos que reservar um espaço para valores objetivos - talvez algo como as Formas de Platão - em algum lugar em nossa imagem de mundo. Faria diferença, igualmente, para nossa epistemologia se tivesse que explicar como tais valores são ou podem ser conhecidos. Também para nossa psicologia filosófica, se tivesse que permitir tais conhecimentos, ou a razão pura prática de Kant, para guiar escolhas e ações. (MACKIE, 1977, pp. 24-25)⁸³

Nesse sentido, Mackie demonstrou que a questão envolve muito mais que o valor em si, mas há também uma série de consequências epistemológicas, ontológicas que precisam ser levadas em consideração. De fato, Mackie nega todas as principais teses objetivistas, mas é inegável que há uma séria questão.

Além disso, Mackie não nega que se deve debater regras de ética no âmbito do que ele chamou de ética de primeira ordem. A ética de primeira ordem é o mesmo que usualmente chamamos de ética normativa, ou seja, é o debate ético em relação à conduta. Mackie refere-se a ontologia ética (ou metaética) como ética de segunda ordem. Para Mackie tais áreas não são intercambiáveis, alguém pode negar a existências de propriedades morais de segunda ordem, mas ter regras de conduta que sejam pertinentes. Da mesma forma, alguém pode ter convicções morais de segunda ordem, mas não encontrar regras práticas que lhe sejam agradáveis. Contudo, na visão de Mackie (que não adota uma ética de segunda ordem) juízos morais equivalem a relatos subjetivos dos sentimentos dos que falam. Tais relatos podem envolver desde uma consciência moral coletiva a relatos individuais. Através de uma ideia de um consciente coletivo que adota regras de conduta morais inconscientemente⁸⁴, Mackie busca blindar sua teoria do extremo subjetivismo. Contudo, por fim, ele aceita que sempre será possível haver processos sentimentais que modifiquem as perspectivas morais de um sujeito.

⁸³ I believe that as well as being a real issue it is an important one. It clearly matters for general philosophy. It would make a radical difference to our metaphysics if we had to find room for objective values - perhaps something like Plato's Forms - somewhere in our picture of the world. It would similarly make a difference to our epistemology if it had to explain how such objective values are or can be known, and to our philosophical psychology if we had to allow such knowledge, or Kant's pure practical reason, to direct choices and actions.

⁸⁴ Mais à frente veremos um pouco mais sobre essa teoria.

Mackie também tem uma teoria da valoração. A valoração, na visão de Mackie, tem dois aspectos: acordos e desejos/fins. O primeiro ponto ele deixa claro a partir de exemplos. Mackie aponta que nas diversas competições de cães, boxe e etc. há um acordo que estabelece o que é um bom cão, um bom boxeador etc. Em vista desse primeiro ponto ele nos dá a seguinte máxima: “Dada qualquer determinação suficiente, isto será uma questão objetiva, uma questão de falsidade e verdade, quão bem tais espécies atendem ao padrão.”⁸⁵. Em vista dos desejos e fins, Mackie chama atenção que os acordos não são determinados aleatoriamente, mas sim em vista do que uma dada coisa tem que realizar. A qualidade da maçã, por exemplo, é determinada em vista do seu potencial nutricional e de seu sabor, os boxeadores serão avaliados em vista do potencial de nocaute etc. Por isso Mackie afirma o seguinte: “As regras usadas em testes de cães pastores guardam alguma relação com o trabalho que cães pastores têm que fazer (...).”(MACKIE, 1977, p.27)⁸⁶.

Contudo há aqui um problema que Mackie reconhece. A justiça ou injustiça são geralmente reconhecidas como categorias morais que devem orientar o julgamento do que quer que seja. Nesse caso, podemos imaginar uma competição de maçãs onde os juízes, deliberadamente, decidem premiar um produtor menos qualificado. Ora, nesse caso, não estamos apenas diante de uma infração às regras do que é uma boa maçã, estamos também diante de um caso de infração da regra geral de justiça. Esta última regra é tomada como uma regra moral objetiva. A saída de Mackie vai na linha de dizer que o dever de agir com justiça depende de um princípio que determine a objetividade da mesma. Mackie acredita que é possível definir princípios que dê a regra da justiça uma objetividade diferente da exigida por filosofias como a Moore e Platão. Ora, o que atribuí à justiça (ou a qualquer outro ato e decisão) sua objetividade ou não, nesse contexto, é o conceito “Bom”. Mackie, para manter sua tese anti-realista, propõe uma definição de “Bom” que, podemos dizer, é vazia em conteúdo⁸⁷. Assim, Mackie, após dar uma série de exemplos de coisas que poderiam ser tomadas como um bem explica em que sentido elas são um bem e de acordo com que noção de “Bom” elas estão comprometidas e, então, ele dá a seguinte definição:

⁸⁵Given any sufficiently determinate standards, it will be an objective issue, a matter of truth and falsehood, how well any particular specimen measures up to those standards.

⁸⁶The standards used in sheepdog trials clearly bear some relation to the work that sheepdogs are kept to do (...).

⁸⁷ A justiça foi indicada na passagem apenas como o sintoma de um problema cuja causa é a definição de “Bom”. Contudo com essa definição singular de “Bom” o resultado do que significa justiça pode ser visto na passagem (MACKIE, 1977, p. 110). Ali Mackie diz o seguinte: Justice (...) is an artificial virtue; it is not something of which we would have any natural, instinctive, tendency to approve, but a device which is beneficial because of certain contingent features of the human condition.

O que é comum a todos estes casos [de coisas boas] é que em cada um há, em algum lugar de suas caracterizações, alguns conjuntos de exigências ou desejos ou interesses, e a coisa que é chamada de boa só é tal enquanto satisfaz aquelas exigências ou interesses. Podemos então oferecer uma definição geral de “bom”: apto a satisfazer exigências (etc.) do tipo em questão. (MACKIE, 1977, pp. 55-56)⁸⁸

Um parágrafo acima desta definição, no entanto, Mackie, tomando em consideração uma definição de dicionário, refere-se ao “Bom” simplesmente como “o adjetivo de recomendação mais geral.”⁸⁹ Veremos mais à frente as consequências dessa definição frente ao *open question argument*.

Essas considerações fazem de Mackie um contratualista⁹⁰. Contudo, Mackie começa a fazer referências mais claras a esse termo somente na segunda parte de seu trabalho (*The Content of Ethics*). No entanto, chamar atenção para o aspecto geral da tese de Mackie, pode nos ajudar a entender alguns passos que estão por vir. Dentro da sua lógica contratualista, Mackie defende que a função da ética é a contenção da antipatia natural entre os homens, com o fim de que os mesmos possam superar as situações adversas que lhes ameaçam a vida. A lógica interna do contratualismo é de que quem aceita obedecer uma regra só o faz porque crê que os demais agirão da mesma forma e todos os envolvidos promoveram seus interesses. Portanto, é um princípio egoísta. Contudo, como evitar que os envolvidos transgridam as regras? Nesse ponto Mackie discorda de Hobbes que seria necessário um legislador que, através do medo e das promessas, garantiria a obediência às regras. Mackie, pelo contrário, defende que o que ocorre é um processo natural de sublimação das regras. Mackie defende que nas nossas sociedades nós vivemos numa situação em que as regras do acordo já foram altamente sublimadas. Assim, a obediência às regras está implícita, ou seja, aceitamos implicitamente que respeitar as regras sociais é bom para a promoção dos nossos interesses.

Assim, podemos abordar a crítica de Mackie à G. E. Moore. Os argumentos levantados são dois: *Argument from Relativity* e *Argument from Queerness*. Contudo, Mackie

⁸⁸What is common to all these cases is that in each there is, somewhere in the picture, some set of requirements or wants or interests, and the thing that is called good is being said to be such as to satisfy those requirements or wants or interests. We can then offer a general definition of ‘good’: such as to satisfy requirements (etc.) of the kind in question.

⁸⁹ the most general adjective of commendation.

⁹⁰ Ao classificarmos Mackie como contratualista estamos levando em consideração o modo como Ernst Tugendhat classificou a teoria de Mackie.

suplementou esses ataques explicando em qual tipo de confusão os objetivistas (incluindo Moore) caem ao defenderem que propriedade morais existem na estrutura do mundo. Além disso, Mackie defende que sua definição de “Bom” não cai diante do *Open Question Argument*. Começaremos, portanto, pela crítica da relatividade.

A CRÍTICA DA RELATIVIDADE

A crítica da relatividade consiste, basicamente, na observação de que os códigos morais variam. Mackie observa o fato de que em cada época os códigos de conduta tendem a mudar, que nas sociedades mais complexas a moral muda de grupo para grupo, ou até mesmo de indivíduo para indivíduo. Mackie aponta essa relatividade com o objetivo de destacar que nenhum princípio moral objetivo pode explicá-las, mas que tais códigos morais ganham explicação somente no âmbito da Antropologia. Mackie aponta duas razões para defender essa tese, a saber: (1) “Desacordos sobre códigos morais parecem refletir a adesão e participação em diferentes formas de vida”⁹¹ e (2) “Em resumo, o argumento da relatividade tem alguma força simplesmente porque as variações de códigos morais são mais prontamente explicados pela hipótese que refletem formas vida do que pela hipótese que expressam percepção.”⁹² (MACKIE, 1977, pp. 36-37)

Para explicar a primeira afirmação, Mackie destaca a diferença entre as variações de opiniões morais e as variações de opiniões nas ciências. Segundo Mackie, as variações de opiniões nas ciências são de cunho objetivo, pois o que há nas ciências são desacordos sobre fatos que não é possível fazer uma apuração precisa. Além disso, as opiniões científicas baseiam-se em evidências e processos epistemológicos aceitos. Para Mackie, nada disso verifica-se nos desacordos sobre temas morais⁹³. Para Mackie, no âmbito da moral, primeiro você conhece e vive um certo modo de vida e depois você o aprova. Desse modo, se um sujeito A vive numa sociedade onde o suicídio por causas bélicas é uma virtude, tal sujeito

⁹¹ Disagreement about moral codes seems to reflect people’s adherence to and participation in different ways of life.

⁹² In short, the argument from relativity has some force simply because the actual variations in the moral codes are more readily explained by the hypothesis that they reflect ways of life than by the hypothesis that they express perceptions.

⁹³ O debate aqui gira muito ao redor do termo “objetivo” e é interessante observar como este termo está sendo empregado aqui. Em primeiro lugar, Mackie está investigando se existe alguma propriedade ética do tipo defendida por Moore, Platão etc., à essa propriedade moral ele está usando “objetivo” em certo sentido. Contudo, quando ele fala das questões de fato, ele está empregando “objetivo” em outro sentido. Mackie, infelizmente não nos deu muitas explicações do modo como estava usando este termo.

aprovará essa atitude. Mackie, no entanto, admite variações. Ele afirma que é possível haver reformadores da moral, pessoas que conseguem criticar a moral vigente e criar uma para si. Contudo, para Mackie, tais pessoas só aderirão a uma outra moral se esta lhes parecer algo comum, algo herdado de um modo de vida preexistente. Nesse sentido, a visão de Mackie é que atividade ética filosófica reduziu-se a relatos de códigos morais de algumas sociedades. Pelo menos é essa a opinião que Mackie expressa na abertura da segunda seção de sua obra, ele diz:

Qual tarefa, então, pertence à filosofia moral? Alguém poderia estudar os pontos de vistas morais e as crenças de nossa própria sociedade ou outros, talvez, tomando como material o que está resumido no título de Westermarck, *The Origin and Development of the Moral Ideas*. Contudo, talvez isto pertença a Antropologia ou Sociologia. (MACKIE, 1977, p.105).⁹⁴

A proposição (2) aponta mais diretamente para uma questão epistemológica. Destaca que falta aos objetivistas morais a cognição necessária para provarem suas teses. Além disso, ressalta que o que melhor explica as questões morais é a Antropologia. Contudo, o mais inusitado aqui é que essa proposição se encaixa muito melhor no argumento que abordaremos depois deste, o argumento da estranheza. Porém, há uma razão para Mackie enunciar esta proposição aqui. Acontece que no passo seguinte que Mackie apresenta essa segunda proposição, ele mesmo apresenta um ponto de vista moral objetivo (atribuído à Sidgwick) capaz de explicar a variabilidade dos códigos de conduta. No entanto, o argumento da relatividade não consegue responder essa objeção à altura.

A tese que o argumento da relatividade de Mackie não conseguiu superar foi atribuída a Sidgwick, e é a seguinte:

Mas há uma conhecida réplica a este argumento da relatividade, nomeadamente dizer que os itens para os quais a validade objetiva está em primeiro lugar exigida, não são regras específicas ou códigos, mas os mais básicos princípios que são em algum grau reconhecidos pelo menos implicitamente em todas as sociedades - tal princípio provê os fundamentos

⁹⁴ What tasks then remain for moral philosophy? One could study the moral views and beliefs of our own society or others, perhaps through time, taking as one's subject what is summed up in Westermarck's title, *The Origin and Development of the Moral Ideas*. But this perhaps belongs rather to anthropology or sociology.

do que Sidgwick chamou diferentes métodos de ética (...). (MACKIE, 1977, p.37)⁹⁵

Contudo, essa tese, genericamente explicada, pode ser atribuída a G. E. Moore também. Isso fica claro se destacarmos uma passagem do quinto parágrafo do *Principia Ethica*. Moore diz o seguinte:

Tanto aqueles que sabem a resposta a esta pergunta [o que é “Bom”?] como os que não sabem podem, na verdade, formular juízos éticos verdadeiros das duas últimas classes a que nos referimos, e escusado será dizer que as duas categorias de pessoas podem levar vidas igualmente boas. Mas é extremamente improvável que os juízos éticos *mais gerais* sejam igualmente válidos se não houver uma resposta verdadeira a esta questão. (MOORE, 1999, §5, p.86)⁹⁶

Assim, se o que faz o argumento da relatividade ineficiente contra estas objeções é o fato de a exigência de objetividade recair sobre os princípios mais elementares, com certeza esse argumento de Mackie é ineficiente contra a tese de Moore. Bem, mas Mackie tem uma saída singular para esse problema. Mackie faz com que o argumento da relatividade dependa do argumento da estranheza. Mackie termina a construção do argumento da estranheza alegando que os objetivistas se apoiam numa *intuição* que causa reações diferentes em pessoas diferentes. No entanto, ele alega que tais *intuições* são fruto de fanatismo. Portanto, esse argumento inicial só será válido se o segundo for também.

O ARGUMENTO DA ESTRANHEZA

O objeto a ser criticado nesse segundo argumento de Mackie é o *intuicionismo*. Para Mackie *intuição* significa o mesmo que apreensão de dada propriedade moral objetiva na mente. Mackie divide seu argumento em duas partes: uma epistemológica e outra ontológica. Outro ponto relevante a destacar, antes de entrarmos no argumento propriamente dito, é que

⁹⁵ But there is a well-known counter to this argument from relativity, namely to say that the items for which objective validity is in the first place to be claimed are not specific moral rules or codes but very general basic principles which are recognized at least implicitly to some extent in all society - such principles as provide the foundations of what Sidgwick has caused different methods of ethics(...).

⁹⁶ Itálico de G. E. Moore.

sempre quando Mackie menciona *intuicionismo* ele parece ter como principal referência G. E. Moore. Duas passagens ilustram bem esta referência. No primeiro parágrafo da seção dedicada ao argumento da estranheza, Mackie faz seguinte menção a Moore: “Esses princípios [os valores morais objetivos] foram reconhecidos por Moore quando ele falou de qualidades não naturais e pelos intuicionistas nos seus discursos sobre uma ‘faculdade de intuição moral’.” (MACKIE, 1977, p.38)⁹⁷. Em alguns passos anteriores a este último, Mackie fez outra referência a Moore levando em consideração justamente a percepção *intuicionista*. Mackie diz o seguinte: “Sem dúvida foi uma extravagância de Moore dizer que ‘bom’ é o nome de uma qualidade não natural, (...) onde a descrição ‘não-natural’ deixa espaço para o aspecto peculiar de intrinsecamente prescritiva, valorativa desta suposta qualidade.” (MACKIE, 1977, pp. 31-32)⁹⁸. Desse modo não haverá muito prejuízo à argumentação de Mackie se tomarmos a posição Moore como referência de *intuicionismo*.

Começaremos, portanto, pela parte epistemológica do argumento. Mackie começa destacando que o *intuicionismo* é o processo a que qualquer noção ética objetivista está associada. Segundo Mackie, qualquer que seja o procedimento *intuicionista*, no fim das contas, se resume na apreensão de uma propriedade moral, objetiva e prescritiva na mente. Nesta linha, o argumento aponta que nenhum dos procedimentos epistêmicos aceitos podem provar a veracidade da verdade que o objetivismo moral reivindica. Para Mackie, tudo o que o objetivismo tem como prova para sua tese é aquela *intuição*. Mackie classifica esta *intuição* como um procedimento muito *vacilante*⁹⁹. Tudo indica que quando Mackie fala em processos epistêmicos aceitos, ele está levando em consideração os científicos. O que nos indica isso é a supervalorização que ele atribui a tais processos desde o argumento da relatividade.

Contudo, me parece que Mackie fez uma distinção entre *intuicionismo epistêmico* e *intuicionismo ontológico* diferente daquela feita por Moore. Mackie aqui está tratando o *intuicionismo epistemológico* como o procedimento de análise que tem que provar que uma dada propriedade moral objetiva e prescritiva existe. Por outras palavras, Mackie resume o *intuicionismo epistêmico* à alegação de que existe uma faculdade de percepção moral (o que chamamos de *intuicionismo perceptivo* no último capítulo). Nesse sentido, as atividades das análises *intuitivas*, por mais complexas e ponderadas que sejam, estão restritas a uma

⁹⁷These points were recognized by Moore when he spoke of non-natural qualities, and by the intuitionists in their talk about a ‘faculty of moral intuition’.

⁹⁸No doubt it was an extravagance for Moore to say that ‘good’ is the name of a non-natural quality, (...) where the description ‘nonnatural’ leaves room for the peculiar evaluative, prescriptive, intrinsically action-guiding aspects of this supposed quality.

⁹⁹Lame.

percepção imediata na mente. Moore, no início dos *Principia Ethica*, faz o seguinte alerta sobre o uso que ele faz de *intuicionismo*:

Muito menos ainda pretendemos sugerir (como tem feito a maior parte dos Intuicionistas) que uma proposição, seja ela qual for, é verdadeira, pelo simples fato de nós a conhecermos de uma determinada maneira, ou através do exercício de uma determinada faculdade; entendemos, pelo contrário, que é tão possível conhecer uma proposição falsa como uma verdadeira.

Assim, pelo menos em Moore, seria muito difícil Mackie ter visto um *intuicionismo perceptivo*. Não se trata de negar que Moore tenha defendido que proposições morais, quando verdadeiras, são auto-evidentes. Trata-se de destacar que este resultado não é obtido por meio de uma faculdade de percepção especial. Além disso, me parece que Moore via uma distinção clara entre o resultado e o processo. Nós já debatemos isso no fim do capítulo anterior, mas talvez seja útil acrescentarmos algo a esse debate. Ora, o fato de Moore, na citação acima, apontar que, a partir do seu processo de análise *intuitiva*, é possível chegar tanto a resultados verdadeiros quanto a falsos já seria suficiente para destacar a diferença entre processo e resultado. No entanto, tem um modo mais claro de mostrar essa distinção.

Na citação acima, Moore está falando no plural, mas não se trata ali de um recurso linguístico para ganhar a atenção do leitor. A segunda pessoa a que Moore faz referência é Sidgwick. No parágrafo anterior a citação Moore destacou o seguinte sobre Sidgwick:

Para exprimir o fato de que as proposições éticas incluídas na nossa primeira categoria não são suscetíveis de serem provadas ou refutadas, recorreremos por vezes ao termo “Intuições”, no sentido em que o professor Sidgwick o emprega. Mas importa esclarecer desde logo que não somos “Intuicionistas” no sentido vulgar. (MOORE, 1999, p. 76)

Essa relação entre Moore e Sidgwick nos será assaz esclarecedora sobre a diferença entre o processo de um *intuicionismo* e seu resultado. Se seguirmos na obra de Moore, encontramos outra passagem em que Moore expressa uma opinião diferente da citação acima sobre o tratamento que Sidgwick deu ao *intuicionismo*. No primeiro parágrafo do terceiro capítulo (*Hedonismo*), Moore dirige as seguintes palavras a Sidgwick:

(...) Sidgwick ter sido o único a reconhecer que por “bom” queremos, de fato, denotar qualquer coisa que não é suscetível de ser analisada, e de ter sido ele, por isso mesmo, o único a salientar que, a ser verdadeiro o Hedonismo, ele terá de fundamentar as suas pretensões a sê-lo apenas na sua própria evidência - que temos de manter “o prazer é o único bem” é uma simples *intuição*.¹⁰⁰

Nessa passagem, Moore está dizendo que tem um sentido de *intuição* de Sidgwick que é totalmente diferente do defendido pelo próprio Moore. Que sentido é esse? A *intuição*, quando usada para designar uma cognição final, é onde Moore e Sidgwick estão em desacordo. O acordo entre eles é quando o *intuicionismo* designa um processo epistêmico. Ambos estão de acordo que para atingir princípios éticos verdadeiros é necessário um esforço exegético. Isso requer que se leve em consideração muitas opiniões morais e que pondere o mérito de cada uma delas. Somente depois de um longo período nestas reflexões é possível dar o passo para o resultado. Moore e Sidgwick acreditaram terem alcançado princípios verdadeiros e objetivos, Moore com o conceito “Bom” e Sidgwick com o prazer. Contudo, esse fim segue-se necessariamente do estágio exegético anterior? Creio que não, pois é completamente plausível alguém obter como resultado desse processo epistêmico regras morais provisórias.

Sendo assim, me parece inadequado o modo como Mackie distinguiu o *intuicionismo epistemológico* e o *intuicionismo ontológico*. Na elaboração do primeiro, Mackie pressupôs o segundo, o que não é necessariamente o caso. Além disso, é preciso chamar atenção que o próprio Mackie destacou a importância do equilíbrio reflexivo para alcançar acordos. Contudo, equilíbrio reflexivo significa nada mais nada menos que *intuição* (MACKIE, 1977, p. 105)¹⁰¹. Sendo assim, me parece que o *intuicionismo* moderado, enquanto processo epistêmico, precisa ser mantido entre os processos de obtenção de conhecimento aceitos.

Vejamos agora a versão ontológica do argumento da estranheza. Este argumento vai na linha de denunciar que o conhecimento que o objetivismo moral defende a existência de

¹⁰⁰ Itálico de Moore.

¹⁰¹Na passagem em questão Mackie deixa claro que equilíbrio reflexivo e intuicionismo são a mesma coisa ao dizer o seguinte: “to find some set of principles which were themselves fairly acceptable to us and with which, along with their practical consequences and applications, our ‘intuitive’ (but really subjective) detailed moral judgements would be in ‘reflective equilibrium’.”

propriedades muito diferentes das que conhecemos. Além disso, Mackie denuncia que a ideia de propriedades morais *supervenientes* é igualmente inaceitável. Mackie afirma que jamais se observou o modo como tais propriedades morais influíram nos objetos materiais e nem é possível saber qual a respectiva relação causal que há entre eles. Para Mackie, se tivéssemos que admitir a existência de tais propriedades estaríamos admitindo a existência de coisas que jamais foram observadas antes (MACKIE, 1977, pp. 40-41).

Esse argumento, quando posto diante da tese de Moore de que “Bom” é o conceito mais peculiar da ética, nos leva à seguinte situação: assim como a tese de Moore é um caso de apreensão na mente, também a negativa de Mackie é um caso de não apreensão na mente. Nesse sentido, nenhuma das teses pode ser averiguada ou contestada de forma cabal, isto é, não podemos formular “provas matemáticas” para elas. Suponhamos, por exemplo, que ambos estão mentindo quanto às suas reais crenças filosóficas. Se fosse esse o caso nós não poderíamos provar. Então, inicialmente, parece que estamos diante de um impasse. Contudo, se fosse essa a situação, Moore teria caído na primeira versão da sua *Falácia Naturalista*. No último capítulo, explicamos essa versão do argumento de Moore a partir das imagens do triângulo e do círculo. A partir dessas imagens, ilustramos um debate entre perspectivas éticas naturalistas. Nessa disputa, o triângulo, enquanto uma propriedade moral, tentava determinar a definição de círculo. Este último, por sua vez, tentava o mesmo em relação ao triângulo. O resultado é um impasse. Contudo, na perspectiva de Moore, o que solucionaria esse debate seria o reconhecimento de um princípio mais elementar que determinasse a lógica interna da definição de triângulo e círculo. Apesar de Moore não dizer, apontamos que o pertinente para o exemplo era o conceito de forma. Para Moore, o impasse que ocorre no exemplo, caso ocorresse na ética, poderia ser solucionado a partir da observação do conceito “Bom”, pois este conceito determina a lógica das coisas que são bens. Diante da negativa de Mackie de que haja qualquer propriedade moral, Moore é obrigado a recorrer, mais uma vez, a sua *intuição* cognitiva de “Bom”, a qual Mackie, novamente, simplesmente não aceitará. Nesse sentido, Moore teria caído no mesmo impasse que ele denuncia na *Falácia Naturalista*. Mackie recusou-se a aceitar o ponto fundamental para cair na *Falácia Naturalista*, a saber: que propriedades morais são objetivas e definíveis. Veremos esse ponto com mais detalhes logo a frente quando debatermos a definição de “Bom” proposta por Mackie.

Um ponto que precisamos recordar aqui quanto ao conceito de “Bom” é sua fraqueza enquanto prova de que algo é um bem. Nós apontamos esse problema no fim do último capítulo. Naquela ocasião comparamos o modo como “Bom” prova que algo é um bem, com as provas matemáticas e científicas. A partir daí percebemos como a prova ética

perde muito em força para determinar a verdade. Precisamos observar que a ontologia adotada por Moore pode ter uma influência aqui. A ontologia de Moore é muito apropriada para a ciência e para a matemática, mas talvez não seja tanto para ética. Nesse sentido, a linguagem e o conceito científico talvez sejam inapropriados para exprimir o que é necessário no âmbito da ética. A verdade alcançada por Moore de que propriedades morais não se reduzem a propriedades de fato, talvez seja um indício desta inapropriação¹⁰².

Essas são as críticas a partir das quais Mackie pretende assentar seu ceticismo moral, isto é, sua negativa a valores morais objetivos. Contudo, falta aqui abordar dois aspectos que suplementam a crítica de Mackie, a saber: a definição de “Bom” proposta por Mackie e sua explicação de como os objetivistas vieram a crer em valores morais. Começaremos por este último.

MECANISMOS DE OBJETIVAÇÃO

Aqui Mackie nos fornecerá uma explicação do por que algumas pessoas caem no erro de pensar que valores morais existem. Por mecanismos de objetivação, Mackie entende os processos sociais e psicológicos a partir dos quais passamos a atribuir a algum objeto ou regra um valor objetivo. Mackie alerta que há vários processos desse tipo, no entanto, parece haver duas razões centrais, a saber: a tendência natural de transferir nossos sentimentos às coisas e o desejo de manutenção do bem estar social.

Mackie chama a nossa tendência de atribuir nossos sentimentos aos objetos de *"Pathetic Fallacy"*. Segundo Mackie, nós temos uma tendência natural de dispersar nossa mente nos objetos externos e, dessa forma, projetamos sobre eles nossos sentimentos. Segundo Mackie, a partir daí objetivamos nossos sentimentos sobre os objetos. Se um objeto nos proporciona prazer, nojo, raiva etc., passamos a crer que esses sentimentos são intrínsecos ao objeto em questão. No que diz respeito à moral, outros fatores influenciam na objetivação. Como já dissemos, Mackie defende a ideia de que se alguém defende dada regra moral, só o faz porque participa de uma sociedade onde esta regra é aplicada. Quando não é esse o caso, a regra que o sujeito defende foi reconhecida em algum outro modo de vida imaginário ou real. Nesse sentido, a regra é imposta de fora. Dessa forma, os participantes de uma dada sociedade, a partir desta pressão externa, projetam interiormente a obrigação de ter

¹⁰² Os problemas apontados neste parágrafo decorreriam do trabalho de Moore mesmo se não tivéssemos mencionado a crítica de Mackie. Trouxemos esse problema aqui somente para complementar a argumentação de Mackie. O único problema sério que Mackie traz a teoria de Moore é fazer com que uma versão da *Falácia Naturalista* não tenha efetividade.

que agir de acordo com ela. Dessa projeção interna passa haver a projeção externa e a exigência de que os demais ajam de acordo com as regras¹⁰³. Mackie, no entanto, numa certa passagem onde ele faz referência ao mito descrito pelo sofista Protágoras (em um texto platônico que recebe o mesmo nome), nos fornece uma explicação das razões por trás da objetificação no âmbito moral. Ele explica o sentido geral do mito da seguinte forma:

Separado da conjuntura mitológica, a tese de Protágoras é clara: um senso moral, lei e justiça são necessários para permitir os homens a viverem juntos grande o suficiente para competir com êxito com as bestas selvagens¹⁰⁴.

Ou seja, Mackie está apontado que, no geral, a objetivação de regras e valores tem como fim a segurança e a manutenção do bem estar na convivência mútua. Portanto, podemos dizer, junto com Mackie, que os desejos e os fins da comunidade desempenham um papel fundamental na determinação de qual regra ou objeto entrará num processo de objetivação.

Para Mackie, o último estágio da objetivação das regras se dá ao iniciar um gradual apagamento (ou sublimação) da referência aos desejos e das próprias regras diretamente. Segundo Mackie, esse gradual apagamento faz com que as pessoas tenham uma visão incerta, *intuitiva* do que constituem essas regras e exigências. Dessa visão incerta que se cria pontos de vistas morais objetivos. Mackie nos oferece uma explicação desse princípio a partir de uma referência a Kant e à linguagem. Ele afirma que os imperativos categóricos, podem ter somente a forma de categóricos, e serem na verdade hipotéticos. Isso se dá com o simples apagamento da cláusula “se tu queres...”. Nesse sentido, numa tal sociedade, quando se diz “tu deves cuidar, alimentar e educar as crianças!” se omite a seguinte cláusula condicional

¹⁰³ Ernst Tugendhat, no seu *Lições Sobre Ética*, viu nesse princípio o que retirava do contratualismo de Mackie seu caráter puramente egoísta. Tugendhat escreve o seguinte: “Estranhamente Mackie fez uma proposta de um alcance maior: para garantir a observância das regras morais, parece bom desenvolver atitudes e/ou virtudes correspondentes; (...) Esta agora é exatamente o ponto que, como veremos na próxima lição, aponta para além do contratualismo como tal. Sentir vergonha ao ferir as normas significaria ter desenvolvido uma sanção interna. Eu então seria impedido de violar as regras, não pelo interesse na cooperação como tal ou por pressão externa (no caso do direito penal), mas por mim mesmo.” (TUGENDHAT, 2003, p. 75). Ou seja, Tugendhat parte da concepção de Mackie para formular sua tese de que o bem é uma exigência compartilhada, onde a vergonha e a indignação operam como sustentáculo. Temos que destacar que Tugendhat pretende que sua teoria ética seja uma terceira alternativa diante do debate entre realismo moral e não-realismo.

¹⁰⁴ Detached from its mythological framework, Protagoras's thesis is plain: a moral sense, law, and justice are needed to enable men to live together in communities large enough to compete successfully with the wild beasts.

“Nós precisamos que as crianças cresçam bem educadas para a manutenção da raça humana!”. Vejamos como Mackie coloca esse ponto:

Pela supressão de qualquer explícita referência à demanda e os fazendo imperativos categóricos nós facilitamos o movimento conceitual entre uma e outra exigência de relação. Os usos morais de palavras como “tem que” e “deve” e “deveria”, todos os quais são usados também para expressar imperativos hipotéticos, são traços deste padrão de objetificação. (MACKIE, 1977, p. 44)¹⁰⁵

Portanto, esse é o erro que Mackie acredita que os objetivistas cometem. Confundem uma ordem social dada implicitamente com uma propriedade como o conceito “Bom” que Moore defende. Contudo, como vimos acima, Mackie propõe uma definição de “Bom” que teremos que pôr frente ao *Open Question Argument* para avaliar os méritos. Sobre este argumento de Moore, precisamos recordar que trata-se de uma análise da linguagem moral que tenta provar que dada teoria realmente caiu na *Falácia Naturalista*. O argumento divide-se em duas partes. A primeira, focada nas relações dos conceitos de uma proposição ética, tenta provar que não é possível definir o conceito simples “Bom”. Segundo essa perspectiva, “Bom” é simples, *sui generis* e qualquer proposição onde ele ocorra será sempre uma proposição não tautológica. Nesse sentido, se dizemos “o prazer é bom”, podemos perguntar significativamente “o prazer é mesmo bom?”. A segunda versão, focada no significado intrínseco dos conceitos tenta provar que “Bom” é de fato o conceito mais peculiar da ética e é distinto de qualquer outro conceito. Para alcançar a cognição desse conceito “Bom” é necessário um processo de análise longo, considerando várias definições diferentes de “Bom”. Já tivemos a oportunidade de trabalhar este último aspecto neste capítulo.

A DEFINIÇÃO DE “BOM” SEGUNDO J. L. MACKIE

O modo como Mackie define “Bom” nós já vimos, mas não há mal em lembrar, ele diz: “Podemos então oferecer uma definição geral de ‘bom’: apto a satisfazer exigências

¹⁰⁵ By suppressing any explicit reference to demands and making the imperatives categorical we facilitate conceptual moves from one such demand relation to another. The moral uses of such words as ‘must’ and ‘ought’ and ‘should’, all of which are used also to express hypothetical imperatives, are traces of this pattern of objectification.

(etc.) do tipo em questão.” (MACKIE, 1977, pp. 55-56). Tentaremos agora elucidar os pressupostos e os argumentos que estão por trás desta definição.

Em primeiro lugar temos que destacar que Mackie está se esforçando para encontrar um sentido de “Bom” que não esteja desvinculado do seu uso cotidiano. Mackie, diferente de Moore, não procurou pelo sentido moral em que “Bom” geralmente é usado, mas tentou encontrar um significado em meio aos mais diversos usos. A primeira conclusão nesse sentido é que “Bom” é um adjetivo atributivo em oposição a um adjetivo predicativo. Mackie explica o que é um adjetivo predicativo do seguinte modo: “Podemos dizer que os adjetivos atributivos são operadores nos predicados. Eles constroem novas descrições de forma sistemática à margem do significado dos nomes onde estão atados.”(MACKIE, 1977, p. 52)¹⁰⁶. Contudo, para distinguir os dois tipos de adjetivos talvez o melhor seja um exemplo: reflita sobre o uso do adjetivo “grande” nesta frase “Y é um mosquito grande”. Mackie nos perguntaria: isso significa o mesmo que “Y é mosquito e Y é grande”? Ou seja, quando afirmo que “Y é um mosquito grande” estou afirmando que “Y” tem uma relação de identidade com “grande”? Obviamente não, porque “grande” é um adjetivo atributivo e o que o caracteriza é o fato de construir descrições novas. Imagine que estivéssemos vendo o mosquito Y em repouso e chegasse o mosquito X, ainda maior que o anterior, qual seria o “mosquito grande” desta vez? Grande teria criado uma nova configuração. Da mesma forma, criaria uma nova configuração se fosse aplicado a uma girafa, pois, parafraseando Mackie, “grande” não significa um metro ou dez. Agora, vejamos o que é um adjetivo predicativo: reflita sobre a frase “ F é uma flor azul”. Isso significa o mesmo que “F é flor e F é azul”? Sim, significa. Por que se não há nada que corresponda “F é azul” e “F é flor” não pode haver “F é uma flor azul”.

Mackie nos alerta que não devemos pensar que os significados de adjetivos atributivos são algo volátil, impreciso. O que ocorre é que parte desse significado é determinado onde ele é aplicado. Mackie afirma que os adjetivos atributivos funcionam tal como as seguintes palavras: “aqui”, “eu”, “agora” etc., isto é, seus significados não são ambíguos, porém parte deles depende em relação ao quê é aplicado. Diante dessas explicações, Mackie é taxativo: “Não há dúvida que ‘bom’ é às vezes atributivo neste mesmo sentido (...).”(MOORE, 1977, p.53)¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Attributive adjectives. we may say. are operators on predicates; they construct new descriptions in systematic ways out of the meanings of the nouns to which they are attached.

¹⁰⁷ There is no doubt that ‘good’ is often attributive in this seme(...)

A questão que Mackie precisa levar em consideração agora é como “Bom”, enquanto adjetivo atributivo, opera sobre os substantivo em que ele é aplicado. Mackie soluciona esse ponto fazendo referência aos substantivos funcionais. Mackie explica como “Bom” funciona sobre essa classe de substantivo do seguinte modo: “Onde quer que ‘bom’ seja usado em associação com um substantivo funcional, isso significa que a coisa tem tais características que permitem realizar sua função.” (MACKIE, 1977, p. 54)¹⁰⁸. Repare que Mackie não está dizendo que, por exemplo, este é um bom martelo significa este martelo faz bem sua função. Mackie não o faz para evitar uma circularidade de explicar “bom martelo” por “faz bem a função de martelo”. Mackie está focando somente na característica da coisa. Segundo Mackie, para evitar essa circularidade, é necessário fazermos a abstração do que um martelo deve fazer e sempre que verificarmos que um martelo tem as características para realizar aquilo que se espera dele podemos dizer que é um “bom martelo”, pois, devido à abstração, evitaríamos a circularidade.

No entanto, auxiliado por R. M. Hare, Mackie alcança aquilo pensou ser o sentido que engloba todos os usos de “Bom”, seja quando aplicado a substantivos funcionais, seja quando aplicado a qualquer outro predicado. Mackie diz o seguinte sobre isso: “Ele [Hare] defende que recomendação é o que une vários usos de ‘bom’ juntos.”¹⁰⁹. Contudo, Mackie também viu problemas na definição de “Bom” proposta por Hare, pois, segundo Mackie, levaria a outras circularidades. Na opinião de Mackie, a definição tal como foi proposta por Hare definiu “Bom” em função de “*commend*” e vice-versa. Nesse sentido, Mackie tentou formular definições para distinguir tais conceitos. Contudo, Mackie ainda os manteve bastante próximos, pois, para Mackie ambos são uma espécie de recomendação. Contudo, o conceito “*commend*” significa que aquele que está recomendando está descrevendo e mostrando seu apoio ou aprovação (etc.) à coisa recomendada, Por outro lado “Bom” é uma espécie de recomendação em que não é explicitada a coisa recomendada. Assim, Mackie formula a diferença entre “Bom” e “*commend*” da seguinte forma:

Então, um está dizendo que a coisa satisfaz certas exigências o qual o outro não faz explicitamente, mas ao mesmo tempo indicando que alguém endossa

¹⁰⁸ Wherever ‘good’ is used in association with a functional noun, it says that the thing has such characteristics as enable it to perform that function.

¹⁰⁹ Commendation, he holds, is the thread that ties the various uses of ‘good’ together.

aquelas exigências seja lá o que elas forem, expressando o invés de declarando o apoio a ele. (MACKIE, 1977, p. 55)¹¹⁰

Assim é desse itinerário que Mackie alcança a definição que já apresentamos, a saber: “Podemos então oferecer uma definição geral de ‘bom’: apto a satisfazer exigências (etc.) do tipo em questão.” (MACKIE, 1977, pp. 55-56). Nessa fórmula, parece está contido para Mackie tudo que ele gostaria de dizer sobre “Bom”. Então precisamos entender o que está contido aqui. Dois aspectos são fundamentais nessa fórmula de Mackie: nesse conceito está contido, por um lado, um requisito que é para Mackie nada mais que nossos desejos, vontades etc. Por outro lado, há uma referência ao objeto que deve sanar aqueles requisitos, desejos e vontades. Contudo, Mackie, ao apresentar assim seu conceito, afirma que está fazendo referência à propriedade intrínseca da coisa, isto é, a parte descritiva da coisa. O valor da coisa é dado em parte pelo requisito (um prazer, uma vontade etc.) que ela sana, isto é, parte do seu valor vem de uma mente que deseja algo. Mas não de todo, pois parte do valor ainda está na coisa são suas próprias características. Outro ponto que é importante lembrar, é que o conceito de “Bom” aqui é formulado o mais vago possível, a razão Mackie nos explica na seguinte passagem:

‘Exigências (etc.) do tipo em questão’ é vago: deliberadamente. Esta definição geral cobre diferentes usos da palavra ‘bom’ - não, eu deveria dizer, diferentes sentidos - justamente porque isso deixa aberta como as exigências em questão são especificadas ou indicadas; isso deixa espaço para interesses preencher em diferentes formas em diferentes tipos de caso (MACKIE, 1977, p. 56)¹¹¹

Dessa forma, a definição de “Bom” é formulada para que em cada caso ela possa receber novos significados, mas seu sentido fundamental permanece. Basta lembrarmos da aproximação que Mackie fez entre “Bom” e os adjetivos atributivos. O significado do adjetivo funciona como o significado de “eu”, ou seja, parte do sentido depende de onde

¹¹⁰ One is then saying that the thing satisfies certain requirements which one does not explicitly specify, but at the same time indicating that one endorses those requirements whatever they are, expressing rather than stating one’s support for them Commendation.

¹¹¹ Requirements (etc.) of the kind in question' is vague: deliberately so. This general definition covers different uses of the word 'good' - not, I should say, different senses - because it leaves open just how the requirements in question are specified or indicated; it leaves room for interests to be fed in in different ways in different sorts of case.

ocorre o uso. Portanto, esse é o conceito de “Bom” oferecido por Mackie. Assim, quais são as consequências dessa tese frente ao *Open Question Argument*?

Bem, relativamente à segunda versão do *Open question*, nós vimos mais acima que cai num impasse, pois, a *intuição* de Moore não pode provar a Mackie que “Bom” é o elemento simples e mais peculiar da ética. Da mesma forma, a negativa aos valores objetivos de Mackie e suas explicações sobre o mecanismo de objetificação não podem provar que valores morais são ilusões. Contudo, o *Open Question Argument* ainda tem sua primeira versão, aquela que tenta mostrar uma contradição na definição de “Bom”. Assim, será que esta versão do *Open Question* consegue imputar uma contradição contra Mackie? Bem, haveria uma possibilidade. Moore poderia acusar Mackie de definir “Bom” em função do que cada um deseja, já que a teoria de Mackie, levada às últimas consequências, implica que “Bom” é aquilo que cada um deseja. Essa seria uma situação extrema da confusão de tomar “Bom” como relatos mentais, isto é, seria uma situação extrema de subjetivismo. Mas, esse argumento só poderia ser formulado se abusássemos dos limites que Moore deu à primeira versão do seu *Open Question*. A primeira versão tem como função, apontar contradições em definições complexas de “Bom”. A segunda versão do argumento, por sua vez, foi formulada para dar conta do anti-realismo (e como vimos caiu em um impasse). Além disso, estaríamos atribuindo uma perspectiva ao pensamento de Mackie que ele não assumiu explicitamente, a saber: a de que sua teoria é um extremo subjetivismo. Mackie, pelo contrário, fez muitos movimentos para se afastar desta perspectiva. A teoria do mecanismo de objetificação pode ser lido como um esforço de evitar o subjetivismo extremo. Mas poderíamos tomar outro caminho aqui, poderíamos dizer que não há como contradizer a definição de Mackie, pois ali “Bom” funciona como adjetivo atributivo e não tem propriamente um significado. Contudo, essas são minuciosidades que não posso abordar sem fugir minimamente do escopo de pensamento dos filósofos em questão, de forma que encerro este debate por aqui.

Gostaria, por fim, de compilar os resultados do debate que encerramos aqui. Iniciamos esse debate no capítulo anterior ao explicarmos no que consistem os argumentos levantados por Moore para provar que “Bom” é um conceito simples e o mais peculiar de toda ética. Portanto, revelamos dois sentidos de Falácia Naturalista: (1) um que denunciava uma perda de princípio ao tentar tomar “Bom” por uma propriedade natural. Ao expor esse erro, Moore tentou enfatizar o fato que ele impossibilita o debate, pois é uma disputa entre duas propriedades naturais que tentam sobrepor-se uma à outra. (2) O segundo tipo de falácia afirma que a Ética naturalista, ao tentar definir “Bom”, cai numa contradição semelhante a afirmação que “vermelho é exatamente o mesmo que maçã”. Contudo, conjuntamente com

Frankena, vimos que o melhor seria chamar essa a falácia de *definist fallacy*. Essa nova nomenclatura fez a falácia depender mais da análise da linguagem do que Moore deu a entender inicialmente. (3) Vimos as duas partes do *Open Question Argument*. (4) Vimos que a segunda parte deste argumento tinha como objetivo conhecer “Bom”. Essa parte tinha o mérito de ser um esforço epistêmico, mas a desvantagem de seu resultado ser semelhante ao *intuicionismo perceptivo*. (5) No atual capítulo, observamos que a teoria de Mackie é uma taxativa recusa a valores morais objetivos. Para Mackie valores morais são relatos de códigos de conduta sociais que deveriam ser explicados pela Antropologia. (6) O argumento da relatividade tenta mostrar que a aprovação de códigos morais se dá por que as pessoas vivem ou conhecem sociedades com aquelas regras. A perspectiva de que as pessoas primeiro aprovam para depois viverem é, segundo Mackie, incorreta. Além disso, Mackie desejava mostrar que nenhum princípio moral objetivo poderia explicar as variações de códigos de conduta. Apenas a Antropologia poderia explicar tais códigos. (7) Contudo, o argumento da relatividade se mostrou ineficaz diante da tese G. E. Moore de que os princípios morais são relevantes para modificar os códigos de conduta mais elementares. Quem nos revela isso é o próprio Mackie. Neste sentido, o argumento da relatividade terá validade se o argumento da estranheza for válido também. (8) O Argumento da Estranheza divide-se em epistemológico e ontológico e ataca o *intuicionismo* diretamente. No entanto, Mackie, a meu ver, pensou que todo *intuicionismo* é do tipo perceptivo, nesse sentido, confundiu *intuicionismo* ontológico e epistemológico. (9) No que diz respeito ao ataque ao *intuicionismo* epistemológico Mackie falha por não reconhecê-lo como um esforço epistêmico para alcançar princípios morais moderados. No entanto, o próprio Mackie, a certa altura, ressalta a importância dos “equilíbrios reflexivos” que significa nada mais nada menos que *intuicionismo* moderado. (10) No que diz respeito ao ataque ao *intuicionismo* ontológico (ou perceptivo) Mackie teve algum sucesso, principalmente diante de G. E. Moore. Aqui Moore defende que “Bom” é algo reconhecível, mas Mackie nega. Ambas as posições, em última instância, fundamentam-se em apreensões na mente e, portanto, nenhum deles aceitam as perspectivas do outro. Contudo, Moore ao entrar nesse impasse cai na primeira versão da sua *Falácia Naturalista*. (11) Mackie oferece uma teoria do surgimento dos valores morais baseado em processos mentais e pressões externas para a aderência a códigos de conduta que promovem o interesse comum. (12) Por fim, vimos o conceito de “Bom” em Mackie que leva em consideração pelo menos dois aspectos: requisitos (desejos, vontades etc.) e objetos que sanam estes requisitos. O conceito de Mackie é formulado em observação dos adjetivos atributivos, substantivos funcionais e proposições recomendatórias. Nesse sentido, o conceito

é formulado na perspectiva mais geral possível, pois pretende-se que em cada uso de “Bom” seja possível atribuí-lo a novos significados. Tais novos significados têm que sempre corresponder a requisitos e objetos que os sanam. (13) Nos vimos então incapazes de avaliar se o conceito de “Bom” de Mackie pode ser refutado pelo *Open Question Argument* de Moore, pois o debate só poderia seguir se acrescentássemos perspectivas não diretamente admitidas pelos pensadores.

CONCLUSÃO

A questão da fundamentação moral, a meu ver, reveste-se de um caráter prático e emergente que precisamos destacar nesta conclusão. Acredito que dessa forma entenderemos a real importância das conclusões apontadas acima. Precisamos estar conscientes de que a questão sobre se há princípios morais objetivos ou não, é a primeira que a ética deve responder. Vejamos por que isso ocorre¹¹²: temos que observar o fato de que todo ser humano é um sujeito de decisão. Decidir é algo ao qual o ser humano não pode escapar, pois, abster-se de decidir é já uma decisão. Nesse sentido, supõe-se no sujeito a capacidade de, minimamente, decidir-se. Ora, no que diz respeito à decisão moral, é da opinião comum que uma tal decisão só pode ser moral quando se é tomada com responsabilidade. Ou seja, a ação é moral quando o sujeito, de certa forma, está consciente dos princípios e das consequências de suas ações, isto é, tomou a decisão depois de longa ponderação. Contudo, quando observamos tanto o debate filosófico quanto o debate do senso comum, não há nenhum argumento ou ponto de vista universalmente aceito. O que há nesses debates é um profundo dissenso. Diante disso, o pensamento filosófico deve remontar a origem do dissenso, sem deixar-se enganar pelas opiniões vulgares. Portanto, o recurso à religião ou à tradição não são uma opção para o filósofo. No entanto, nem mesmo a questão “que tipo de propriedades são as propriedades morais?” pode ser considerada como a mais fundamental da ética, pois, nesta questão, está pressuposto a existência de valores morais objetivos. A primeira questão que o filósofo da ética deve responder deve levar em consideração a não existência de valores. Portanto, junto a Friedo Ricken, podemos formular essa questão da seguinte forma: depende apenas do sujeito que toma a decisão moral definir o modo como irá agir ou existe algum ponto de vista objetivo e universal o qual ele deve levar em consideração no momento da decisão? (RICKEN, 1987, p.13).

O sentido dessa exposição, bem como do debate do trabalho como um todo, está resumido nas seguintes palavras de Ernst Tugendhat: “Somente em relação com a moral constitui o problema da fundamentação uma necessidade da vida prática.” (TUGENDHAT, 1988, p.66). Sendo assim, a pretensão de G. E. Moore parece ganhar outra importância. Ele acreditava que seria possível formular um princípio ético que não só resolveria os dissensos no âmbito da ética, mas o faria avançar tal como a ciência. Para Moore, esse conhecimento já faz parte das Crenças do Senso Comum, contudo, o Senso Comum não pode explicá-lo. Tudo

¹¹² Nas considerações que seguirão estou levando dois textos em consideração: *Allgemeine Ethik* de Friedo Ricken e *Três Lições Sobre Problemas da Ética* de Ernst Tugendhat.

o que Moore, enquanto filósofo, precisaria fazer é dar uma explicação desse saber de Senso Comum. Ou seja, seria necessário apresentar uma descrição detalhada do princípio ético, mostrar como as questões mais relevantes implicam-se naquele princípio, além de apontar qual status de tal princípio no mundo. Contudo, a partir de todo esse processo, o gênero de conhecimento que Moore pôde nos oferecer foi a apreensão auto evidente de um conceito na mente. Tese que, como vimos, no nosso atual estágio de conhecimento, não pode ser aceita. Seu problema está no fato de ser muito semelhante ao *intuicionismo* perceptivo e não poder apresentar nada além de uma *intuição* que determina tanto que coisas são boas quanto o que é o “Bom”.

Contudo a filosofia de Moore tem méritos louváveis. Moore, conjuntamente com Hume, é o responsável por traçar uma distinção clara entre fatos e valores. Repare que se há algo que Moore e Mackie têm em comum é o fato de ambos acreditarem que princípios morais (tais como defendido por Moore) não fazem parte do mundo externo. Verdade que Mackie, ao admitir isso, eliminou tais valores da estrutura do mundo. Portanto, quando Mackie fala em derivar valores de fatos, não está falando daqueles defendidos por Moore ou Platão. O que está na origem dos valores em Mackie são desejos, vontades e coisas semelhantes. Portanto a distinção entre fatos e valores é um dos grandes méritos dos *Principia Ethica* de Moore. Até mesmo um adversário como Mackie precisa aceitar tal tese.

Contudo, podemos apontar outras relevantes consequências do debate entre Moore e Mackie, porém, me deterei somente nos resultados éticos mais relevantes. Mostramos acima que nas tentativas de refutar o *intuicionismo* a posição de Mackie teve alguns sucessos, mas também falhas. Gostaria, então, de considerar o que resulta da consideração deles em conjunto. Num primeiro momento vimos que o argumento da relatividade falha ao tentar atacar o *intuicionismo*. A respectiva falha consiste no fato de que tentava provar que nenhum valor moral objetivo pode explicar a variação de códigos de conduta. Foi chamada a atenção para o fato de que os princípios morais importam para regular as regras mais elementares e não as atividades práticas mais contingentes. Esse é um dado importante, pois aponta para uma ética em *dois níveis*¹¹³, isto é, uma ética que distingue os princípios mais elementares e as atividades práticas. Nesse tipo de ética é chamada atenção para o fato de que muitas das questões cotidianas são de fácil resolução. Sabe-se facilmente que não se deve roubar, ou matar etc., essas máximas não trazem problemas para o raciocínio ético. Contudo, há casos que não são tão fáceis e são verdadeiros desafios para o intelecto, pois, só podemos nos

¹¹³ Essa expressão foi usada por R. M. Hare no prefácio do seu *Ética: Problemas e Propostas*.

decidir refletindo sobre os princípios morais mais elementares. Nossa sociedade está cheia desses casos, por exemplo: aborto, eutanásia, direitos dos animais etc.

Mas é bom observar que, nesse nível do debate, a tese de Moore mantinha-se válida, apesar dos problemas da prova intuitiva. Isso se deu porque o conceito de “Bom” é elementar o suficiente para abarcar somente os problemas mais fundamentais da ética. Contudo, quando consideramos os resultados no debate sobre o *intuicionismo*, a teoria de Moore começa parecer ineficaz. No que diz respeito ao *intuicionismo* ontológico (ou perceptivo na nomenclatura de Sidgwick) Moore caiu num impasse com Mackie. Ambos sustentam suas posições em uma apreensão na mente. Moore afirma que “Bom” é um valor moral reconhecível e Mackie nega. Esse impasse fez Moore cair na sua primeira versão da Falácia Naturalista, Ou seja, o conceito “Bom”, diante da negação de Mackie, se mostrou ineficaz para determinar sua própria realidade e as das coisas que são um bem. Isso inviabiliza a teoria de Moore. Portanto, aqui nós temos que dar um passo atrás na proposta de Moore de que o conceito “Bom” possa fundamentar a ética. Esse é um passo importante porque frustra todo projeto do *Principia Ethica* de fundamentar os princípios do raciocínio moral. Temos que levar em consideração o fato de que “Bom” tem um lugar de eminência no sistema de Moore. O capítulo que Moore apresenta seu conceito “Bom” intitula-se “*O Âmbito da Ética*”, ou seja, a própria ética é definida em função deste conceito.

O próximo passo a considerar é do *intuicionismo* epistemológico. Aqui, mais uma vez, a perspectiva de Moore parece vantajosa. Moore tem a pretensão de fazer da sua *intuição* uma prova para a ética. Porém, sua mente voltada para ciência o levou a tentar obter o mesmo grau de certeza na ética. Esse é um objetivo que ele sabe impossível, contudo, ele age com o rigor necessário para sua *intuição* se aproximar o máximo possível das certezas matemáticas e científicas. Isso explica todo esforço de Moore para fazer com que os conhecimentos *intuitivos* sejam independentes do pensamento, desejo etc. Mackie, por sua vez, reconheceu o valor do que ele chamou de equilíbrio reflexivo, contudo, ele não reconheceu que o intuicionismo epistemológico tem o mesmo significado que equilíbrio reflexivo. Mackie pensou que o processo *intuitivo* está comprometido com uma apreensão na mente própria do *intuicionismo* perceptivo. No entanto, essa perspectiva não é necessária. Assim, o *intuicionismo* moderado pode ser usado para sustentar alguns princípios morais. Contudo, o *intuicionismo* moderado precisa ser um processo tão rigoroso quanto aquele que vimos em Moore. Além disso, ao menos provisoriamente, essa *intuição* moderada deve abandonar pretensões objetivistas.

Assim, me parece que esses são os três passos mais relevantes a serem destacados. O que eles nos apontam? Apontam que esse debate e suas consequências nos orientam a refletir sobre uma ética com as seguintes características: (1) Uma ética que seja formulada em dois níveis. Aqui seria necessário preservar o âmbito onde as *intuições* mais simples são suficientes para encontrar soluções morais. Ou seja, eu sei obviamente que não devo matar, roubar etc., essas situações não precisam de grandes elucubrações filosóficas. Contudo, as situações mais difíceis precisam ser analisadas em intuições mais profundas. Como devo avaliar o problema da imigração? Qual minha opinião sobre a religião? São todas questões que requerem uma observação mais cuidadosa dos princípios morais mais elementares. (2) Os princípios desta ética devem abandonar pretensões objetivistas, pelo menos provisoriamente. O objetivismo ético tem impedido o avanço da ética por se prender em sistemas fechados e que tem pretensões de verdade fortes. Nesse sentido é melhor evitá-los. (3) Os princípios dessa ética devem sustentar-se através de um *intuicionismo* epistemológico rigoroso, tal como o proposto por Moore. Precisamos evitar todo tipo de vício e, tomando como meta a certeza científica, tentar alcançar princípios provisórios, passíveis de melhoramento.

Antes de finalizar, é necessário mencionar um tópico que ocupou todo nosso trabalho e não poderia ficar de fora aqui. Trata-se da ontologia defendida por Moore. Como vimos, esta ontologia tem como característica principal, o fato de que os conceitos são concebidos como os elementos mais fundamentais na composição do universo. Contudo, vimos também que essa ontologia adequa-se muito bem à ciência e à matemática. Nestes dois ramos, a ontologia de Moore preserva as provas que lhe são pertinentes. Contudo, quando aplicada à ética, a prova de Moore perde muito de sua força. Diante disso, a questão que nos colocamos é a seguinte: Essa pretensão científica de Moore no âmbito da ética não configura um abuso dessa ontologia conceitual? Não seria o caso de que para o âmbito da ética Moore dispusesse de uma ontologia alternativa? O próprio fato de Moore ter notado que valores não se reduzem ao mundo concreto, não nos indica que a mesma ontologia para ambos seria igualmente inadequada? Essas são questões que decorreram do trabalho, contudo como nosso objetivo era observar as consequências éticas à luz desta ontologia, passamos por alto as críticas que lhe são dirigidas. No entanto, temos que observar que os méritos da ontologia de Moore ainda precisam ser analisados.

Por fim, gostaria de ressaltar que os resultados éticos obtidos não são uma defesa de Moore ou de Mackie. Esses resultados são uma alternativa às propostas de ambos. Ambas as propostas têm méritos e deméritos. Ninguém precisa, como Mackie, assumir que uma ação

cruel não é em si má. Também não precisamos, como Moore, defender qualquer princípio último. Podemos tomar uma postura moderada entre um e outro. Se algum dia alcançarmos algumas máximas que são comprovadamente válidas, assumiremos sem problemas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARISTÓTELES, *Ética a Nicômacos*. Trad.: Mário Gama Kury, 4^o ed. Brasília: UnB, 2001.
- BELLINTANI, Ribeiro L. F. –*História da Filosofia I*. Florianópolis: Filosofia/ EaD/UFSC, 2008.
- BENTHAM J. *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- BERTI, E. *A Ética dos Antigos e a Ética dos Modernos*. In: *Philosophica*, n^o 28, Lisboa, 2006, pp. 5 – 14.
- BRINK D. O. *Moral Realism and the Foundation of Ethics*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- BRITO, A. N. *Falácia Naturalista e Naturalismo Moral: Do É ao Deve Mediante o Quero*. In: *Kriterion*, n^o 121, Jun./2010, pp. 215 – 216.
- CARVALHO, M. C. M., *John Stuart Mill: o utilitarismo reinventado*. In.: *O Utilitarismo em Foco*. Org.: Maria Cecília Maringoni de Carvalho. Ed. da UFSC. Florianópolis, 2007.
- CHEDIAK, K. *O Problema da Falácia Naturalista Para o Projeto de Uma Ética Evolucionista*. In.: *Kriterion*, n^o 113, Jun./ 2006, pp. 147 – 157.
- DALL'AGNOL, D. *Valor Intrínseco: Metafísica, Ética Normativa e Ética Prática em G. E. Moore*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- _____. *A Falácia Naturalista*. In.: *Argumentos Filosóficos vol.5*. Org.: Marco Antônio Frangiotti; Valamar José Volpato Dutra. Florianópolis: UFSC/NEL, 2001, pp. 65 – 92. Disponível em: <https://issuu.com/filosofia.ufsc/docs/rumos05>
- DESCARTES, R. *Discurso do Método; Meditações Metafísicas*. Col. Os Pensadores. Trad.: J. Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- FIEDRO, R., *Ética General*. Barcelona. Ed. Herder, 1987.

FRANKENA, W. K. *The Naturalistic Fallacy*. In: *Mind*, New Series, Vol. 48, No. 192 (Oct., 1939), pp. 464-477.

GREIMANN, D. *Definição*. In: *Compêndio Em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*, org: João Branquinho e Ricardo Santos, 2015.

HANCOCK, R. *The Refutation of Naturalism in Moore and Hare*. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 57, No. 10, (May 12, 1960), pp. 326-334.

HANNAH A. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

HARE, R. M. *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *A Filosofia da Linguagem na Ética*. in: *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *Naturalismo*. in: *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *Intuicionismo*. in: *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *Emotivismo*. in: *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. *A Linguagem da Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Ontology in Ethics*. In.: *Morality and Objectivity: a tribute to J. L. Mackie*. Org.: Ted Honderich. 1985, pp. 39 – 53

_____. *Relevance*. in: *Essays in Ethical Theory*. New York. Oxford, 1989.

HUME, D. *Tratado da Natureza Humana: Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais*. Trad.: Deborah Danowski, 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.

HYLTON, P. *Russel, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*. Clarendon Paperback

IGANSI, L. N. *A Falácia Naturalista na Metaética Contemporânea: Usos e Equívocos*. In.: *FUNDAMENTO – revista de pesquisa filosofia*, n° 8, jan.-jul. 2014.

LACEWING, M. *Metaethics: Intuitionism, Emotivism and Prescriptivism*. Disponível em: <http://docplayer.net/34880359-Metaethics-intuitionism-emotivism-and-prescriptivism-michael-lacewing.html>

MACKIE, J. L. : *Ethics: Inventing Right and Wrong*, London: Penguin Books, 1977.

MOORE, G. E. *Principia Ethica*. 2 ed. Org.: Thomas Baldwin. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

_____. *Principia Ethica*. 2 ed. Org.: Thomas Baldwin. New York: Cambridge University Press, 1993.

_____. *Três Ensaios de G. E. Moore*. Org.: Geraldo José Ormieres. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

_____. *A Natureza do Juízo*, In: *Três Ensaios de G. E. Moore*, S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2004 p.61-90.

_____. *Refutação do Idealismo*, In: *Três Ensaios de G. E. Moore*, S. Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. *O Conceito de Valor intrínseco*. In: Thomas Baldwin (org.), *Principia Ethica*. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 1999, p. 345-366

_____. *Ensayos Éticos*. Org.: Manuel Cruz. Barcelona: Paidós, 1993.

_____. *Necessidad*. In: *Ensayos Éticos*. Org.: Manuel Cruz. Barcelona: Paidós, 1993.

_____. *Moore*. Org.: Hugh Lacey. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Uma Defesa do Senso Comum*. In: Moore, Col. Os Pensadores. Org.: Hugh Lacey. . São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Problemas Fundamentais da Filosofia*. In: Moore, Col. Os Pensadores. Org.: Hugh Lacey. . São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Experience and Empiricism*. in: *Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series, Vol. 3 (1902 - 1903), pp. 80-95.

NIETZSCHE, F. Fragmento in: Col. Os Pensadores, vol. 1, *Os Pré-Socráticos*. Nova Cultural, São Paulo. p.55. versão digital: http://files.filosofia-com0.webnode.com/200000001-90f1191ea9/_Colecao_Os_Pensadores__Vol_01.pdf

ORMIERES, G. J. *O Utilitarismo do Ideal*. In: O Utilitarismo em Foco. Org.: Maria Cecília Maringoni de Carvalho. Ed. da UFSC. Florianópolis, 2007.

_____. *A Noção de Bem em G. E. Moore: problemas sobre conhecimento e intuição*. Tese de doutorado. Campinas, SP, 2010

PEQUENO, M. P. *Moore e os Pressupostos da Meta-Ética*. In.: ethic@, n° 2, Florianópolis, jun./2003, pp. 21 – 34.

PLATÃO. *A República*. Trad.: Maria Helena da Rocha 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

_____. *Fédom*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

PUTNAM, H. *Reason, Truth and History*. Cambridge University, 2004.

ROUTLEDGE Encyclopedia of Philosophy, Londodn, 1998

SIDGWYCK H. *Os Métodos da Ética*. 7 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

_____. *The Methods of Ethics*. 7 ed. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1981.

SEARLE, J. How to derive ‘ought’ from ‘is’. In: HUDSON, W. D. (Org.). *The is-ought question*. Bristol: Macmillan, 1969.

SMITH, A. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUZA, L. F. S., *A Resposta do Senso Comum ao Problema do Mundo Externo*. In: Cadernos de PET Filosofia, vol. 7, n. 13, jan-jun, p.40-52.

SYLVESTER, R. P. *The Moral Philosophy of G. E. MOORE*. Temple University, USA, 1990

TUGENDHAT, E. *Lições Sobre Ética*. Petrópolis: ed. Vozes, 2003.

_____. *Tres Lecciones Sobre Problemas de la Ética*. Crítica ed. Barcelona, 1988.

VERÍSSIMO, L. *O Ataque de Moore ao Naturalismo Ético*. In.: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n° 32, 2015, pp. 143 – 158.

WHITE, A. R., *G. E. Moore: A Critical Exposition*. Ed. Blackwell. Michigan, 1958.

WITTGENSTEIN, L. *Conferência Sobre Ética*. Trad.: Darlei Dall' Agnol. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Uma_confer%C3%Aancia_sobre_%C3%A9tica.html?id=X6iECwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

_____. *Investigações Filosóficas*. In.: Coleção dos Pensadores. Nova Cultural. São Paulo, 1989.